

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Silvana Maria Gomes da Rocha

As relações de poder e as disputas simbólicas
pelo Guandu em Cachoeiro de Itapemirim (1966 – 2016)

Vitória, UFES
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Silvana Maria Gomes da Rocha

As relações de poder e as disputas simbólicas
pelo Guandu em Cachoeiro de Itapemirim (1966 – 2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Professora Dr^a Maria Cristina Dadalto.

Vitória, UFES
2017

Silvana Maria Gomes da Rocha

**As relações de poder e as disputas simbólicas
pelo Guandu em Cachoeiro de Itapemirim (1966 – 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas, elaborada sob a orientação da Professora Dr^a Maria Cristina Dadalto.

Aprovada em _____ de _____ de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Cristina Dadalto
Universidade Federal do Espírito Santo – Presidente da Comissão
e orientadora

Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco – Membro Suplente
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Aldieris Braz Amorim Caprini
Instituto Federal do Espírito Santo campus Cariacica – Membro Titular

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R672r Rocha, Silvana Maria Gomes da, 1966
As relações de poder e as disputas simbólicas pelo Guandu em
Cachoeiro de Itapemirim (1966 - 2016) / Silvana Maria Gomes da
Rocha. – 2017.
xxx f. : il.

Orientador: Maria Cristina Dadalto.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ferrovia – Estrada de Ferro Caravelas. 2. Cachoeiro de
Itapemirim (Município-ES) – Século XIX. 3. Guandu (Bairro-Cachoeiro
de Itapemirim-ES) – Urbanização. I. Dadalto, Maria Cristina. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

RESUMO

A importância comercial de Cachoeiro de Itapemirim, ao longo do século XIX, proporcionou a formação de uma elite política com forças suficientes para instalar, na ainda Vila, a primeira ferrovia do Espírito Santo – Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Espírito Santo Caravelas. Contudo, a implantação do regime republicano e a ampliação da malha férrea no estado exigiram obras, as quais contribuíram para a formação do Guandu. Este bairro de Cachoeiro de Itapemirim, desde as suas origens até os dias atuais, possui diversas características: algumas quase intactas, outras, alteradas pela ação do poder público ou que tem sido alvo de reflexões por parte das cidadãs, cidadãos e setores administrativos da municipalidade. Tal processo faz parte do embate político inerente aos diferentes grupos sociais, cujos interesses, uma vez em proeminência, têm determinado, nos últimos cinquenta anos – 1966 a 2016 -, a configuração urbana do Guandu.

Palavras-chave: ferrovia, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim, Guandu, urbanização.

ABSTRACT

The commercial importance of Cachoeiro de Itapemirim, within the twentieth century, played a large role in the formation of a political elite with enough strength to create the first Espírito Santo State Rail Road, while still village, called the Espírito Santo Caravelas Company of Navigation and Rail Road. However, the instillation of the republican regime and the expansion of the railroad network itself; called for much labor which contributed to the creation of Guandu. This neighborhood, Guandu, from their beginning until now, possesses multiple characteristics: some untouched, others altered by the public, which has been a target for citizens and public administration. This process is simply a part of the political clash inherent in different social groups; once in prominence. Especially within the past fifty years, 1966-2016, has determined the urban configuration of Guandu.

Keywords: railroad, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim, Guandu, urbanization.

Ao Guandu.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por me proteger.

À Fernando Gomes, pela disponibilidade em responder as minhas dúvidas.

À Maria Rita que, com seu coração imenso, me abrigou em sua casa durante o segundo semestre de 2015

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade federal do Espírito Santo.

Aos Doutores Gilvan Ventura, Julio Bentivoglio e Sergio Luiz Marlow pelas aulas ao longo do Mestrado.

Ao Doutores Aldieris Braz Amorim Caprini e Sebastião Pimentel Franco que aceitaram ao convite de compor a banca de minha defesa.

E finalmente, à Doutora Maria Cristina Dadalto, pessoa de personalidade forte e amorosa, por quem carregarei pela minha vida uma indescritível gratidão por ter aceito ser minha orientadora.

“Cruz, laço e flecha, velhos utensílios do homem, hoje rebaixados ou elevados a símbolos: não sei porque me maravilham, quando não há na terra uma única coisa que o esquecimento não apague ou que a memória não altere e quando ninguém sabe em que imagens o porvir o traduzirá”. (*Mutações*, Jorge Luis Borges).

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Praça Jerônimo Monteiro na contemporaneidade.....	p. 14
Fotografia 2- Rua Coronel Francisco Braga e a praça Dr. Luís Tinoco da Fonseca.....	p. 14
Fotografia 3- Praça Visconde de Matosinhos.....	p. 15
Fotografia 4- Estação da Companhia de Navegação e a Estrada de Ferro Caravelas	p. 41
Fotografia 5- Ponte de Ferro da Leopoldina Railway.....	p. 46
Fotografia 6- Grupo Escolar Bernardino Monteiro	p. 54
Fotografia 7- Bloco de carnaval “Futuristas e Passadistas”.....	p. 59
Fotografia 8- Praça Jerônimo Monteiro em 1920	p. 62
Fotografia 9- Guandu em 1920	p. 75
Fotografia 10- O bairro Guandu em 1940	p. 79

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa da Bacia do rio Itapemirim	p. 17
Mapa 1- Esboço das fronteiras oficiais do Guandu	p. 45
Mapa 2- Esboço do Centro de Cachoeiro de Itapemirim	p. 83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 13
1- A FERROVIA	p. 39
1.1- A origem do centro simbólico.....	p. 47
1.2- A cidade moderna – da Europa a Cachoeiro de Itapemirim.....	p. 48
1.3- O Grupo Escolar e a praça	p. 53
1.4- O progresso	p. 57
1.5- A segregação.....	p. 60
2- O GUANDU	p. 66
2.1- Um espaço para se manter a distância	p. 68
2.2- Os habitantes	p. 72
2.3- O ordenamento	p. 74
2.4- A permanência dos impasses	p. 79
2.5- A estratégia.....	p. 82
2.5.1- As atividades comerciais	p. 85
2.5.2- A socialização	p. 89
2.6- Ainda não era cidade	p. 92
2.7- A fronteiras	p. 95
2.7.1- Uma área de inquietações	p. 97
2.8- As táticas.....	p. 99
2.8.1- Os bondes e os transportes urbanos	p. 100
2.8.2- Instituições políticas	p. 101
2.8.3- O ensino	p. 104
2.9- A apropriação dos significados	p. 104
3- O CRESCIMENTO URBANO	p. 107
3.1- As interferências urbanas (1966 – 2016)	p. 109
3.1.1- O mercado	p. 109
3.1.2- Avenida Beira-Rio	p. 110
3.1.3- Reordenamento	p. 110
3.1.4- Shopping Popular	p. 110
3.1.5- Retirada dos trilhos da RFFSA	p. 111
3.1.6- Fábrica de Tecidos	p. 111
3.2- A expansão do centro simbólico	p. 111
3.3- Fantasmas	p. 112
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.113
5- REFERÊNCIAS	p. 114

6- ANEXOS	p. 128
Anexo 1 – Roteiro das entrevistas.....	p. 128

INTRODUÇÃO

Em Cachoeiro de Itapemirim, cidade do sul do Estado do Espírito Santo, cuja população é, segundo o censo de 2010, de 189.889 milhões de pessoas ¹ distribuídos sobre uma área composta por 79 bairros e dez distritos ², não é incomum ouvir a seguinte expressão: *ir à rua* ³. É dessa forma, em desacordo com o comportamento convencional, que algumas pessoas em Cachoeiro de Itapemirim informam para onde estão se dirigindo quando deixam suas residências. *Ir à rua*, neste caso, pode conter um duplo sentido: observar a cidade, tal como o *flanêur* de Baudelaire ⁴, ou se dirigir a algum lugar específico da mesma com um objetivo a cumprir.

Para Sérgio Garchagem, em seu livro de memórias sobre Cachoeiro de Itapemirim, *Parece que foi ontem*, tal expressão provavelmente esteja vinculada a uma condição social: as pessoas que dela faziam uso residiam em áreas rurais ou até mesmo em bairros sem infraestrutura e de difícil acesso ⁵. Fazer parte do universo citadino era algo momentâneo, somente enquanto caminhavam pelas vias reconhecidas como ruas. O retorno para as suas moradias implicava atravessar as fronteiras do urbano em direção ao não urbano.

Hoje, *ir à rua* pode significar se dirigir a uma área de longa tradição por suas atividades comerciais. No caso de Cachoeiro de Itapemirim, também é uma referência específica as seguintes áreas: parte da rua 25 de março e a praça Jerônimo Monteiro; a partir daí, do lado direito, a rua Siqueira Lima, e do lado esquerdo, a rua Capitão Deslandes, a praça Dr. Luís Tinoco, a rua Professor Quintiliano de Azevedo, a Bernardo Horta e as ruas conectadas a ela – a Pedro Dias, a Eugênio Amorim, a Joaquim Vieira, a José Rios, a Mário Pires, a Virginia, a Thomé Ferreira de Matos (Beco da Tia Chica), até a rua Delvo Perim.

¹ Relatório do IBGE. Disponível: <http://cidades.ibge.gov.br/xtrasperfil.php?codmum=32120>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

² Disponível: <http://www.cachoeiro.es.gov.br/site.php?setor=SEMAG&nomePagina=CENSO> Acesso em 1 de março de 2017.

³ Expressão comum em cidades cujas características rurais ainda são muito fortes.

⁴ É uma referência ao pintor Constanti Guys que constrói suas percepções sobre o cotidiano ao caminhar por entre a multidão. In: *O pintor da vida moderna*. Tradução: Tomaz Tadeu. São Paulo: Autêntica, p. 3.

⁵ GARCHAGEM, Sérgio. *Parece que foi ontem*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult Ed., 2010, p. 25.

Fotografia 1- Praça Jerônimo Monteiro, cujo principal acesso é feito pela rua 25 de março. Ao fundo, a direita, vê-se o início da rua Siqueira Lima, e a esquerda, atrás das palmeiras, dá-se o começo da rua Capitão Deslandes, que se encontra com a Coronel Braga. Acervo de Silvana Rocha – fotografia feita por Edgar Baião em 26 de janeiro de 2017.



Fotografia 2- Bifurcação: a direita, é a praça Dr. Luis Tinoco da Fonseca e, a esquerda, a rua Coronel Francisco Braga. Ainda acima desta última tem-se a rua Félix Chein, que substituiu os trilhos por onde paravam ou partiam os trens da Leopoldina Railway. Através dos caminhos citados é possível chegar ou sair da rua Bernardo Horta. Acervo de Silvana Rocha – fotografia feita por Edgar Baião em 26 de janeiro de 2017.



Fotografia 3- A pequena área onde está a árvore é a praça Visconde de Matosinhos; em primeiro plano, a rua Coronel Francisco Braga, e ao fundo, a Professor Quintiliano de Azevedo. É nesse ponto, que, da perspectiva cartográfica oficial, se inicia o bairro Guandu, o qual se estende até a Ilha da Luz. Acervo de Silvana Rocha – fotografia feita por Edgar Baião em 26 de janeiro de 2017.



O Guandu hoje, de acordo com a Prefeitura Municipal, configura-se como um dos bairros da cidade de Cachoeiro de Itapemirim ⁶. Trata-se de uma área de intensa convergência populacional, fato este decorrente da diversidade de atividades comerciais e ofertas de serviços. O acesso até ao Guandu não é tão difícil, devido a presença dos ônibus urbanos até determinadas horas do dia, como também a existência de calçadas que facilitam - não de uma maneira fluida, por causa da permanência de ambulantes pelas mesmas - a circularidade das pessoas.

“Gente como a dona de casa Silveli Cunha, moradora do bairro Aeroporto, um dos mais distantes do centro da cidade. Ela conta que vai à rua pelo menos uma vez por semana há mais de 10 anos.

⁶ Relatório do IBGE. Disponível: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=32120>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

‘Venho desde que me mudei para Cachoeiro. Prefiro percorrer uma longa distância para chegar à rua, tudo o que preciso está aqui’⁷.

Portanto, o que se busca através da presente pesquisa é apresentar como se processou a formação do Guandu e qual a função dessa área para a dinâmica de Cachoeiro de Itapemirim. E a partir de então, compreender o Guandu como lugar sobre o qual se estabeleceram algumas das relações de territorialidade construídas ao longo dos últimos cinquenta anos pelas pessoas que de alguma forma fizeram e / ou fazem uso do Guandu em seu dia a dia.

O Guandu é uma área específica de Cachoeiro de Itapemirim que possui um vínculo notável com os outros bairros da cidade, como os distritos e com os municípios vizinhos. Para compreender a formação e as características do Guandu, não é possível prescindir de uma análise do cenário histórico do Espírito Santo, sobretudo a partir do século XVII, no qual a conjugação específica de interesses políticos e econômicos contribuíram para a formação de Cachoeiro de Itapemirim.

A constituição urbana de Cachoeiro de Itapemirim processou-se em ambas margens do rio Itapemirim. Esse rio percorre 320 quilômetros de extensão desde as suas nascentes, no Parque Nacional do Caparaó⁸, até desaguar no município de Marataízes. No distante século XVII era visto como o caminho mais plausível, evidentemente não o melhor, para se realizar a interiorização do sul da donataria do Espírito Santo.

- Os primeiros exploradores do rio Itapemirim

As primeiras notícias sobre a existência de ouro no Brasil, remontam ao ano de 1693. Nesse ano, a bandeira de Antônio Rodrigues de Arzão partiu de São Vicente em direção à Serra de Guarapiranga, mas se deteve quando avistou a Serra dos Arrepiados⁹. Em contato com os habitantes da região, os Puris, foi

⁷ TEIXEIRA, Elizangela. *Bernardo Horta: popularidade e história em um só lugar*. Disponível: <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2010/06/648360bernardo+horta+popularidade+e+historia+em+um+so+lugar.html>. Acesso em 12 de jun. de 2015.

⁸ Disponível: <http://morrodomoreno.com.br/materias>. Acesso em 1 de março de 2017.

⁹ Essa nomeação muito provavelmente está ligado ao clima frio da região ou ao corte de cabelo usado pelos Puris, os quais viviam em constantes guerras com os Aimorés (Botocudos). Hoje, ela é denominada por serra do Brigadeiro - Arapongas, MG -, em referência ao brigadeiro Bacelar, a quem coube inspecionar, no século XIX, os limites da então Província mineira. Disponível em:

Mapa 1- Bacia Hidrográfica do rio Itapemirim ¹⁰

<https://serrademinas.blogspot.com.br/2010/01/imagemj-araujo-serra-do-brigadeiro-ate.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

¹⁰ Mapa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Itapemirim. Decreto Nº 1.703-R de 19 de julho de 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/Itautec/Downloads/Mapa%20da%20Bacia%20do%20Rio%20Itapemirim%2\(1\).pdf](file:///C:/Users/Itautec/Downloads/Mapa%20da%20Bacia%20do%20Rio%20Itapemirim%2(1).pdf). “O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (CBH Itapemirim) foi instituído por meio do Decreto nº 1703-R, de 19 de julho de 2006, publicado no DIO ES em 20 de julho de 2006. A bacia hidrográfica do Rio Itapemirim está localizada na região sul do Estado do Espírito Santo. Possui uma área de drenagem de aproximadamente 5.952 km² e abrange dezessete municípios capixabas: Alegre, Atilio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição de Castelo, Ibitirama, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e Venda Nova do Imigrante em sua totalidade, e parcialmente os municípios de Ibatiba, Iúna, Irupi, Itapemirim, Marataizes, Muqui, Presidente Kennedy e Vargem Alta; além de uma pequena parte do município mineiro de Lajinha.” Disponível em: <https://agerh.es.gov.br/cbh-itapemirim>. Acesso em 18 de maio de 2017.

conduzido até um rio – o Casca – de onde recolheu amostras de ouro. Então, Arzão continuou seu percurso através do mesmo rio, que por sua vez desagua no rio Doce, e daí se dirigiu até Vitória. Ao chegar à capital do Espírito Santo, forneceu informações relativas a seu achado.¹¹

De acordo com Tristão Alencar Araripe – apoiado nas informações contidas na obra *Terra Goitacá*, de Alberto Lamero -, o explorador Pedro Bueno Cacunda, nos primeiros anos do século XVIII, partiu de Taubaté também em busca de riquezas. É possível que, inicialmente, esse tenha sido o seu percurso: Vila Rica, Mariana; depois, os sertões de Cataguases e os afluentes do rio Doce (Espírito Santo). Nessa etapa, Cacunda foi informado sobre a existência de ouro nos ribeiros abaixo do rio Maguaçu - Manhaçu (MG) -, local para onde se transferiu, através do rio Itapemirim.¹²

Segundo Tristão Alencar Araripe e Alberto Lamero, em 1705, Pedro Cacunda já havia iniciado a prospecção de ouro em um dos rios – Santana -¹³ que formam o Alto Itapemirim. Em 1734, os mesmos autores fazem referências às atividades mineradoras da zona do Castelo. “Trata-se do Arraial de Santana, com mais de duzentas pessoas, com criações, mantimentos e várias culturas”¹⁴.

Mediante as dificuldades enfrentadas ao longo dos quase trinta anos de permanência nas então denominadas Minas de Castelo¹⁵, principalmente a resistência dos Puris e Aimorés, em 1734, Cacunda requisitou ajuda à Coroa

¹¹ ARARIPE, Tristão de Alencar. *A colonização do município de Castelo*. Revista brasileira dos municípios. Nº 63/64, ano XVI, jul./dez., Rio de Janeiro: Publicação do Conselho Nacional de Estatística e órgão oficial da Associação Brasileira dos Municípios, 1963, p. 130. Disponível: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBM_n63_64%20jul_dez_1963.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2017.

¹² ARARIPE, 1963, op. cit., p. 130. Os autores André Dell’Orto e Maria Helena Mion Barbiero defendem que, embasados em consultas feitas no Livro de Tombo de Itapemirim, que a exploração das Minas de Castelo iniciou-se com os jesuítas, por volta de 1625. In: CASAGRANDE, André Dell’Orto e BARBIERO, Maria Helena Mion. *Castelo: da pré-história ao início do século XX*. Vitória: Produções Gráficas Ed., 2003, p. 33. Contudo, Luciano Retore Moreno, professor de História e pesquisador de temas referentes à formação do município de Itapemirim, contesta essa informação porque os registros do Livro de Tombo foram feitos a posteriori, na segunda metade do século XIX. Hoje, o livro em questão, infelizmente, esta vedado à consulta devido ao seu avançado estado de deterioração. (Entrevista concedida em 25 de abril de 2017.)

¹³ ARARIPE, 1963, op. cit., p. 130.

¹⁴ ARARIPE, 1963, op. cit., p. 131.

¹⁵ ARARIPE, 1963, op. cit., p. 131.

portuguesa para dar continuidade às suas atividades. Como não obteve respostas concretas, resolveu abandonar a região ¹⁶.

Depois de Cacunda, outros mineradores, especialmente provenientes da Paraíba do Sul ¹⁷ tentaram, com sucesso relativo, se estabelecerem nas Minas de Castelo. Porém, as populações nativas continuaram representando um grande empecilho para a exploração do Alto Itapemirim, o que forçou muitos exploradores a abandonarem a região entre 1771 e 1780, e descerem o rio Itapemirim até a sua foz, onde fundaram a Freguesia de Nossa Senhora Patrocínio, atual Barra do Itapemirim ¹⁸.

- A relação entre o Alto e o Médio Itapemirim

Entre o final do século XIX e início do XX, o vale do rio Itabapoana e Itapemirim começou atrair norte-fluminenses e mineiros interessados em se tornar proprietários de terras. Com uma ocupação ainda tímida, ao tomar posse efetiva de suas áreas, aqueles migrantes geralmente investiram no cultivo da cana de açúcar, na instalação do engenho e na aquisição de escravos. ¹⁹

Nesse mesmo época, o café passou a ser cultivado no sul do Espírito Santo, no vale do rio Itabapoana e do Itapemirim, como um desdobramento do bom desempenho do produto no Vale do Paraíba. Isto porque de 1809 a 1832, as vilas de Campos dos Goytacazes e de São João da Barra ficaram sob a jurisdição do Espírito Santo. Mas, depois de muitas pressões feitas pelos representantes das Província do Rio de Janeiro, o Espírito Santo se viu obrigado a devolver as citadas regiões, obviamente acompanhada de muitas reclamações, haja visto os prejuízos que tal transferência provocaria aos cofres públicos capixabas. ²⁰

Nesse intercurso, disseminou-se uma prática bastante utilizada desde o início da colonização: a construção de quarteis. Através deles ocorriam a delimitação de uma área, que, uma vez guarnecida, passava ser o eixo de enfrentamento

¹⁶ ARARIPE, 1963, op. cit., p. 132.

¹⁷ ARARIPE, 1963, op. cit., p. 132.

¹⁸ ARARIPE, 1963, op. cit., p. 132.

¹⁹ ALMADA, Vilma Paraíso de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850 – 1888)*. Rio de Janeiro: Graal Ed., 19984., p. 58 e 59.

²⁰ ALMADA, 1984, op. cit., p. 58 a 60.

do desconhecido, das forças da natureza ²¹, com o objetivo de levar a civilização aos recônditos do território. Assim, expandiu-se a conquista das margens dos rios, promoveu-se a abertura de estradas em meio as florestas, e, geralmente nas vizinhanças dessas estruturas militares vieram surgir novas freguesias e vilas.

Ainda no caso específico do sul do Espírito Santo, a administração joanina, durante a gestão do Presidente da província Francisco Rubim (1812 – 1814), mandou erguer o Quartel da Barca. Em um ofício de junho de 1816, Rubim informou ao Conde da Barca:

“[...] Na praia de Piabinha começa o distrito de Itapemirim, e meia legoa sahe ao mar o rio do mesmo nome [...]. O primeiro caxoeiro d’este rio dista dela 6 legoas e n’elle se acha estabelecido um quartel da parte do S., guarnecido com um inferior e 30 soldados do corpo de pedestres.” ²²

O destacamento sitiado no Quartel da Barca devia realizar o patrulhamento do rio Itapemirim, de seus afluentes, de suas áreas adjacentes até às Minas de Castelo. Em suma, o quartel, no século XIX, era uma peça da política de colonização do Espírito Santo, do século XIX, que consistia em aprisionar os marginais, civilizar ou extinguir as populações nativas, assegurar a ligação de Minas Gerais com o litoral e efetuar a entrega das correspondências. ²³

O destacamento ou os *pedestres* do Quartel da Barca era formado por vinte homens pardos e negros livres, cujo pagamento era de oitenta reis diários. Tão baixa remuneração fazia com que eles ganhassem porções de farinha, não fossem obrigados a vestir uniformes, e lhes fossem pagos um adicional de 4 mil reis para aquisição de roupas. ²⁴

Levy Rocha, em *Crônicas de Cachoeiro*, cita um ofício do comandante do Quartel da Barca, onde, por meio do qual requisita uma roda e um forno para a feitura de farinha, e menciona uma derrubada para o início de cultivo de

²¹ TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP Ed., 2005, p. 16

²² O ofício endereçado ao Conde da Barca faz parte das *Memórias Estáticas – 1817* - de Francisco Alberto Rubim. O documento informa que o Quartel da Barca localizava-se a 6 léguas – 42 quilômetros de distância do litoral até o primeiro *caxoeiro*. Essa região corresponde atualmente a parte do rio Itapemirim, um pouco acima onde o mesmo faz uma curva – Curva do Cachão -, em frente aos bairros Baiminas (antigos Bahia e Minas) e ao Coronel Borges. In: MACIEL, Manoel Gonçalves. *Voltando ao Cachoeiro antigo. Vol. 1*. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal Ed., 1999, p. 46 e 46.

²³ ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Gelsa Ed., 1966, p. 22.

²⁴ ROCHA, 1966, op. cit., p. 22.

gêneros agrícolas em áreas do próprio quartel ²⁵. Esses alimentos, conclui-se, eram entregues a tropa e seus familiares com o objetivo de manter o posto e o patrulhamento, como também não deixava de ser uma oportunidade para se estabelecer algumas trocas ou uma pequena atividade comercial local.

Não obstante essas obras, a ocupação do Espírito Santo não atendia as expectativas do Governo da Província. Vide, por exemplo, a Estrada Nova do Rubim, também conhecida pelo nome de São Pedro de Alcântara, construída em 1816 para conectar Mariana – Minas Gerais – ao porto de Itacibá – Vitória. Somente no território do Espírito Santo pela qual a mesma perpassava, existiam dez quarteis ²⁶. Contudo, este caminho era muito difícil de ser percorrido, fato este que contribuiu para o seu total abandono em menos de 15 anos e a remoção dos referidos quarteis. ²⁷

Enquanto isso, em razão do significativo desenvolvimento econômico do Baixo Itapemirim, o Príncipe Regente D. João, por meio do Alvará nº 55 de 27 de junho de 1815 ²⁸, elevou a Freguesia de Itapemirim a categoria de Vila de Nossa Senhora do Amparo do Itapemirim. Fato que somente veio se concretizar em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho. ²⁹

Com isso, o vale do rio Itapemirim tornou-se uma importante rota para a economia regional. Os tropeiros vinham de Minas Gerais e de várias partes do interior da Província do Estado do Espírito Santo, chegavam ao atual município de Alegre, e se dirigiam para Cachoeiro, ou até à Vila do Itapemirim. Para essas áreas traziam o açúcar, a farinha de mandioca, a carne seca, o toucinho, a cachaça, e adquiriam, tecidos, sal, óleo de baleia - utilizado na iluminação e na argamassa das construções ³⁰, - e produtos de qualidade superior ou importados, destinados a atender às demandas da região de onde haviam partido.

²⁵ ROCHA, 1966, op. cit., p. 22.

²⁶ ROCHA, 1966, op. cit., p. 21.

²⁷ ROCHA, 1966, op. cit., p. 21.

²⁸ MORENO, Luciano Retore. *Itapemirim – como tudo começou*. Serra: Formar Ed, 2016, p. 100 a 102. O autor reproduziu, na íntegra, o Alvará nº 55, cujo original se encontra na Biblioteca Nacional (RJ).

²⁹ MORENO, 2016, op. cit., p. 33.

³⁰ MORAES, Ormando. *Por serras e vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1989, p. 25.

Nessa época, o cultivo do café já se destacava no Médio e Alto Itapemirim. Isto porque se tratava de uma cultura com a qual se obtinha os melhores preços no mercado internacional e se exigia menos investimentos em infraestrutura se comparado ao açúcar ³¹. Com isso, muitos norte-fluminenses e mineiros que continuavam se dirigindo para o sul do Espírito Santo, passaram cultivar o café, cujo resultado foi sua rápida expansão pelos vales do Itabapoana e Itapemirim. Em alguns casos, o café não somente substituiu o açúcar, mas ocupou grandes proporções do interior das terras capixabas ainda inexploradas da região sul. ³²

A novidade se resume somente ao desempenho do café no mercado internacional, porque a expansão cafeeira que se deu no Espírito Santo, proveniente do Vale do Paraíba reiterava o velho modelo colonial: produção monocultora, desenvolvida em latifúndios e com larga utilização da mão de obra escrava ³³. Entretanto é importante destacar: mesmo relevante, a produção cafeeira do Espírito Santo foi sempre menor se comparado com a que se desenvolveu mais tarde, no Oeste Paulista. ³⁴

- A formação de Cachoeiro de Itapemirim

Ao lado da produção expressiva do café no Médio Itapemirim, o povoado de Cachoeiro começou a se organizar voltado para as atividades comerciais. Com o objetivo de facilitar a movimentação das mercadorias pelo rio Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima – o primeiro Barão de Itapemirim - providenciou por volta de 1848, em sua propriedade no Bahia e Minas, a construção de um armazém e um porto, cujas infraestruturas eram bastante rudimentares. ³⁵

Em 1849, já era certa a presença, na Freguesia de São Pedro do Cachoeiro, do Capitão Ignácio de Loyola e Silva, proveniente de Benevente e que havia sido administrador da Fazenda Muqui, do Barão do Itapemirim. Uma vez em Cachoeiro, Loyola e Silva adquiriu a Fazenda Conceição e as propriedades de

³¹ ALMADA, 1984, op. cit., p. 60.

³² ALMADA, 1984, op. cit., p. 60.

³³ ALMADA, 1984, op. cit., p. 64.

³⁴ ALMADA, 1984, op. cit., p. 64.

³⁵ ROCHA, 1966, op. cit., p. 55.

Manoel de Jesus Lacerda, ordenou a retirada da vegetação nativa e a extração da madeira dessas áreas, nas quais surgiram mais tarde as ruas do Quartel e a 25 de março.³⁶

A rua das Palmeiras³⁷, na realidade, era um grande lamaçal onde em alguns trechos era necessário fazer uso de pequenos barcos para atravessá-la. Diante dessas circunstâncias, o mesmo Capitão Ignácio de Loyola e Silva conduziu a obra de retirada do morro onde hoje se localiza a Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim - CECI -³⁸, e aterrou o referido percurso. A partir de então, as pessoas, os tropeiros e as mercadorias puderam circular com pouco menos de dificuldades, nas proximidades do Porto João Marques.³⁹

Apesar da gradativa importância de Cachoeiro, o traslado das pessoas, do café e demais mercadorias eram difíceis. Isso porque não se podia utilizar as mulas e cavalos ao longo de todo o caminho e, em muitas partes do rio, a navegação era impossível por causa das pedras e o fundo arenoso, o que piorava em períodos de poucas chuvas. Tal situação obrigava os tropeiros a colocarem as embarcações e as mercadorias nos ombros, e caminharem por longas distâncias, a partir da primeira cachoeira, em frente à região do Quartel da Barca.⁴⁰

Em 1862, o presidente do Espírito Santo, José Fernandes da Costa Pereira firmou com o Major Caetano Dias da Silva o primeiro contrato de navegação a vapor de Cachoeiro até à barra de Itapemirim⁴¹. Este deveria garantir: duas viagens por semana entre Cachoeiro e a Barra e vice-versa, na qual era obrigado fazer algumas paradas ao longo do percurso conforme acordos estabelecidos com os produtores e comerciantes; conduzir as embarcações menores, com mercadorias e pessoas da foz do Itapemirim – Barra – até os barcos à vapor de grande calado que faziam cabotagem do Rio de Janeiro,

³⁶ Atualmente a rua do Quartel é a Capitão Deslandes. In: MACIEL, 1999, op. cit., p. 70.

³⁷

³⁸ Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim. In: MOREIRA, 2014, op. cit., p. 39.

³⁹ O local do porto João Marques foi adquirido pelo Centro Operário de Proteção Mútua, na rua 25 de Março. In: ROCHA, 1966, op. cit., p. 369.

⁴⁰ MOREIRA, 2014, op. cit., p. 35.

⁴¹ MORENO, 2016, op. cit., p. 86 e 87.

Espírito Santo, até o sul da Bahia, bem como fazer o caminho de volta trazendo mercadorias e pessoas .⁴²

Em 1864, o relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Costa Pereira apontava que o Major Caetano tinha adquirido um vapor, investido capital na retirada de entulhos - areia e vegetação - do rio, na construção de trapiches às margens do rio. Mesmo assim, navegar pelo Itapemirim continuava sendo uma tarefa árdua: nos períodos de poucas chuvas, em muitas partes do rio, não havia profundidade suficiente para a passagem das canoas.⁴³

Para navegar pelo rio Itapemirim de abril a outubro era forçoso que os canoeiros, de posse de enxadas, abrissem pequenos canais. Através deles empreendiam-se longas viagens, de no mínimo dois dias, entre Cachoeiro até à Barra do Itapemirim, ou se utilizavam dos serviços oferecidos pelos tropeiros, cujo mesmo percurso era realizado em apenas um dia, mas com inconveniente de não poderem conduzir uma grande quantidade de mercadorias.⁴⁴

Já de novembro à março, durante as chuvas, as poucas estradas disponíveis ficavam alagadas e intransitáveis. Durante esse período, os passageiros e as mercadorias deslizavam pelo rio Itapemirim por meio de pequenos barcos à vapor ou à vela, pranchas e balsas, em viagens que duravam em média em torno de 5 a 8 horas.⁴⁵

Mediante as dificuldades apresentadas pelo rio Itapemirim, cogitaram-se abrir estradas e melhorar as existentes. Mas essa opção não aglutinava um expressivo número de proprietários de terras e comerciantes que pudessem exercer, com fito de se obter investimentos, uma forte pressão sobre a presidência da província do Espírito Santo. E, para os cofres da mesma, era vantajoso vender concessões às companhias de navegação à vapor, por se

⁴² ROCHA, 1966, op. cit., p. 64.

⁴³ ROCHA, 1966, op. cit., p. 65.

⁴⁴ ROCHA, 1966, op. cit., p. 65.

⁴⁵ ROCHA, 1966, op. cit., p. 65 e 66.

tratar de um meio de transporte mais adequado às particularidades do rio – pelo menos durante alguns meses do ano.⁴⁶

Apesar dos entraves postos ao deslocamento das mercadorias, a economia de Cachoeiro de Itapemirim firmou-se sobre uma crescente atividade comercial aliado ao cultivo do café⁴⁷. Esse produto expandiu-se a partir da Vila do Itapemirim, mas ele não se adequou ao clima e ao solo da região. Com isso o Baixo Itapemirim permaneceu investindo majoritariamente no cultivo da cana de açúcar, enquanto o café transformou-se no principal produto da pauta de exportação capixaba. Isso fortaleceu politicamente os grandes proprietários e os profissionais liberais ligados àqueles, o que acabou por fomentar o meio propício para emancipação em relação à Vila de Itapemirim.

Esse desejo político começou a se configurar ainda em 1864 quando o

“[...] Deputado Tenente-Coronel José Pinheiro de Souza Werneck (proprietário da fazenda do Sumidouro, no alto rio Muqui), o qual apresentara, quando fizera parte da Assembleia Provincial, o projeto da lei nº 9, do dia 23 de novembro [...] que elevava Cachoeiro à categoria de Vila. [...]”⁴⁸

Esta compreendia as Freguesias de Nossa Senhora do Alegre e de São Paulo de Itabapoana, porém somente veio a se concretizar em 25 de março de 1867 com a construção da cadeia e da Câmara.

Levy Rocha, em sua obra *De Vasco Coutinho aos contemporâneos* informa: o historiador Major Joaquim José Gomes da Silva Neto, Presidente da Câmara Municipal da Vila de Itapemirim no momento da emancipação de Cachoeiro de Itapemirim, manifestou-se mais tarde que “[...] a desanexação do Cachoeiro foi a principal causa da decadência do Itapemirim. [...] foi o primeiro (a sentir) o golpe mortal”. Levy Rocha ainda acrescenta: “Justifica-se, pois a algidez com que os itapemirenses receberam aquela conquista. E é bem possível que a indiferença tenha contagiado os habitantes do município nascente”.⁴⁹

⁴⁶ ROCHA, 1966, op. cit., p. 59 e 60.

⁴⁷ O café era de grande relevância para a economia de Cachoeiro de Itapemirim, mas é necessário destacar, que, em escala menor, também havia o cultivo de cana de açúcar e a extração da madeira.

⁴⁸ ROCHA, Levy. *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Revista Continente Ltda Ed., 1977, p. 116.

⁴⁹ ROCHA, 1977, op. cit., p. 115 a 118.

É quase certo que esse sentimento de *indiferença* inexistiu em ambas Vilas. Tal afirmativa é feita tendo como base a análise feita pelo próprio Major Joaquim Gomes da Silva Neto apresentado acima, na qual reconhece a importância política e econômica de Cachoeiro de Itapemirim para Itapemirim. Ao mesmo tempo, se faz preciso destacar que, quando Cachoeiro de Itapemirim começou a se mobilizar para se tornar uma Comarca, as elites de Itapemirim intentaram, sem resultados, contra tal projeto.⁵⁰

A *indiferença* também não é exatamente o comportamento manifesto, pelo menos de uma parcela da população da Vila recém emancipada. Isto porque houve uma comemoração entre os vereadores, o edifício da Câmara e as residências da Vila foram iluminadas. A inauguração da Vila também mobilizou alguns artistas os quais confeccionaram um arco com flores onde se liam as inscrições: *Os artistas à municipalidade e Vivão os Cachoeiranos*. Ao invés da *indiferença*, o que se percebe é uma postura conservadora do Jornal *Itabira*, ao descrever esses festejos de forma irônica e pejorativa.⁵¹

Não obstante as perdas territoriais da Vila de Itapemirim que refletiram imediatamente em seus cofres, Cachoeiro de Itapemirim ainda possuía uma dependência vital com aquela região. Afinal, o escoamento e a aquisição dos produtos continuou se processando da mesma maneira, ou seja, pelo rio Itapemirim, e enfrentando as mesmas dificuldades mencionadas anteriormente. Aliás, esse era o mais novo desafio da elite de Cachoeiro de Itapemirim: impor qualidade e velocidade à circulação das pessoas e das mercadorias.

Enquanto isso, já era possível vislumbrar a construção de algumas residências em Cachoeiro de Itapemirim, geralmente muito próximas ao rio Itapemirim, no último ponto em que o mesmo era navegável, nos atuais bairros Baiminas e Coronel Borges. Inicialmente, as formas e os materiais utilizados nas edificações remetiam a muitos elementos utilizados pelas populações nativas e de origem africana, tais como pequenas mordias, baixas, feitas de madeira e folhagens.⁵²

⁵⁰ MACIEL, 1999, op. cit., p. 56.

⁵¹ ROCHA, 1966, op. cit., p.118.

⁵² ROCHA, 1966, op. cit., p.29.

A fragilidade dessas formas e materiais utilizados nas edificações concorreram para a perda das informações sobre os primórdios da urbanização de Cachoeiro de Itapemirim. Mas em contrapartida, criou a possibilidade de um outro olhar sobre a colonização, através do qual é possível refletir o quanto dos padrões culturais das populações perseguidas e / ou submetidas ao trabalho compulsório foram absorvidos, ao invés de extintos.⁵³

O incipiente núcleo urbano de Cachoeiro de Itapemirim passou ser o locus das classes sociais de melhor poder aquisitivo. Simultaneamente, suas fronteiras foram ocupadas por quilombos e por pessoas livres com pouco ou desprovidas de capital, que se dedicavam à faiscagem, à criação de animais de pequeno porte, à agricultura de subsistência, ao pequeno comércio, à construção civil e à produção artesanal.

Geralmente nessas zonas fronteiriças também residiam as lavadeiras, parteiras, benzedeadas que concomitantemente estabeleciam locais de encontros, como os centros destinados aos cultos de matriz africana⁵⁴, com a presença de elementos nativos e católicos. Ora, as formas e os materiais utilizados nas moradias dessas pessoas, e nos edifícios onde elas travavam suas relações sociais eram demasiadamente simples e pouco resistentes à ação do tempo.

⁵³ É possível explicar esse processo através de dois conceitos utilizados pela antropologia contemporânea:

a- A coexistência de populações ou sociedades diferentes provoca a “fricção interétnica”, lugar onde ocorrem as relações dos respectivos grupos cujo significado não se reduz a “ [...] a mera cooperação, competição e conflito entre sociedade em conjunção. [...] Trata-se [...] de uma oposição ou, mesmo, uma contradição, entre os sistemas societários em interação [...], que dão origem a sub-sistemas inclusivos ou interétnicos, com níveis de integração distintos.” In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sociologia do Brasil indígena*. São Paulo: EDUSP Ed., 1972, p. 85 a 89.

b- “diacrítico” – mesmo convivendo com outras pessoas, o nativo preserva algum e / ou alguns elemento (s) da sua cultura anterior, o que permite a reprodução de sua identidade. Isso porque “[...] um conjunto de prescrições que governam as situações de contato e permitem uma articulação em alguns setores ou domínios de atividade específicos e um conjunto de interdições ou proscições com relação a determinadas situações sociais, de modo a evitar interações interétnicas em outros setores; com isso, partes das culturas são protegidas da confrontação e da modificação.” BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. Tradução: Elcio Fernandes. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNAT, Jocelyne (org.) *Teorias da etnicidade*. 2 ed., São Paulo: UNESP ed., 2011, p. 35.

⁵⁴ Nas cidades africanas os locais de cultos das divindades se espalhavam pela forma urbana, diferente do que ocorreu no Brasil: as divindades se concentravam em um centro, ou seja em uma área da residência. In: RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*. 2 ed., 34 Ed: São Paulo, 2013, p.154 a 163.

Nessa mesma época, os registros revelam que, ao lado norte do rio Itapemirim, concentravam-se as pessoas cujas atividades eram mais lucrativas. Logo, ali se localizavam as residências com as melhores estruturas ⁵⁵. Contudo, é necessário relativizar essa suposta qualidade das moradias das pessoas das classes sociais mais abastadas: a casa “[...] do Souza ⁵⁶ [...] não está toda acabada e não há nada que mereça menção” ⁵⁷. E sobre a organização do espaço urbano, havia uma distância muito grande entre as residências, e as ruas ficavam intransitáveis em razão do excesso de lama causado pelas chuvas. ⁵⁸

Em se tratando da organização do espaço urbano de Cachoeiro de Itapemirim, era igualmente indispensável a construção de uma Igreja Católica. Até então, as celebrações religiosas eram feitas do lado sul, em um armazém ao lado do Porto do Barão, mas o português Antônio Francisco Moreira construiu em sua propriedade ⁵⁹, no ano de 1863, a Capela do Divino do Espírito Santo. Como a sua edificação ficava muito próximo à margem do rio, as enchentes dos anos 1867, 1872 e 1875 danificaram sua estrutura, o que levou a sua demolição pela municipalidade, em 1885. ⁶⁰

Enquanto isso, muito perto da Capela do Divino do Espírito Santo, em 1882, o Capitão Francisco de Souza Monteiro inaugurou em sua propriedade a Capela Senhor dos Passos em 1884 ⁶¹. Antes de receber as imagens e pertences da Capela do Divino do Espírito Santo – 1885 -, a *Capela dos Monteiro*, em 1884 “[...] passou existir como Matriz de Cachoeiro de Itapemirim, consagrada a São Pedro Apóstolo, o padroeiro da cidade [...]”. ⁶²

⁵⁵ LACERDA, D. Pedro Maria de. *Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à província do Espírito Santo*. Vitória: Phoenix Cultura Ed., 2012, p. 239.

⁵⁶ Capitão Francisco de Souza Monteiro, proprietário da fazenda Monte Líbano. In: Maciel, 1999, op. cit., p. 81.

⁵⁷ LACERDA, 2012, op. cit., p. 262.

⁵⁸ LACERDA, 2012, op. cit., p. 269.

⁵⁹ Antônio Francisco Moreira adquiriu uma sesmaria na margem norte do rio Itapemirim que se estendia da região da Gruta até a Ilha Esperança – Ilha da Luz. In: Maciel, 1999, op. cit., p. 81. Da perspectiva da margem do rio Itapemirim, essa região corresponde hoje ao bairro Coronel Borges, a Rua Moreira, a Samuel Levy até a Ilha Esperança, a atual Ilha da Luz.

⁶⁰ MACIEL, 1999, op. cit., p. 81.

⁶¹ MACIEL, 1999, op. cit., p. 131.

⁶² MACIEL, 1999, op. cit., p. 131.

A Matriz dos Monteiro também compunha a logística do comércio de escravos do Médio Itapemirim, porque nas suas proximidades - margem norte - localizava-se o Porto Samuel. Assim, os escravos provenientes de fora do território do Brasil, quando desembarcavam nesse porto, ou no João Marques, ou no do Barão (Bahia e Minas) – ambos na margem sul -, eram batizados como tivessem nascido em Cachoeiro de Itapemirim para burlarem a Lei Euzébio de Queiróz (1850). Esses e aqueles provenientes do comércio interprovincial tinham suas informações e o nome de seus proprietários cadastrados nos livros de registros de batismo da Matriz de São Pedro Apóstolo.⁶³

O fato do sul da província do Espírito Santo possuir a agroexportação do café como uma de suas principais fontes econômicas, acabou por estimular o contrabando e o encarecimento da mão de obra escrava⁶⁴. Tamanho valor de mercado adquirido incentivou mais ainda a seguinte prática: os empréstimos tomados aos bancos para ampliarem as áreas de cultivo do café e da cana de açúcar, tinham como hipoteca o escravo.⁶⁵

A partir de 1870, para Marta Zorzal e Silva⁶⁶, a relação condicional entre investimentos de capital e escravidão deixou de funcionar de forma harmônica, haja visto a proximidade da abolição da escravatura. Mas Vilma P. F de Almada, em *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850 – 1888)*, argumenta não encontrar incompatibilidade entre a mão de obra escrava e o capitalismo, e utilizando-se das reflexões de Robert Slenes e Pedro Carvalho, afirma que o lucro independe do sistema econômico.⁶⁷

Almada destaca que a escravidão não representava empecilho para a especialização do trabalho, para a introdução de novas técnicas e o aumento da produção. Além do mais, o alto preço do escravo não implicava

⁶³ OLIVEIRA, José Edivaldo de, FERNANDES, Lawrence Willian, SILVA, Marizéa Costa da e et ali. *A formação da família escrava de Cachoeiro de Itapemirim (1870 – 1880)*. Revista Camiliana de Iniciação Científica Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo, v. 2, n. 1, jan. – dez., 2007, p. 109.

⁶⁴ SALETO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 – 1930)*. Vitória: EDUFES Ed., 1996, p. 39.

⁶⁵ SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano de Abel de Almeida Ed., 1995, p. 50.

⁶⁶ SILVA, 1995, op. cit., p. 50

⁶⁷ ALMADA, 1984, op. cit., p.40 a 42.

necessariamente no elevado custo do trabalho e na diminuição da possibilidade de lucros, afirma a autora, ainda ancorada no pensamento de Robert Slenes e de Pedro Carvalho. Inclusive, segundo estes, as possibilidades de investimento de um proprietário em escravos está vinculado a existência de um mercado que ofereça esse tipo de mão de obra. O empregador veio adotar a mão de obra escrava ou livre de acordo com as “[...] a circunstâncias econômicas vigentes, em tempo e lugar determinados, e não características iminentes de um ou outro sistema de trabalho”.⁶⁸

Ao aprofundar sua análise sobre a mão de obra escrava, Almada também cita Peter Eisemberg:

“[...] devemos revisar a ideia de que o escravismo dificultou o desenvolvimento do capitalismo, e admitir a possibilidade de que, pelo contrário, de várias maneiras o escravismo preparou o terreno para esse tipo de economia moderna.”⁶⁹

Assim posto, há de se questionar o porquê da implementação de uma política imigracionista para o Brasil sob a alegação de que a escravidão representava um entrave para a consolidação do capitalismo.

A resposta plausível é que desde 1880, o sistema escravista estava realmente em declínio devido ao fim do tráfico. Mas a este fator, é necessário somar outros, tais como: a proibição do tráfico interprovincial em 1881, a abolição dos castigos corporais em 1886 e a crença no branqueamento da sociedade do Brasil com a introdução dos imigrantes europeus. Por outro lado, também não se pode subestimar os efeitos da reação crescente dos próprios escravos contra a sua condição através de rebeliões, fugas e assassinatos dos defensores do escravismo.⁷⁰

Os fazendeiros não adotaram imediatamente a mão de obra imigrante. Não foi raro, nesse período, a existência de fazendeiros que empregaram o uso da mão de obra escrava juntamente com a do imigrante em suas propriedades. A conversão dos grandes proprietários de terras a causa abolicionista não se deu apenas por causa das influência dos ideais de justiça e da causa republicana,

⁶⁸ ALMADA, 1984, op. cit., p. 58 a 60.

⁶⁹ ALMADA, 1984, op. cit., p. 62.

⁷⁰ ALMADA, 1984, op. cit., p. 49.

mas sim e, principalmente, como uma forma de manter os lucros, mediante a iminente abolição da escravatura.

Com a Lei Auréa e a consolidação da política imigracionista, uma parcela maior de pessoas tiveram oportunidade de comprar lotes de terras. Contudo, a produção sobre aqueles se limitavam basicamente a subsistência, e essa prática se repetia se o antigo proprietário adotasse os sistemas de colonato, meação e arrendamento ⁷¹.

Enfim, em Cachoeiro de Itapemirim não foi diferente: trabalhadores brancos imigrantes ou nacionais, pardos e pretos também foram submetidos àquelas novas formas de trabalho, que não podem ser definidas como essencialmente capitalistas, pois ainda não se vislumbrava a mão de obra como assalariada e executada por pessoas realmente livres ⁷². Isso porque, comumente os trabalhadores recebiam os seus pagamentos em espécie e, desse modo se viam obrigados a obter produtos de primeira necessidade, sempre mais caros, no armazém dos seus contratantes, o que os levava a contrair uma dívida permanente.

Mesmo assim, já se faziam repercutir no Brasil os efeitos da Segunda Revolução Industrial ou Revolução Científico-Tecnológica, cuja meta era o fortalecimento do mercado capitalista e o fim na escravidão, mas não na crescente exploração do trabalhador. Para realizar tamanho intento era necessário imprimir um constante aumento da produção, empregar um maior número de trabalhadores, investir em tecnologias que tornassem os transportes, a exploração das matérias-primas e meios de comunicação eficientes. ⁷³

- O norte, o centro e o sul do Espírito Santo

Em pleno final do século XIX, o velho problema de Cachoeiro de Itapemirim ainda permanecia insolúvel: a Vila exercia um papel inquestionável como polo aglutinador de mercadorias, porém os caminhos – o fluvial e o terrestre -

⁷¹ SALETO, 1996, op. cit., p. 92.

⁷² SALETO, 1986, op. cit., p. 92.

⁷³ SEVCENKO, Nicolau. *Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil 3 – República Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras Ed., 1998., p. 8 a 16.

continuavam deficitários. D. Pedro Maria de Lacerda, o Bispo que visitou o Espírito Santo entre 1880 e 1887, mencionado anteriormente, não poupou palavras para descrever as agruras pelas quais passou quando visitou Cachoeiro de Itapemirim:

“Nosso vaporzinho [...] começou sulcar as águas do Itapemirim. [...] O dia estava claro e o céu limpo e azulado, e o sol brilhante, por tanto calor, sempre crescente. O rio é largo, agora estava baixo [...], e na parte que hoje navegamos quase sempre corre por terreno plano e de margens pouco elevadas [...]. O calor era intenso. [...] O vapor não atracou no seu porto de costume, que na margem direita, mas sim na esquerda [...]. O vaporzinho no tomar para a esquerda pegou na areia, o que demorou um pouco o nosso desembarque. [...]”⁷⁴

Havia ainda um outro problema: a inexistência de uma ponte. Isso em decorrência do fato que nem o Governo da Província do Espírito Santo e muito menos a municipalidade desejavam investir capital em tamanha obra⁷⁵. E como já foi dito, os proprietários de terras e grandes comerciantes, naquele momento, preferiam investir em estradas, porque muitos deles possuíam meios de transporte particulares – embarcações e pranchas - ou faziam uso dos serviços dos tropeiros.

Para compreender a ineficiência do traslado das mercadorias das zonas produtoras até o litoral, além das questões de ordem tecnológica e a ausência de capital, é importante considerar os interesses predominantes em cada área do Espírito Santo, somado ao fato que a colonização não se efetivou de maneira uniforme na Província. Ou seja: ao norte do Espírito Santo, a exploração se limitava à região de São Mateus⁷⁶; no eixo central, dominado pela capital Vitória, além dos descendentes dos militares do século XVIII, os burocratas, comerciantes, artesãos, trabalhadores livres e, até a abolição, os escravos urbanos, também haviam os nacionais livres, açorianos – 1812 – e imigrantes italianos – 1870 – que fizeram uso da mão de obra familiar, do trabalho remunerado, do colonato e parceria em pequenas e medias propriedades.⁷⁷

⁷⁴ LACERDA, 2012, op. cit., p. 232 e 234.

⁷⁵ ROCHA, 1966, op. cit., p. 59 e 60.

⁷⁶ SILVA, 1995, op. cit., p. 58.

⁷⁷ A grande propriedade não era predominante na região central. In: SILVA, 1995, op. cit., p. 60.

A estrutura fundiária do sul do Espírito Santo era caracterizada pela presença de grandes latifúndios, fazendas de tamanho médio, grande, e pequenas propriedades”⁷⁸. Como foi exposto anteriormente, a ocupação inicial do território se deu majoritariamente através do assentamento de grandes latifúndios, alicerçada à mão de obra escrava⁷⁹. Esse desenho perdurou, ao longo do século XIX, no vale do Itabapoana, mas não no vale do Itapemirim. Ai surgiram pequenas propriedades decorrentes de partilhas das grandes propriedades entre herdeiros, disseminaram a necessidade da regularização posse da terra, ampliaram-se a venda de áreas devolutas⁸⁰, de lotes em núcleos colônias e de parcelas de terras pertencentes a latifundiários decadentes.⁸¹

Essa colonização com características distintas fomentou dentro do Espírito Santo três grandes áreas desprovidas de vínculos fortes entre elas. Tal quadro propiciou a formação de grupos influentes o suficiente para articularem as forças políticas para atenderem aos seus interesses, quase sempre regionais, o que veio dificultar enormemente o eixo de abrangência da capital da Província, Vitória.⁸²

Em Cachoeiro de Itapemirim, ainda persistiam as dificuldades no que tange o escoamento das mercadorias. Enquanto isso, a importância do café no mercado internacional corroborou mais ainda para o fortalecimento do grupo político composto por latifundiários e profissionais liberais – médicos, advogados e proprietários de jornais – cuja a aproximação com o Rio de Janeiro era considerável.⁸³

⁷⁸ SILVA, 1995, op. cit., p. 55.

⁷⁹ SILVA, 1995, op. cit., p. 47.

⁸⁰ SALETO, 1996, op. cit., p. 65.

⁸¹ SALETO, 1996, op. cit., p. 65

⁸² SALETO, 1996, op. cit., p. 47.

⁸³ Essa atração do Espírito Santo pela Província do Rio de Janeiro possui raízes históricas: em 1617 nativos catequizados em terras capixabas contribuíram para a fundação da aldeia de São Pedro - atual cidade de Cabo Frio – para assim evitar o retorno de invasores holandeses e ingleses. Mais tarde, o Donatário Gil de Araújo, em 1674, a procura de esmeraldas, foi quem questionou as fronteiras sul – o rio Itapemirim - de sua Capitania, com o intuito de absorver os territórios do Norte-Fluminense e o da Paraíba do Sul. In: OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed., Coleção Canã, volume 8, Vitória: GSA – Gráfica Ed., 2008, p. 130 e 174. Também foi mencionado que de 1809 a 1832, as Vilas de Campos dos Goytacazes e de São João da Barra ficaram sob a jurisdição do Espírito Santo, além do fato de ter ocorrido um fluxo significativo de mineiros e norte-fluminenses em direção

É preciso destacar que, muito embora a cidade de Cachoeiro de Itapemirim exercesse uma importante função aglutinadora dos mais variados produtos, principalmente o café, a mesma não possuía o aparato comercial equivalente ao de Vitória⁸⁴. As atividades econômicas da capital do Espírito Santo estavam enraizadas na exploração colonial, com a presença de pequenos e médios negociantes cuja função era mediar à venda de produtos entre os grandes, pequenos e médios proprietários e as empresas de exportação⁸⁵. De modo diverso, em Cachoeiro, os comissários até 1897⁸⁶, e depois os próprios exportadores, adquiriam o café, diretamente dos fazendeiros⁸⁷, o que recrudescia mais ainda o elo com o Rio de Janeiro.

- Os reflexos da política centralista

Nessa conjuntura, passou a ganhar vulto no Espírito Santo o projeto ferroviário. Este era muito bem visto pelas elites políticas sediadas em Vitória, porque o consideravam um mecanismo propício para fazer as demais regiões da Província se conectarem à capital, principalmente ao porto de Vitória. Ora, era por meio deste que entrava no Espírito Santo os produtos estrangeiros e nacionais importados⁸⁸. Assim, apesar deste ser dotado apenas de um cais de madeira⁸⁹, ainda

[...] era o melhor da Província. Tinha um movimento comercial limitado, a navegação restringia-se à pequena cabotagem e um movimento de grande cabotagem dirigindo-se para o Rio de Janeiro, com um pequeno movimento para a Bahia. Apenas em 1881 começaram alguns navios estrangeiros a frequentar o porto de Vitória. A aspiração maior dos políticos capixabas era fazer de Vitória uma grande praça comercial, com navegação direta com o estrangeiro, prevendo uma posterior independência do porto de Vitória. Este objetivo já surgia como consequência da crescente

ao Vale do Itapemirim. In: ALMADA, 1984, op. cit., p. 58 a 60. O vínculo do sul capixaba com o Rio de Janeiro em detrimento de Vitória, também deve ser creditado a política centralizadora do Império, cujo objetivo, desde 1835, a despeito das rebeliões regenciais, era conectar as principais cidades ao Distrito Federal, embora muita delas não tivessem muito a oferecer em termos econômicos. In: QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Estrada de Ferro e territorialidade no Espírito Santo*, p. 89. Disponível: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/9162>. Acesso em 14 de abr. 2015.

⁸⁴ SILVA, 1995, op. cit., p. 58.

⁸⁵ SILVA, 1995, op. cit., p. 58.

⁸⁶ Em 1897 iniciou-se uma crise decorrente dos preços do café que durou até 1910. In: SILVA, 1995, op. cit., p. 54.

⁸⁷ SILVA, 1995, op. cit., p. 58.

⁸⁸ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O desenvolvimento do Porto de Vitória: 1870 – 1940*. Vitória: Codesa Ed., 1984, p. 51

⁸⁹ SIQUEIRA, 1984, op. cit., p. 39.

demanda do café, e a produção cafeeira do Espírito Santo, a partir de 1870 [...]”⁹⁰.

O porto de Vitória possuía um movimento similar ao de Itapemirim. Mas foi através deste último que, entre 1873 a 1886, escoou-se um volume maior de café⁹¹. Esse dado, somado a política centralista ditada pelo Distrito Federal, levou os representantes políticos e econômicos da região sul a verem as ferrovias como um elemento dinamizador das transações comerciais da Barra do Itapemirim com o Rio de Janeiro⁹², em detrimento de Vitória.

- A pesquisa

Diante do exposto, a presente dissertação realiza uma reflexão sobre as consequências da instalação da Estação Ferroviária da Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Espírito Santo Caravelas em Cachoeiro de Itapemirim. Depois, aponta como as alterações do traçado férreo efetuados pela Leopoldina Railway impulsionaram a urbanização e a segregação da área para onde se transferiu, em 1903, a segunda estação – Muniz Freire, depois Cachoeiro de Itapemirim.

Também é feita uma abordagem politicoeconômica do Guandu com o objetivo de apreciar os motivos da permanência de alguns ofícios e padrões comportamentais - armarinhos, lojas com mercadorias colocadas em bancas e/ou penduradas nas portas, amoladores de facas e alicates, consertos de panelas, sapateiros, casa de jogos, vendedores ambulantes, barbearias e prostituição - ao lado de atividades essencialmente contemporâneas – hipermercados, hortifrúti, lojas de *franchising*, importados orientais e o consumo de drogas. Uma vez de posse dessas informações, é possível averiguar a performance de práticas tão distintas em um mesmo recorte de espaço e tempo – o Guandu dos últimos 50 anos.

Assim, ao investigar a organização urbana do Guandu é possível entrever os outros Guandu. Em outras palavras: além daquele construído pelo poder público e sancionado pelas leis, há um segundo, permanente, passível de ser visto por meio do discurso de seus habitantes ou de seus usuários, e

⁹⁰ SIQUEIRA, 1984, op. cit., p. 39.

⁹¹ SIQUEIRA, 1984, op. cit., p. 40.

⁹² QUINTÃO, 2014, op. cit., p. 89.

finalmente, um terceiro, em constante transformação decorrentes das exigências econômicas e das relações sociopolíticas da contemporaneidade.

O Guandu, desde a assinatura do *Decreto-Lei de 27 de Janeiro e 1940*, possui como fronteiras “toda a margem direita do rio Itapemirim, da rua Pedro Dias à Senador Mesquita”⁹³. Entretanto hoje, em 2016, o limite do lado direito é feito por parte da Avenida Beira-Rio; do lado esquerdo, pela rua José Félix Chein – a Linha Vermelha -, e ao invés de se deter na Senador Mesquita, segue até a Ilha da Luz.

Na época da publicação do Decreto-Lei acima mencionado, as ruas Quintiliano de Azevedo, a Coronel Francisco Dias e a praça Dr. Luís Tinoco já estavam inseridas na área central da cidade. Então, por qual motivo algumas pessoas entrevistadas consideram essas duas ruas e a praça em questão como componentes do Guandu? Portanto, o problema apresentado nessa dissertação é que esse processo é resultado do confronto da ampliação do centro simbólico – a praça Jerônimo Monteiro - em movimentos concêntricos em direção ao Guandu com as informações dessas pessoas herdadas por meio da memória.

A hipótese utilizada para justificar o problema colocado acima se apoia no fato da expansão em direção ao Guandu se processar através da disseminação de alguns elementos do *centro simbólico*, tais como algumas lojas e estacionamentos de veículos. E estes se fazem acompanhar por um discurso oficial de ordenamento urbano que, após sucessivas administrações dos últimos 50 anos, não foi implementado porque esbarra em características genuínas do Guandu e na história de sua formação.

Os objetivos, o problema e a hipótese levantadas na presente dissertação tem como justificativa as alterações da configuração física e social do Guandu. E esse processo de transformação urbana nessa região de Cachoeiro de Itapemirim guarda uma estreita relação com o êxodo rural que ocorreu no Espírito Santo resultante do rompimento do modelo econômico agroexportador

⁹³ Decreto-Lei nº 638 que CONSOLIDA E ESTABELECE NOMES DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, assinado pelo prefeito Fernando de Abreu e o secretário Dirceu Alves de Medeiros, em 27 de janeiro de 1940.

embasado prioritariamente no cultivo do café e na implantação de projetos industrializantes.

As disputas simbólicas pelo bairro Guandu (1966 – 2016) possui três capítulos: o primeiro – A ferrovia. Nesse momento é posto em análise como, no final do século XIX, os atritos de forças políticas e econômicas repercutiram na configuração urbana de Cachoeiro de Itapemirim. A partir da obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault ⁹⁴, especificamente a função político-social por ele atribuída a lepra e a peste - aqueles que possuem a primeira enfermidade precisam ser demovidos do olhar do outro, e a segunda, controlados por meio de divisões, regulamentos e hierarquias ⁹⁵.

Para tanto Foucault equiparou o funcionamento da sociedade ao Panóptico de Bentham, que consistia de uma torre voltada para todas as celas e, como essas eram iluminadas pela luz do sol, os prisioneiros ficavam impossibilitados de enxergar o vigia ou mesmo de constatar se havia alguém de fato observando-os ⁹⁶. Na prática, através de uma rígida disciplina exercida pelas instituições – escola, hospital, prisão -, as pessoas se transformariam em indivíduos obedientes ⁹⁷. Esse controle de cada movimento das pessoas acabou por forjar, no século XIX, o modelo de cidade - disciplinada e segregacionista ⁹⁸ – na qual se inspiraram as obras de transferência da primeira estação ferroviária de Cachoeiro de Itapemirim, a construção da Grupo Escolar Bernardino Monteiro e da praça Jerônimo Monteiro.

No segundo capítulo – O Guandu – ainda é feito o uso do conceito de *quadrilhamento* apresentado acima para se explicar a formação do bairro em questão. A seguir, através daquilo que Michel de Certeau definiu em *Invenção do Cotidiano – volume 1* ⁹⁹ de *experiências e táticas (astúcias)* ¹⁰⁰ - comportamentos inesperados - é abordado como os habitantes se apropriaram

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 22. Ed., tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes Ed., 2000.

⁹⁵ FOUCAULT, 2000, op. cit., p. 164.

⁹⁶ FOUCAULT, 2000, op. cit., p. 165 a 172.

⁹⁷ FOUCAULT, 2000, op. cit., p. 182.

⁹⁸ FOUCAULT, 2000, op. cit., p. 164.

⁹⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Vol. 1; 9. ed., tradução: Ephrain Ferreira Alves, Petrópolis: Vozes Ed., 2003.

¹⁰⁰ CERTEAU, 2003, op. cit., p. 97 a 101.

do Guandu e romperam, de alguma forma, com as ordenações impostas pela municipalidade e os interesses políticos encarnados por ela.

E por fim, o terceiro capítulo – A ampliação do centro simbólico. Baseado na obra *O poder simbólico*, de Pierre Bourdieu ¹⁰¹, especialmente em suas reflexões sobre [...] um estado de campo (político) passível de ser interpretado a partir dos códigos e significados produzidos a partir das disputas políticas [...]” ¹⁰² é investigado os motivos pelos quais tem ocorrido a expansão do centro simbólico em direção ao Guandu e as implicações desse processo para essa área.

Para responder às indagações aqui propostas, foi necessário examinar uma bibliografia relativa a História republicana do Brasil, do Espírito Santo, de Cachoeiro de Itapemirim e sobre urbanismo. Concomitantemente foram feitas pesquisas na Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, no Palácio Bernardino Monteiro e na Loja Maçônica de Cachoeiro de Itapemirim e entrevistas, cujos relatos tornou possível compreender, em parte, a dinâmica do bairro Guandu entre 1966 a 2016.

¹⁰¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1999.

¹⁰² BOURDIEU, 1999, op. cit., p. 7 e 8.

1- A FERROVIA

As opiniões correntes sobre o desenvolvimento do Espírito Santo defendiam a construção de um caminho entre essa Província e a de Minas Gerais - *corredor de exportação* -, para poder se viabilizar a colonização, imigração e as atividades comerciais ¹⁰³. Assim, em 1871, iniciaram-se os primeiros estudos para a execução das ferrovias no Espírito Santo ¹⁰⁴, e logo no ano seguinte, o José Fernandes da Costa Pereira, a frente da Pasta da Agricultura, autorizou o incentivo estatal para as obras.

Mas tratava-se de um empreendimento de elevada complexidade até então sem paralelo no Espírito Santo e não havia capital disponível: o apoio da administração imperial apenas se concretizaria mediante análises minuciosas que comprovassem uma renda líquida mínima de 4% da obra ¹⁰⁵. Soma-se a esse contexto desalentador, os atritos entre as elites políticas capixabas, com especial destaque entre as representantes de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, alimentados por interesses divergentes no tocante às ferrovias.

Enquanto o projeto ferroviário era bastante alardeado no Espírito Santo, surgiram algumas pessoas interessadas em concretizá-lo. No final do século XIX, coube ao Capitão Henrique Deslandes, o mesmo que havia investido na navegação no rio Itapemirim, vender a partir de 1882 e com o respaldo do governo do Espírito Santo, ações para a construção de uma estrada de ferro ao sul da província ¹⁰⁶.

Diante da falta de capitais, o Capitão Henrique Deslandes entregou, em fevereiro de 1885, os direitos da construção da ferrovia para o Dr. Horácio Moreira Guimarães. Este, precocemente – junho de 1885 – também desistiu da obra e a transferiu. Dessa vez quem se apresentou como interessado na concretização do projeto da construção da primeira ferrovia do Espírito Santo

¹⁰³ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *História geral e econômica do Espírito Santo – do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade Ed., 2006, p. 186.

¹⁰⁴ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *História geral e econômica do Espírito Santo – do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade Ed., 2006, p. 184.

¹⁰⁵ BITTENCOURT, 2006, op. cit., p. 186.

¹⁰⁶ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização – do engenho às grandes indústrias (1535 – 1980)*. Rio de Janeiro: Livraria Cátedra Ed., 1987, p. 86.

foi o empresário da área da navegação do Distrito Federal: João José dos Reis Junior, o Visconde de São Salvador Matosinhos.¹⁰⁷

Depois da conclusão dos estudos da linha férrea que deveria conectar Cachoeiro de Itapemirim com as áreas produtoras de café, importantes partes das peças da estrada feitas nas Antuérpia, foram conduzidas da Barra do Itapemirim até o Porto João Marques.

“[...] Nesta Freguesia trata-se de começar uma estrada de ferro, e já se inauguraram os trabalhos a 6 de janeiro (de 1886) e veio o Presidente da província (Antônio Joaquim Rodrigues). Eu não fui ver. Dizem alguns que será a morte desta Vila, não porém de seus Fazendeiros. [...]”¹⁰⁸

O que teria visto e ouvido o Bispo Lacerda quando, em seus *Registros de Visitas Pastorais*, atribuiu a estrada de ferro o papel de agente causador de uma possível morte de Cachoeiro de Itapemirim? Em suma, essa visão pessimista em relação à obra que era sinônimo de orgulho, não deixa de provocar um certo estranhamento. Mas depois de tentar compreender a particularidade de seu pensamento, é possível tatear uma possível explicação: as informações predominantes sobre esse empreendimento foram construídas pela elite cujos membros eram proprietários e/ ou redatores dos jornais, principal, senão a única fonte disponível para a análise daquele período.

Já o Bispo Lacerda teve a oportunidade de ouvir opiniões contrárias a construção da estrada de ferro, porque a sua função religiosa lhe permitia transitar por entre classes sociais menos privilegiadas da vila. E naquelas, nas quais se achavam, por exemplo, aqueles que trabalhavam nas pequenas embarcações e nas balsas, provavelmente deveriam se manifestar sobre o futuro de suas atividades. Quem sabe essas angustias não tenham sensibilizado o Bispo Lacerda?

Independente de qualquer disposição contrária, a Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Espírito Santo Caravelas¹⁰⁹, depois de 1 ano e nove meses

¹⁰⁷ FERREIRA, Cláudia da Silva. *Estrada de Ferro Caravelas: trilhos pioneiros na trajetória socioeconômica do sul do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social das relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015, p. 72.

¹⁰⁸ LACERDA, 2012, op. cit., p. 232 e 234.

¹⁰⁹ O Visconde de Mattosinhos era o proprietário de um importante jornal do Rio de Janeiro “O Paiz” e presidente da Companhia de Navegação Espírito Santo e Caravelas que, antes de assumir as obras da

de trabalho, concluiu um percurso de 780 metros de trilhos, sobre a atual rua 25 de março, a qual conectava o Porto João Marques à Estação da Estrada de Ferro Caravelas. Dali a ferrovia ganhava mais 71 quilômetros que se estendiam até ao “[...] entroncamento de Matosinhos (Coutinho), nas Duas Barras, donde seguia um ramal para o Castelo e outro [...]”¹¹⁰ até Reeve

Fotografia 4– Estação da Companhia de Navegação e a Estrada de Ferro Caravelas inaugurada em 1887¹¹¹.



O ano de 1887 foi bastante especial para Cachoeiro de Itapemirim: antes da inauguração da estrada férrea – 16 de setembro -, nessa cidade havia ocorrido a reunião do Primeiro Clube Republicano do Espírito Santo - 23 de maio –¹¹², a inauguração da tão esperada ponte – 10 de junho -¹¹³ que permitiu finalmente a travessia entre as duas margens do rio. Ademais, essas duas obras tão importantes concorreram para a pavimentação da rua 25 de março por meio do processo do macadame, e para a instalação, a cargo da

ferrovia, possuía vapores que realizavam a comunicação entre Itapemirim e o Rio de Janeiro, e vice-versa. In: ROCHA, 1966, op. cit., p. 76.

¹¹⁰ ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: GELSA Ed., 1966, p. 77.

¹¹¹ GONÇALVES, Gil. *Imagens de Cachoeiro da coleção Gil Gonçalves*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1999, p. 13.

¹¹² SANTOS, Adilson Silva. *Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim (1817 1913)*. Cachoeiro de Itapemirim: Cult Ed., 2012, p. 15.

¹¹³ ROCHA, 1966, op. cit., p. 62.

municipalidade, do sistema de iluminação belga, composto por 24 lampiões e manuseado por um fiscal.¹¹⁴

A mobilização do capital político econômico empregado na construção da Estrada de Ferro Caravelas fortalecia mais ainda o elo de Cachoeiro de Itapemirim com o Rio de Janeiro, e indicava a continuidade da política centralista do Império¹¹⁵. Tais aspectos exaltavam mais ainda os ânimos entre os representantes do sul do Espírito Santo e a capital, Vitória, motivadas pelas disputas por representações nas instâncias políticas, principalmente no exercício da função de presidência da Província. Quanto mais se acentuavam as diferenças entre as duas regiões, um clima de euforia tomava conta das elites de Cachoeiro, insuflada pelo progresso e pelo positivismo traduzido, por exemplo, pelas obras inauguradas em 1887.

Todas essas realizações propiciaram mais ainda a ampliação do movimento republicano em Cachoeiro de Itapemirim. Essa cidade era a única da Província a possuir um Clube Republicano, tanto que sediou o 1º Congresso Provincial Republicano do Espírito Santo¹¹⁶ um ano depois da inauguração da Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Espírito Santo Caravelas – 16 de setembro de 1888. Esse evento de exaltação às benesses republicanas ocorreu em meio a profunda crise do regime imperial motivada pelo andamento do processo abolicionista e o fortalecimento dos militares.

O movimento republicano somente ganhou força irreversível em 1888, após a abolição. A partir daí, os clubes republicanos se multiplicaram pelo Espírito Santo¹¹⁷ e passou a contar em suas fileiras com árdios defensores de uma maior autonomia da Província em relação à União¹¹⁸. O Golpe de Estado de 15 de novembro de 1889 sobre o qual se montou a República desfrutou de uma forte simpatia por parte dos cafeicultores, dos exportadores, importadores

¹¹⁴ ROCHA, 1996, op. cit., p.77.

¹¹⁵ QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Estrada de Ferro e territorialidade no Espírito Santo na Primeira República*. Revista *Ágora*. Vitória. N. 20. 2014. ISSN: 1980 – 0096. Disponível: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/9162>. Acesso em 14 de abril 2015, p. 89 a 91.

¹¹⁶ SANTOS, 2012, op. cit., p. 39.

¹¹⁷ GUALBERTO, João. *A invenção do coronel – ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1995, p. 123.

¹¹⁸ SILVA, 1995, op. cit., p. 66.

e das classes médias ¹¹⁹, os quais até poucos anos atrás haviam sido defensores do Império e suas instituições.

Por conseguinte, a conversão da elite de Cachoeiro de Itapemirim – detentora do título de cidade desde 1889 - à causa republicana não possuía um longo lastro. Mas, após abolição da escravatura e a implantação da República, as forças políticas do sul do Espírito Santo, esperavam, alavancados por sua economia, alcançar uma maior notoriedade no campo político, o que se traduzia no propósito de colocar a frente da presidência do Estado do Espírito Santo um de seus representantes.

Imediatamente após o golpe, no momento da escolha dos presidentes para cada estado da União, o nome de Bernardo Horta chegou ser cogitado para ocupar a cadeira do Executivo capixaba ¹²⁰, dado o seu envolvimento com as causas republicanas a frente do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim e do Jornal *O Cachoeirano* ¹²¹. Horta, contudo, foi preterido em prol de Afonso Cláudio, um legítimo representante da região central. Com isso, revelou-se o pilar sobre o qual o recém instaurado regime republicano iria se assentar:

“[...] as [...] classes ligadas ao capital mercantil-exportador / importador, [...] solidárias às suas congêneres constituídas nos demais estados cafeeiros do centro-sul [...]”. ¹²²

Esse arranjo político almejava sim contornar a instabilidade política promovida pelo fim do regime imperial e evitar ainda mais as divisões regionais do Espírito Santo ¹²³. Tais intenções, porém, não foram bem sucedidas naquela época porque a luta “[...] entre os grupos favoráveis à industrialização e os que desejavam manter o quase exclusivismo da produção agroexportadora.” Não desapareceu. ¹²⁴

A Proclamação da República e a Carta Constitucional – 1891 – concedia aos estados da União autonomia para efetuar as exportações, buscar empréstimos

¹¹⁹ SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida Ed., 1995, p. 68.

¹²⁰ SANTOS, 2012, op. cit., p. 45.

¹²¹ SANTOS, 2012, op. cit., p. 21 e 22.

¹²² SILVA, 1995, op. cit., p. 74.

¹²³ SILVA, 1995, op. cit., p. 74.

¹²⁴ BITTENCOURT, 2006, op. cit., p.272.

e investidores. O novo regime político permitiu ao Espírito Santo atrair capitais para serem investidos nas obras de ampliação do Porto de Vitória, através do qual passou a concentrar gradativamente o escoamento da produção cafeeira do Estado, e colocar todas as regiões capixabas sob o eixo de abrangência da capital – Vitória, o que, por sua vez, resultou na consolidação de seu poder político e econômico.

Imediatamente após a inauguração, em 1887, Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Espírito Santo Caravelas e da primeira estação, a de Cachoeiro, surgiram as decepções dos produtores e comerciantes com os elevados fretes ¹²⁵. Isso permitiu que os tropeiros continuassem com a sua velha tarefa: conduzir os produtos das áreas interioranas até aos armazéns e ao Porto João Marques, e, ao fazerem o caminho de volta, também redistribuíam uma gama diversificada de mercadorias adquiridas em Cachoeiro de Itapemirim.

Em relação à circulação dos passageiros, os serviços prestados pela Estação Cachoeiro não eram satisfatórios – as viagens de Cachoeiro para Pombal (Reeve) ou para Castelo não eram diárias ¹²⁶. Apesar desses contratemplos, pelo menos em alguns momentos de alguns dias da semana, a estação se convertia em um lugar de encontro. Em uma Vila do porte de Cachoeiro de Itapemirim no final do século XIX, apenas o embarque e o desembarque das pessoas já era o suficiente para criar, por menor que fosse, algum tipo de curiosidade.

Desse modo, ir à estação para receber ou levar um visitante, era uma ocasião propícia para se inteirar das novidades e mexericos. Mas para tanto, era importante se paramentar com um vestuário e calçados de qualidade – exigência quase sempre impossível de se realizar em Cachoeiro de Itapemirim - para ver e ser visto, como também causar uma boa impressão aos olhos dos outros transeuntes.

A característica predominante da região da Estação de Cachoeiro era residencial. Contudo, a possibilidade de se adquirir vantagens econômicas em

¹²⁵ FERREIRA, 2015, op. cit., p. 86.

¹²⁶ FERRERIA, 2015, op. cit., p. 86.

Enquanto isso, a execução e a ampliação do projeto ferroviário no Espírito Santo seguia com dificuldades advindas da falta de capitais. Até então, era o Estado quem detinha a prerrogativa de entregar as concessões mediante garantia do recebimento de juros aos investidores. Contudo, a partir de 1903, a empresa inglesa Leopoldina Railway absorveu as seguintes ferrovias: a Estrada de Ferro Caravelas, através da qual ligou Cachoeiro de Itapemirim ao Rio de Janeiro, e depois, a Vitória; a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, cuja continuidade permitiu a interiorização da capital do Estado ¹²⁹, até atingir Minas Gerais ¹³⁰; e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, o que veio direcionar, paulatinamente, a movimentação dos gêneros agrícolas do sul do Espírito Santo, sobretudo o café, para o Porto de Vitória.

Fotografia 5- Ponte de Ferro da Leopoldina Railway sobre o rio Itapemirim - 1910. A extremidade da mesma, vista na fotografia, desembocava seus trilhos entre o final da rua do Quartel (atual Capitão Deslandes) e seguia, à direita, em direção ao Guandu. ¹³¹



Ainda em 1903, a empresa inglesa inaugurou uma segunda estação, a Muniz Freire, depois, Cachoeiro de Itapemirim. Essa nova obra, feita de “[...] tijolinhos à mostra e cor de ocre, conforme caracterizava o padrão britânico [...]” ¹³², erguida à oeste, cujo acesso se fazia por meio da rua Capitão Deslandes (antiga Quartel) ligada a ponte de ferro, a partir de 1910, tinha o objetivo de

¹²⁹ QUINTÃO, 2014, op. cit., p. 100.

¹³⁰ QUINTÃO, 2014, op. cit., p. 98.

¹³¹ <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-quartel-da-barca-por-levy-rocha-.html>. Acesso em 10 de out. de 2016.

¹³² BITTENCOURT, 2006, op. cit., p. 201.

ampliar as conexões entre as linhas ferroviárias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

1.1- As origens do centro simbólico

Ao longo de praticamente todo o século XIX, mesmo quando se tornou uma Vila em 1867, as moradias que existiam em Cachoeiro de Itapemirim estavam bastante dispersas em um ampla área. As fronteiras entre as propriedades, quando visíveis, eram assinaladas por meio de cercas, ou elementos geográficos, tais como: a margem do rio, uma ondulação do terreno ou uma floresta.

Nessa mesma época havia uma extensa área, frequentada por pessoas independente de sua condição social, que era formada pela igreja, os portos em ambas as margens dos rios, a ponte, algumas ruas, e a primeira estação ferroviária. Estes componentes urbanos, diferente das moradias, estavam relativamente próximos e acabou por constituir o eixo central do qual se desdobrou a formação da cidade. Para Henri Lefebvre, tratava-se de uma centralidade - *centro simbólico* -, onde as pessoas em acordo tácito usufruíram deste espaço, depositavam suas frustrações, seus sonhos, seus desejos, suas representações.

A abertura de caminhos decorrentes da intensificação das atividades comerciais e, principalmente a implantação da Companhia de Navegação e a Estrada de Ferro Caravelas, contribuiu para uma mudança Cachoeiro de Itapemirim: a paulatina substituição das formas urbanas coloniais pelas que estavam sendo construídas em algumas cidades do mundo ocidental. Essa transformação não extinguiu o valor de uso daquela antiga centralidade *lefebvrina* de Cachoeiro de Itapemirim, porém ela foi potencialmente sublimada pelo valor de mercado,¹³³ porque as classes sociais mais abastadas se apropriaram daquelas áreas centrais e atribuíram a elas novos significados.

Dessa feita, as divisões dos espaços de Cachoeiro de Itapemirim em função das classes sociais, que no passado ainda eram sutis, se tornaram um

¹³³ Lefebvre estabelece a distinção entre solo (mercadoria) e espaço (indispensável para a construção das relações cotidianas). In: LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG ED., 2008, p. 83 a 85 e, 128 e 129.

fenômeno notório. Essas delimitações foram providenciais porque as elites estavam se sofisticando e passaram a transitar pelas ruas movidas por um desejo: não queriam se deparar frequentemente com as pessoas pobres, mal vestidas, sujas e por isso, consideradas moralmente suspeitas.

O alvorecer do século XX, a expansão cafeeira proporcionou, mesmo que por um período relativamente curto, a ascensão de representantes das elites de Cachoeiro de Itapemirim ao executivo do Espírito Santo. A demonstração de tamanha importância política e econômica foi o suficiente para imprimir determinadas ações daquela mesma elite sobre o desenho da cidade, principalmente no que tange a exigência de um código comportamental e a implantação de uma simbologia sobre a praça Jerônimo Monteiro, elementos através dos quais a realidade é fabricada e se faz conhecer.¹³⁴

1.2- A cidade moderna – da Europa para Cachoeiro de Itapemirim

As obras de reurbanização que começaram a ser executadas ainda no final do século XVIII, na Europa Ocidental, tinha como conceito a livre movimentação, inspirado no sistema de circulação sanguíneo de Harvey¹³⁵. Os urbanistas se apropriaram da anatomia humana para explicar o funcionamento da cidade moderna: as pessoas precisavam fluir pelas ruas, tal como o sangue pelas artérias; o ar, a água e os dejetos deveriam circular pelo ambiente tal como em um corpo saudável.¹³⁶

A equiparação do funcionamento do corpo humano ao da cidade não era algo gratuito. A partir dessa época, o Iluminismo atribuiu um papel de importância primordial às ruas que foram ampliadas, passaram cruzar áreas residenciais e centrais, para permitir a ação dos agentes responsáveis pela higiene. Estes possuíam a finalidade de dismantelar as aglomerações humanas, pois estas,

¹³⁴ BORDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1999, p. 8 e 9.

¹³⁵ O médico inglês Willian Harvey publicou em 1628 o livro *Um tratado anatômico sobre o movimento do coração do sangue nos animais*, no qual descrevia suas descobertas a respeito da circulação sanguínea. In: SILVA, Carlos Alberto Jr., LIMA, Dalmo Netto, MARGARIDO, Rosangela Simonini et alli. *A Anatomia de Willian Harvey*. Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária, ano VI, n. 11, jun. de 2008, p. 1 a 5. ISSN: 1679-7353. Disponível: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/oy1ikBV1mXHQYT3_2013-6-17-16-20_-38.pdf. Acesso em 20 de junho de 2017.

¹³⁶ SENNET, Richard. *Carne e pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro / São Paulo: Record Ed., 1994, p. 215 a 219.

além de estarem associadas a pobreza e a proliferação das doenças, impediam a concretização de um dos projetos do iluminismo: transformar as cidades em um ambiente saudável.¹³⁷

Preocupada em impedir a disseminação de doenças, a França, desde o século XVIII, havia concebido os grandes jardins, também denominados de *pulmões urbanos*. Eles se estendiam por vastas áreas dentro de Paris, onde as pessoas, independente de suas origens sociais, poderiam passear pelos caminhos que os cortavam para respirar o ar puro, elemento imprescindível para manter e / ou recuperar a vitalidade do corpo humano.¹³⁸

Durante o passeio pelos jardins, a etiqueta exigia que as pessoas não fossem incomodadas, por isso qualquer atividade, inclusive a comercial eram proibidas. Assim dito, os jardins públicos, para além de uma nova concepção de cidade, também estavam preconizando um novo tipo de comportamento embasado no refúgio, na construção de relações sociais restritas a um número pequeno de pessoas e no desmantelamento dos laços de solidariedade.¹³⁹

A construção do individualismo evidenciou-se mas ainda quando, ao aspecto saudável de uma cidade, incorporou-se a necessidade de criarem um padrão estético. Essa exigência alterou a paisagem urbana na qual os habitantes haviam construído suas memórias, seus laços de convivência e seu pertencimento. Daí surgiram as cidades isentas de passado, onde por traz das fachadas idênticas dos edifícios recém construídos, as particularidades culturais foram escamoteadas e desarticuladas.¹⁴⁰

Talvez a interferência urbana mais contundente tenha sido a de Paris, implementada durante o período imperial de Napoleão III, pelo Barão Georges-Eugenè Haussmann – o *artista demolidor*. Na concepção do planejador, a capital francesa era bastante desorganizada: as ruas eram estreitas, não

¹³⁷ SENNET, 1994, op. cit., p. 220, 229 e 270.

¹³⁸ SENNET, 1994, op. cit., p. 224.

¹³⁹ SENNET, 1994, op. cit., p. 255.

¹⁴⁰ SENNET, 1994, op. cit., p. 256 a 258.

possuíam esgotamento, as residências eram construções aglomeradas, o que contribuiu para a manifestação de sucessivos surtos de cólera e tifo.¹⁴¹

O projeto urbano de Barão Haussmann aliou a estética com a procura por soluções urbanas que garantissem a ordem estabelecida. Por consequência, substituiu as ruas estreitas, tortuosas e desprovidas da calçada, por amplas avenidas pavimentadas, com as quais dividiu os bairros operários. Esse novo entendimento do arranjo das cidades tinha como objetivo proporcionar ao Estado e ao seu aparato policial o acesso aos meandros da cidade para conter a locomoção de multidões enfurecidas e / ou revolucionárias.¹⁴²

Essas obras obtiveram grande repercussão por conseguirem apresentar ao mundo novas paisagens citadinas - Londres, Paris, Barcelona, Viena, Colônia - totalmente ou parcialmente desprovidas de representações relativas ao período medieval e ao Antigo Regime¹⁴³. Por corporificarem os êxitos propalados pela *belle époque*¹⁴⁴, elas se converteram em paradigmas de intervenção urbana que ocorreram, entre o final do século XIX e início do século XX, em algumas capitais e cidades do Brasil.

Alinhado ao comportamento político de seu tempo, Rodrigo Alves quando assumiu a presidência do Brasil (1902 a 1906), deu início às reformas urbanas do Distrito Federal. As obras executadas na cidade, sob a direção do Prefeito, o engenheiro Francisco Pereira Passos, resultou na demolição - *bota-baixo* - do antigo casario, na abertura de avenidas e na remodelação do porto. A população pobre sofreu o primeiro impacto das iniciativas políticas de Alves: a desapropriação arbitrária efetuada pelo Estado e o deslocamento das pessoas

¹⁴¹ SENNET, 1994, op. cit., p.268 e 269.

¹⁴² SENNET, 1994, op. cit., p. 269.

¹⁴³ QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Modernização urbana na belle époque capixaba: revisitando o novo arrabalde*. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (org.) *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES Ed., 2015, p. 34 e 36.

¹⁴⁴ Belle Époque foi um movimento que surgiu na Europa por volta de 1870 e se estendeu até o 1914, início da I Guerra Mundial. No Brasil, ele começou a se manifestar a partir de 1890, em decorrência da recuperação econômica. A *belle époque* foi resultado das benesses provocadas pela Revolução Científico-Tecnológica, do auge do capitalismo, das expectativas criadas em torno do darwismo social e do lema do Positivismo - ordem e progresso. A melhor tradução desse ideário eram as cidades que, uma vez reurbanizadas, civilizaram aos moldes europeus o comportamento de seus habitantes. Estes, a partir de então, passaram ser estimulados através da publicidade a consumir desde itens do vestuário até a música e o cinema. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil – República: da belle époque à era do rádio*, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 11, 34 e 37.

pobres de suas antigas residências para locais de difícil acesso – morros e regiões distantes.

Outro membro da equipe do presidente Rodrigues Alves, o médico sanitário Oswaldo Cruz, organizou a vacinação em massa da população da capital. A invasão do espaço privado das residências pelas brigadas de *mata - mosquito* para administrar a dose da vacina produziu um mal estar que passou ser visto pela população como um atentado ao pudor, porque a medicação era aplicada nas pernas e nos braços das mulheres.¹⁴⁵

Os opositores políticos de Rodrigues Alves, sobretudo os militares Lauro Sodré, Barbosa Lima, Júlio de Castilhos, Alfredo Varela, cooptaram o sentimento de ira da população – as demolições e a vacinação obrigatória - para questionar as ações do presidente¹⁴⁶. Entretanto, o movimento fugiu ao controle: as pessoas afetadas pelas reformas urbanas e insatisfeitas com a opção da República em beneficiar as elites, ocuparam o centro do Rio de Janeiro com barricadas, atrás das quais resistiram contra a ação policial do governo, episódio que ficou conhecido como a Revolta da Vacina – 1904.¹⁴⁷

A Revolta da Vacina foi um indicativo de que os objetivos e resultados da reurbanização nos trópicos foram um tanto distintos daqueles vislumbrados na Europa Ocidental. No velho continente, as interferências urbanas ocorridas entre o final do século XIX e início do XX, almejavam sim alocar ricos e pobres em espaços diferentes da cidade. Mas as classes menos privilegiadas conquistaram o direito de ocupar residências com o mínimo de conforto e higiene, mesmo porque a expectativa era fazer da cidade um corpo saudável.

No Brasil, as circunstâncias eram distintas: os desvalidos eram retirados do centro da cidade e empurrados para os morros e regiões distantes, cujas residências eram majoritariamente desprovidas de infraestrutura. Inclusive, a administração republicana continha esse paradoxo: se, por um lado,

¹⁴⁵ SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos – a melancolia europeia chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras Ed., 2003, p. 175 e 177.

¹⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras Ed., 2005, p. 112.

¹⁴⁷ CARVALHO (A), 2005, op. cit., p. 96 a p. 114.

preocupava-se com os surtos das epidemias, de outro, não criava medidas eficientes com o propósito de entregar moradias aos menos favorecidos.¹⁴⁸

Dai, conclui-se: as obras levadas a cabo em algumas cidades do Brasil não objetivavam, em primeira instância, oferecer o mínimo de conforto a todos os habitantes. Essa condição coadunava perfeitamente com a teoria do darwismo social que propugnava como sociedade ideal aquela cujos cidadãos e cidadãs fossem brancos e conseguissem se adequar ao *modus vivendi* da sociedade capitalista.¹⁴⁹

Essa concepção de cunho racista encontrou um terreno fértil na recém proclamada República, devido a postura deliberadamente preconceituosa de muitos de seus representantes políticos. Postura essa profundamente contraditória, diga-se de passagem, porque a maior parte da população do regime político instalado no Brasil era composta por pretos, pardos, nativos, brancos nacionais e imigrantes, geralmente sem uma ocupação definida ou desempregados, portanto com o perfil e as condições de vida que os tornavam inaptos para sobreviverem sobre as regras da cidade moderna capitalista.¹⁵⁰

Por conseguinte, o poder público associado ao capital privado elencava as áreas de maior visibilidade da cidade para colocar em prática os seus projetos de embelezamento. Essa opção estava calcada no desejo de oferecer imediatamente uma boa imagem da República em contraposição a do Império – ruas populosas, barulhentas e sujas; habitações lotadas e constantes surtos epidêmicos¹⁵¹ - e daí suscitar um número crescente de investidores para o país.

A despeito das particularidades dos projetos de urbanização desenvolvidos nesse período no Brasil, foram empregados os mesmos princípios utilizados na Europa, tais como: a ocupação racional do espaço e a prática de uma política

¹⁴⁸ QUINTÃO, 2015, op. cit., p. 37. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (org.) *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES Ed., 2015.

¹⁴⁹ FOLLADOR, Kellen Jacobsen e FERREIRA, Gilton Luis. *Histórias paralelas: modernização e urbanismo nas cidades de Vitória e Rio de Janeiro*, 2015, op. cit., p. 70. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (org.) *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES Ed., 2015.

¹⁵⁰ FOLLADOR, Kellen Jacobsen e FERREIRA, Gilton Luis. 2015, op. cit., p. 79. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (org.) *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES Ed., 2015.

¹⁵¹ FOLLADOR, Kellen Jacobsen e FERREIRA, Gilton Luis. 2015, op. cit., p. 70. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (org.) *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES Ed., 2015.

higienistas associada à beleza das formas dos componentes urbanos – edifícios públicos, residências, ruas, avenidas, praças. É bem verdade que aplicabilidade daqueles princípios, mormente no Brasil, eram razoavelmente viáveis em virtude, mais um vez, da escassez de capital e a insuficiência tecnológica. Em suma, tratava-se de uma “ [...] nova roupagem para o mesmo corpo exportador, [...] sem alterar as estruturas vigentes, [...], mas reforçando-as [...].”¹⁵²

1.3- O Grupo Escolar Bernardino Monteiro e praça

Os grandes projetos de urbanização começaram a ser executados no Espírito Santo sob a Presidência de José Melo Carvalho Muniz Freire, de 1892 a 1896 e, depois, de 1900 a 1904. Muniz Freire era um árduo defensor das reformas estruturais em Vitória, pois acreditava que dessa forma o Estado poderia despertar o interesses de investidores de capitais. Fica explícito portanto que as obras urbanas foram derivadas, igualmente, da conveniência de dois setores: o público e o privado.¹⁵³

Assim, o Espírito Santo preparou terreno para que a Leopoldina Railway investisse nas ferrovias porque a presença da empresa inglesa colaboraria para a interiorização do Estado, através da ligação de suas regiões produtoras com o Porto de Vitória. Foi ainda na primeira gestão de Muniz Freire que se iniciou construção do Novo Arrabalde, bairro de Vitória, projetado por Saturnino Braga. Essa obra foi inspirada nas reformas executadas em Barcelona e em Viena, onde a primazia era expansão urbana, sem a obrigatoriedade da destruição das antigas estruturas.¹⁵⁴

Um pouco mais tarde, durante as gestão do Presidente Jerônimo Monteiro – 1908 a 1912 - procedeu-se a reforma no centro antigo de Vitória ao moldes de Haussmann e a instalação de um complexo industrial em Cachoeiro de Itapemirim. Nesse segundo caso é visível a confluência de dois modelos de

¹⁵² QUINTÃO, 2005, op. cit., p. 38. . In: RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (org.) *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES Ed., 2015

¹⁵³ FOLLADOR, Kellen Jacobsen e FERTREIRA, Gilton Luis. 2015, op. cit., p. 73. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (org.) *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES Ed., 2015.

¹⁵⁴ QUINTÃO, 2005, op. cit., p. 45 e 48. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (org.) *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES Ed., 2015.

urbanização: o de Barcelona e de Viena com o de Paris. Isto dito porque, o primeiro, porque a instalação das indústrias ocorreram fora daquela centralidade constituída pela primeira Estação, o que corroborou para a ampliação da configuração urbana de Cachoeiro de Itapemirim; e o segundo, determinou a destruição da primeira estação ferroviária, área sobre a qual foi erguida, entre os anos de 1911 e 1913 ¹⁵⁵, uma escola.

As obras do Grupo Escolar Bernardino Monteiro foram dirigidas pelo construtor Álvaro Ramos, e entregue à cidade em 15 de fevereiro de 1913, no início da gestão do presidente e aliado político da família Monteiro, Marcondes Alves de Souza. O nome de batismo do

“[...] grupo escolar é uma homenagem a Bernardino de Souza Monteiro, irmão de Jerônimo Monteiro, e que também foi presidente do Estado, entre 1916 e 1920. Senador à época, Bernardino incluiu-se na solene instalação da escola, ao lado dos representantes da Assembleia Legislativa, do município, da Justiça e pessoas de destaque social, inclusive Jerônimo Monteiro.” ¹⁵⁶

Fotografia 6- Grupo Escolar Bernardino Monteiro entre 1920 e 1940 ¹⁵⁷



¹⁵⁵ LIMA, Lidiane Picoli e SCHNEIDER, Omar. *O Grupo Escolar Bernardino Monteiro – O projeto educativo e as práticas de escolarização da Educação Física no início do século XX*. Vitória: Virtual Livros Ed., 2015, p. 11 e 53.

¹⁵⁶ ALMEIDA, Renata Herman de, BARBOSA, Mariana Bianucci Apolinário, BORGES, João Marcos Charpinel et ali. *Arquitetura Patrimônio Cultural do Espírito Santo*. Vitória: SECULT Ed., 2009., p. 67.

¹⁵⁷ Arquivo do Palácio Bernardino Monteiro.

A edificação construída para abrigar o Grupo Escolar Bernardino era impressionante para os padrões da época:

“[...] possui saguão de entrada que dá acesso a um corredor central e a escada de acesso ao pavimento de cima. A circulação, com salas dos dois lados, impressiona. Inicialmente, por sua dimensão. Generosamente larga, ela está revestida pelo moderno ladrilho hidráulico de colorido vermelho, preto, verde e branco. Nas salas de aula, o piso se refinava. Preservado em sua aparência e estrutura, o tabuado de madeira fala do tempo de escolas feitas para durar. Nela também o forro é sempre em friso de madeira. Uma escada em madeira dá acesso ao pavimento superior que apresenta configuração espacial bastante parecida com a do pavimento térreo, com salas abrindo-se para o corredor central. [...] O corredor possui óculos de iluminação e as portas internas são com verga reta e bandeira em vidro.”¹⁵⁸

Enfim, as suas formas de características ecléticas, pintadas de verde amarelo eram impressionantes, e se destacavam em meio às moradias e algumas casas comerciais de Cachoeiro de Itapemirim.

Quando ainda era Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro contratou, em 1908, o educador Carlos Alberto Gomes Cardim para promover inovações no sistema de ensino, semelhante ao que ele havia realizado em São Paulo, com a intenção de criar um lastro para o projeto de desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo. Deste modo, o Grupo Escolar Bernardino Monteiro estava comprometido com a formação intelectual das crianças de Cachoeiro de Itapemirim, impossibilitadas por suas condições sócioeconômicas de se dirigirem para cidades como Vitória ou Rio de Janeiro para estudarem.¹⁵⁹

O Grupo Escolar Bernardino Monteiro também possuía um outro objetivo: comunicar o início de um novo tempo realmente comprometido com os enunciados positivista da República - a *ordem* e o *progresso*. Assim, o princípio fundamental na qual estava alicerçada a reforma educacional de Cardim não era preparar sujeitos que viessem transformar a ordem político-social imposta, e sim respeitá-la tal como estava sendo instituída.¹⁶⁰

¹⁵⁸ ALMEIDA, BARBOSA, BORGES, 2009, op. cit., p. 68.

¹⁵⁹ LIMA e SCHNEIDER, 2015, op. cit., p. 12.

¹⁶⁰ LIMA e SCHNEIDER, 2015, op. cit., p. 45.

Para alcançar os propósitos da política educacional de Cardin era fundamental que os alunos se submetessem ao processo disciplinador ¹⁶¹ pautado na obediência, na ordem, na vigilância e no controle do tempo. A constância das práticas disciplinadoras, além de naturalizá-las, resultou naquilo que Michel Foucault denominou de *princípio da localização imediata* ou *quadriculamento* ¹⁶² - onde através de uma rígida vigilância, os indivíduos adquirem corpos dóceis facilmente identificáveis dentro de uma organização social. ¹⁶³

Assim, para cumprir a sua função, o Grupo Escolar Bernardino Monteiro munuiu-se dos seguintes elementos: professores competentes, planejamento curricular, racionalização do tempo - em todas as salas de aulas havia um grande relógio afixado à parede -, padronização do vestuário das alunas e alunos através dos uniformes, aparelhamento das salas de aulas com mobiliário adequado e exigência da prática da educação física vinculada aos conceitos de saúde e higiene. ¹⁶⁴

Não obstante, o projeto educacional de Cardim adotado pelo Grupo Escolar Bernardino Monteiro não respondeu às expectativas industrializantes da administração de Jerônimo Monteiro ¹⁶⁵. Ao contrário, ao invés de priorizar o “[...] planejamento da educação integral vinculado a um desenvolvimento agroindustrial [...], a educação tinha o olhar voltado para a elite. [...]” . ¹⁶⁶ Era bastante comum que crianças, em Cachoeiro de Itapemirim, ficassem privadas da educação formal porque, ou compunham a mão de obra nas pequenas e médias propriedades, ou participavam do incipiente mercado de trabalho da cidade.

Muito embora a disciplina efetuada pelas instituições almejassem atingir uma sociedade homogênea, para Michel Foucault alguns indivíduos traziam consigo algumas marcas com as quais já se introduzia a diferença entre os indivíduos, o que favorecia alguns em detrimento de outros, ou não ¹⁶⁷. Essa dupla faceta

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 22 ed., tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes Ed., 2000, p. 178.

¹⁶² FOUCAULT, 2000, op. cit., p. 123 e 165.

¹⁶³ FOUCAULT, 2000, op. cit., p. 152.

¹⁶⁴ LIMA e SCHNEIDER, 2015, op. cit., p. 27.

¹⁶⁵ LIMA e SCHNEIDER, 2015, op. cit., p. 47.

¹⁶⁶ LIMA e SCHNEIDER, 2015, op. cit., p. 51 e 52.

¹⁶⁷ FOUCAULT, 2015, op. cit., 136.

da organização social indicada por Foucault era perceptível no Grupo Escolar Bernardino Monteiro porque de um lado era uma instituição de ensino, também era onde eram promovidos eventos políticos e culturais ¹⁶⁸, tais como:

“Levino Fanzeres ¹⁶⁹ expôs em Cachoeiro de Itapemirim, em 8 de dezembro de 1915, tendo uma recepção muito carinhosa por parte dos cachoeirenses. Foi uma exposição de grande sucesso. O salão nobre do Grupo Escolar Bernardino Monteiro tornou-se o ponto de reunião da sociedade local. Todos iam ver e admirar as grandes telas do consagrado artista. Muitos quadros foram adquiridos pelos visitantes.” ¹⁷⁰

Ou seja, o edifício escolar possuía outras atribuições, além das educacionais, as quais contribuía mais ainda para marcar as fronteiras entre as classes sociais, e lançar por terra o mito de uma comunidade coesa.

1.4- O Progresso

O conjunto arquitetônico formado pela fachada do Grupo Escolar Bernardino Monteiro e a praça - caminhos pavimentados, arborização e um boulevard - em seu entorno era o cartão postal ideal para comunicar a boa nova: a modernidade havia chegado a Cachoeiro de Itapemirim. Essa imagem da cidade vinculada ao progresso contaminava uma boa parte da sociedade, mas o discurso emanava das classes sociais privilegiadas, compostas por proprietários de terras, grandes comerciantes e profissionais liberais – médicos, advogados – que, amparados pelo capital, conseguiram garantir para os membros do grupo o controle das instituições políticas.

Indiscutivelmente a elite cachoeirense sofria uma grande influência de modismos cultuados no Rio de Janeiro devido à proximidade geográfica com o Distrito Federal. Pelo viés político entretanto, aquela mesma elite também foi fortemente inspirada pelo movimento republicano que nasceu em Itu – São Paulo -, em 1870. Isso porque alguns jovens de Cachoeiro de Itapemirim foram estudar, na segunda metade do século XIX, na Faculdade de Direito de São

¹⁶⁸ LIMA e SCHINEIDER, op. cit., 2015, p. 13 67.

¹⁶⁹ Levino de Araújo Vasconcelos Fanzeres nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, em 8 de junho de 1884. Em 1910 iniciou seus estudos na Escola Nacional de Belas Artes (RJ) e, em 1912, recebeu do Salão Nacional de Belas Artes uma estadia em Paris para dar continuidade aos seus estudos. In: MACIEL, Gonçalves. *Voltando ao Cachoeiro Antigo*. Vol. 1, Cachoeiro de Itapemirim: Gracal Ed., 1999, p. 169.

¹⁷⁰ Edição do Jornal Alcantil, dezembro de 1915. In: MACIEL, 1999, op. cit., p. 172.

Paulo, como Joaquim Pires do Amorim ¹⁷¹ - que foi um dos articuladores do Clube Republicano de 1887 junto com Bernardo Horta ¹⁷² - e os irmãos Bernardino e Jerônimo Monteiro. ¹⁷³

A Faculdade de Direito de São Paulo era um reduto dos defensores do positivismo os quais conferia

“[...] um caráter científico e racional ao comportamento tradicional dos membros [...] da classe dominante, mas acentuava também o elitismo na medida em que fortalecia a ideia de criação de uma camada mais esclarecida capaz de conduzir a massa ignorante.” ¹⁷⁴

Assim, essas mentes ilustradas tomaram para si a missão de colocar em prática os lemas do positivismo - ordem e progresso -, mesmo com a permanência de dois problemas: as limitações tecnológicas impostas por aquele tempo e a ausência de capital para se realizar as obras estruturais a contendo.

Mas mesmo assim é possível vislumbrar em Cachoeiro de Itapemirim aquilo que Reinhart Koselleck definiu como espaço da *experiência* e o *horizonte de expectativa* ¹⁷⁵. Isso porque a importância política e econômica adquiridas no passado somadas às obras e iniciativas públicas realizadas no presente potencializavam a crença em um futuro memorável.

Era tão contagiante esse sentimento, que o jornal *Cachoeirano* de dezembro de 1925 anunciou:

¹⁷¹ Joaquim Pires de Amorim pertencia a *turma dos republicanos históricos*, a mesma que também foi denominada por *turma dos estadistas*. Isto porque dela saíram nomes tais como o de como Prudente de Morais (Presidente do Brasil de 1894 a 1898), Campos Salles (Presidente do Brasil de 1898 a 1902) In: FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2 ed., São Paulo: EDUSP Ed., 2011., p. 144 e 146; Bernardino de Campos (presidente do Estado de São Paulo nas gestões de 1892 a 1896 e 1902 a 1904.) in: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CAMPOS,%20Bernardino%20de.pdf> e Rangel Pestana (foi um dos membros da junta governativa de São Paulo em 1889 e da Assembleia que aprovou a Carta Constitucional de 1891) in: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2017.

¹⁷² CARVALHO, Marco Antônio de. *Memórias de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Booklink Ed., 2005, p. 155 e 156.

¹⁷³ GUALBERTO, 1995, op. cit., p. 141.

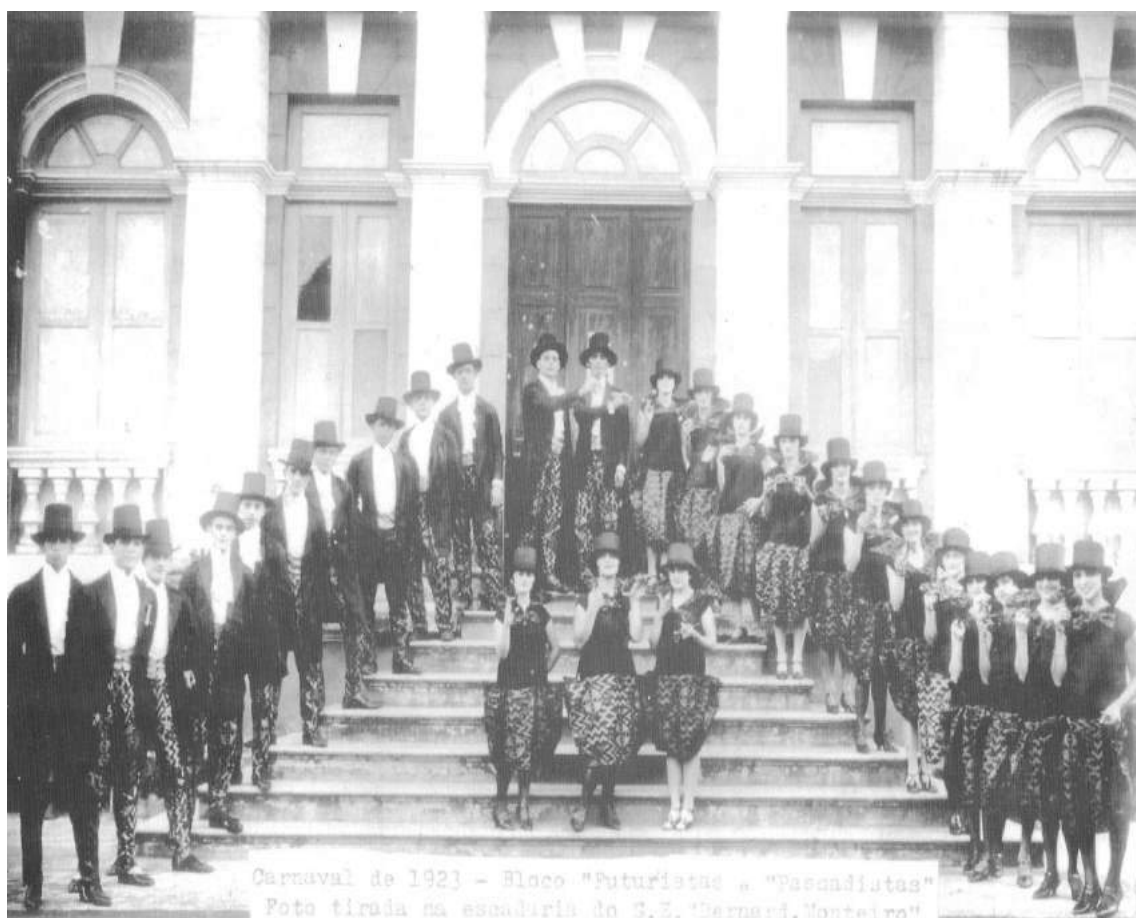
¹⁷⁴ GUALBERTO, 1995, op. cit., p. 143

¹⁷⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Tradução: Carlos Almeida Pereira e Wilma Patrícia Máas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 105.

"[...] Chega do Rio para ocupar a vaga de redator do *Progresso do doutor* Sérgio Buarque de Holanda ¹⁷⁶, intelectual conhecido por participar do movimento modernista de São Paulo, ao lado de Mário de Andrade, Prudente de Moraes Neto e outros, fundador da *Revista do Brasil*, recém formado em direito pela Universidade do Brasil." ¹⁷⁷

Holanda veio para Cachoeiro de Itapemirim com a missão de dirigir o jornal *Progresso* de propriedade do cartunista Antônio Vieira da Cunha. Permaneceu em Cachoeiro de Itapemirim por sete meses, escreveu vários artigos e fez traduções de outras revistas para serem publicadas no referido periódico, cujo nome passou ser a própria alcunha de Holanda: Dr. Progresso. ¹⁷⁸

Fotografia 6- Carnaval de 1923 Bloco "Futuristas e Passadistas". ¹⁷⁹



¹⁷⁶ Sérgio Buarque de Holanda (1902 - 1982) é autor de *Cobra de vidro* (1934), *Raízes do Brasil* (1936), *Monções* (1945), *Visão do paraíso* (1958). Disponível: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/sergio_buarque_de_holanda. Acesso em 30 de mai. de 2017.

¹⁷⁷ CARVALHO, Antônio de. *Rubem Braga – um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Globo Ed., 2007. p. 56.

¹⁷⁸ CARVALHO, 2007, op. cit., p. 56 e 57.

¹⁷⁹ GONÇALVES, 1999, op. cit., p. 64.

O bloco de carnaval *futuristas e passadistas* demonstra o frisson no qual vivia mergulhado a elite cachoeirense. Para começar, a fotografia não poderia ter sido feita em lugar mais apropriado, desejado e disputado: em frente ao Grupo Escolar Bernardino Monteiro, ao invés de um ateliê onde as pessoas geralmente trajavam roupas exageradas e faziam poses em meio a elementos cênicos – escadarias, torres, tapetes, barcos –, o que tornava o registro do instante inverossímil.¹⁸⁰

A fotografia dos *futuristas e passadistas* é duplamente um “[...] auto no processo da história [...]”¹⁸¹ e, quando desvela detalhes que não são apreendidos na realidade, ascende ao status de obra de arte. Graças a legenda que acompanha a fotografia foi viável compreender em parte o espírito de um dos blocos do carnaval de 1923 de Cachoeiro de Itapemirim e o conceito de *experiência* e o *horizonte de expectativa* de Koselleck ainda há pouco.

Isto é, os jovens elegantemente vestidos são futuristas, tanto que parte da fantasia foi feita com um tecido cuja estamparia reproduz as particularidades do manifesto publicado em 1909, pelo poeta e escritor Filippo Tommaso Marinetti - traços os quais significam um constante movimento e a valorização dos avanços tecnológicos¹⁸². Mas a fotografia possui um pormenor: o movimento de Marinetti negava o legado deixado pelo passado, e os jovens registrados na fotografia, não.

Talvez tenham usado as duas palavras – futuro e futurista - como sinônimas, com a finalidade de promover uma licença poética – Futuristas e Passadistas – e ironizar a si mesmos. A confusão é apenas aparente. Coube aos países que não estavam fechados em suas tradições, e tão pouco se entregaram cegamente aos movimentos europeus de vanguarda do início do século XX, “[...] a tarefa principal (de se) descobrir, erguer o véu e apresentar a realidade contemporânea [...]. O realismo era o movimento deles”¹⁸³. Portanto é inegável o entusiasmo da elite em relação ao futuro, mas ao mesmo tempo ela assumi

¹⁸⁰ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. Obras escolhidas, v. 1, ed., São Paulo: Brasiliense Ed., 1987, p.

¹⁸¹ BENJAMIN, 1987, op. cit., p. 174.

¹⁸² HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos – o breve século XX (1994 – 1991)*. 2 ed., tradução: Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras Ed., 1995, p. 187 a 188.

¹⁸³ HoBSBAWN, Eric. 1995, op. cit., p. 190.

– aspecto também bastante evidenciado na fotografia – com muito honra o seu passado, porque é dele do qual provém o seu poder político.

1.5- A segregação

Com intuito de afastar os habitantes inadequados da cidade ideal forjada pela elite cachoeirense, ações disciplinadoras disseminaram o *medo do contato*¹⁸⁴ com o pobre, com doente, com o feio, ou seja, com tudo que negasse os valores modernizantes da elite. O *medo* também era a manifestação de uma sensação de ansiedade por parte da elite, que temia ser violada em público, o que a levou a cultivar uma postura silenciosa, “[...] uma vez dentro desse meio público”¹⁸⁵. Assim, produziu-se a sonhada indiferença para com outro – o individualismo -, como fora o desejo dos urbanistas do século XIX para impedir a mobilização das multidões em processos revolucionários.

A cidade moderna passou produzir constantemente fronteiras sociais. Os habitantes, movidos por seus desejos pessoais, podiam criar outros percursos que não constassem no mapa oficial para usufruírem do espaço urbano como um todo, embora quando o fizessem, sempre tinham um preço a pagar – o preconceito: “[...] cavalos, a terra, e [...] (a) praça haviam emprestado certa arrogância aos moradores [...]. Os homens diziam muito uns aos outros: que é? Nunca me viu? Era comum terem olhos cinzentos e brilhantes como placas. [...]”¹⁸⁶.

Assim dito, aqueles habitantes que transitavam pela praça não poderiam ficar indiferentes aos itens paisagísticos ali dispostos e a própria monumentalidade¹⁸⁷ do Grupo Escolar Bernardino Monteiro. Ademais não é possível se furtar a um fato: o edifício do Grupo Escolar Bernardino Monteiro foi construído sobre o espaço onde havia existido a primeira estação ferroviária de Cachoeiro de Itapemirim¹⁸⁸. Como foi exposto, esse elemento urbano, além de inovador, foi um aglutinador de pessoas, e é bem provável que esse significado tenha

¹⁸⁴ SENNET, Richard. *Carne e pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro / São Paulo: Record Ed., 1994, p. 145.

¹⁸⁵ SENNET, Richard. *O declínio do homem público – as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras Ed., p. 363.

¹⁸⁶ LISPECTOR, Clarice. *A cidade sitiada*. 3. ed., Rio de Janeiro: Sabiá, 1949, p. 7 a 15.

¹⁸⁷ LIMA e SCHNEIDER, 2015, op. cit., p. 13 e 14.

¹⁸⁸ GONCALVES, 1999, op. cit., p.

permanecido no imaginário dos cachoeirenses do início do século XX, independente de sua condição social.

Dessa maneira, as pessoas continuaram ocorrendo para aquele mesmo local de dantes – agora provido de uma outra arquitetura - movidos pelo mesmo desejo do encontro com o outro. Porém é necessário incluir uma nova substância a esse movimento das pessoas em direção ao Grupo Escolar Bernardino Monteiro e a praça: “[...] lá era o centro imaginário da comunidade cívica que convocava homens e mulheres [...]”¹⁸⁹, a submeter seus corpos às relações de sociabilidade¹⁹⁰ através de desfiles, apresentações escolares, execução de hinos e proclamação de discursos.

Naquelas cerimônias públicas, as pessoas assistiam passivas á exibição dos símbolos do poder. Este não se fazia encarnar, como no passado, na figura de um soberano, mas sim em cada indivíduo. Deste modo, foi de fundamental importância a disseminação do padrão comportamental pautado na disciplina foucaultiana: o olhar admoedator do outro, que, em determinados locais possuía o mesmo efeito daquele lançado pelo mestre sobre o escolar.

Ao mesmo tempo, as encenações do poder estimulavam, além do permitido, o movimento das pessoas pela praça. Tal fato contribuiu para o acirramento de uma ação disciplinadora que Foucault definiu de *quadriculamento funcional*, que se caracteriza pela restrição da circularidade das pessoas a espaços previamente demarcados. Mas como impor esse ordenamento, se boa parte das pessoas de Cachoeiro de Itapemirim continuavam procurando aquela área central? A solução encontrada foi a divisão da própria praça.

Fotografia 8- Praça Jerônimo Monteiro em 1920, onde era (ainda é) possível ver um resquício da Estrada de Ferro Caravelas: a circunferência no jardim era o local onde os trens viravam; a esquerda, a lateral do Grupo Escolar Bernardino Monteiro e em frente, o Banco Pelotense, cujo edifício hoje é uma galeria de lojas. Fotografia de Tannussio.¹⁹¹

¹⁸⁹ LIMA e SCHNEIDER, 2015, op. cit., p. 13 e 14.

¹⁹⁰ SENNET, 1994, op. cit., p. 255.

¹⁹¹ GONÇALVES, 1999, op. cit., p. 38.



A senhora Maria de Lourdes (nome fictício), 90 anos, questionada se quando namorava o senhor José dos Santos (nome fictício), 99 anos e, mesmo depois de casada, com a residência no bairro Amarelo, frequentava a praça Jerônimo Monteiro, respondeu:

Maria de Lourdes (sempre bordando uma toalha de mesa) - Sim!

José dos Santos (em dúvida) - Sim, pouco. Não.

[...]

Maria de Lourdes - Eu gostava de olhar as vitrines das lojas. [...] as que ficavam entre a praça e o Guandu. Ali, na Capitão Deslandes.

Quando interrogada sobre a veracidade de um comportamento que dividia as pessoas, principalmente aos finais de semana, na praça Jerônimo Monteiro, Maria de Lourdes, olhou diretamente para os meus olhos, sorriu e acenou a cabeça positivamente e respondeu:

- Quando eu era solteira, era sim: o pessoal da moda andava no meio (no pavimento da rua feito por paralelepípedos) [...] e na calçada da praça ficavam as pessoas mais simples.

José dos Santos- Não. Tudo igual. (Às vezes, ele manifestava preocupação com as perguntas e me indagava se eu iria divulgar a entrevista na Internet).

Maria de Lourdes- Eu conheci meu velho na pedra. Eu cá (na parte reservada aos pobres), ele lá. [...] do outro lado da rua, ficava o comércio [...].¹⁹²

¹⁹² Os advérbios *cá* e *lá* anunciam, à luz do pensamento Michel de Certeau, que, quando um *eu* se apropria de um espaço – *cá* -, automaticamente ocorre a formação de um outro equivalente àquele eu

Em outra entrevista, Antônia (nome fictício) de 68 anos e Pedro (nome fictício) de 73 anos, residentes no Guandu atual, a informação sobre a divisão da praça Jerônimo Monteiro apareceu espontaneamente:

Antônia- [...] A praça Jerônimo Monteiro era “praça”. A praça Jerônimo Monteiro era dividida entre os ricos e pobres. Os ricos passavam de um lado, os pobres passavam de outro lado.

[...]Era muito triste.

Pedro- E se você quiser saber, nós passeávamos de terno.

Antônia- Eu não me lembro, porque não ia.

Pedro- Ficava passeando de um lado, e de outro. As pessoas falavam que eram as domésticas.

Antônia- Uma boberada isso. [...].

Pedro- Do lado da Caixa Econômica ¹⁹³ era para os ricos.

Antônia- Eu...

Pedro (repete)- Nós passeávamos de terno. E as meninas tudo granfina.

Antônia- Eu nunca participei disso porque [...].

Pedro- Eu morava ali (na rua Siqueira Lima). Todo domingo [...] terno.

Antônia- Eu nunca frequentei isso.

Pedro (reflexivo)- Como pode?!? [...] era uma divisão social mesmo!
¹⁹⁴

Esse padrão comportamental era decorrente do próprio processo de reurbanização das cidades ocorridos a partir do final do século XIX, e difundidos a partir do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Possuía como objetivo explicitar a diferença entre os indivíduos classificados como *inferiores* e *superiores*, portanto era de fundamental importância cumprir rigorosamente alguns códigos comportamentais, como: caminhar ou se concentrar no espaço que lhes era reservado. Além do mais, homens e mulheres deveriam vestir-se

– *lá*. Esse processo está na raiz da divisão de territórios e formação de fronteiras. In: CERTEAU, 2003, op. cit., p. 178.

¹⁹³ Banco da Caixa Econômica Federal, localiza-se em frente ao Palácio Bernardino Monteiro, e o seu edifício foi construído provavelmente sobre a terceira e a quarta casa ao lado do Banco Pelotense, que é possível ver na fotografia de Tannusio, da referência 179.

¹⁹⁴ Entrevista concedida por Antônia e Pedro (nomes fictícios), em 16 de Janeiro de 2017.

com elegância, obrigação difícil de ser meticulosamente executada pelas pessoas oriundas das classes sociais menos privilegiadas.¹⁹⁵

Para os homens, a exigência especial era que fizessem o uso do terno completo. Talvez, aos olhos da contemporaneidade, essa obrigatoriedade possa parecer mais simples, o que é um equívoco. Porque não se tratava de qualquer terno, era preciso avaliar a qualidade do material utilizado na confecção da indumentária: tecidos leves e claros, como a casemira. E não era apenas o terno em si; não se podia menosprezar a qualidades dos calçados e do chapéu.¹⁹⁶

Como se viu, a elite modernizante de Cachoeiro de Itapemirim não ficou indiferente ao novo código de comportamento excludente, e investida de um direito elaborado por ela mesma, se adonou da praça - lugar possuidor de importante carga simbólica para a comunidade. Segundo Nibert Elias, em sua obra *Os estabelecidos e os outsiders*, essa atitude é resultante da imagem que a elite tem de si própria: “[...] veem-se como ‘melhores’ [...], dotadas de uma espécie de carisma grupal, e de uma virtude específica [...] compartilhada por todos os seus membros [...]”¹⁹⁷. Essa coesão entre os pares, fortalecia-os para garantir o controle sobre os cargos importantes¹⁹⁸, pois “[...] um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído [...]”¹⁹⁹.

Como a elite de Cachoeiro de Itapemirim não possuía motivos concretos para expulsar ou proibir a presença daqueles considerados inferiores da praça Jerônimo Monteiro, logo lhe imputaram estigmas “de valor humano inferior [...]”²⁰⁰. Quando aquele grupo criou regras para evitar a presença do outro, automaticamente desautorizou-se o mito da comunidade de cidadãos. Daí que a cidade se desvelou e apresentou uma outra faceta: múltipla e fragmentada.

¹⁹⁵ SVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense Ed., 1995, p. 33.

¹⁹⁶ SVECENKO, 1995, op. cit., p. 33.

¹⁹⁷ ELIAS, Nibert e SCOTSON, Jonh L. *Os estabelecidos e os outsiders – sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994., p. 20.

¹⁹⁸ ELIAS e SCOTSON, 1994, op. cit., p. 22.

¹⁹⁹ ELIAS e SCOTSON, 1994, op. cit., p. 23.

²⁰⁰ ELIAS e SCOTSON, 1994, op. cit., p. 24.

Os elementos elencados para forjar a sua identidade, ao invés de serem partilhados, são sim negociados, o que propicia formas de vivências distintas e tensões internas.

2- O GUANDU

Uma cidade, de acordo com Michel de Certeau, é um lugar dotado de um caráter uniforme, se visto por meio das linhas de um mapa, de uma representação dos elementos urbanos tais como: ruas, praças, pontes, bairros e relevos ²⁰¹. Mas se for realizado um mergulho nessa cidade, o observador irá se deparar com uma outra situação, ou seja: um aglomerado de espaços distintos entre si, e entremeados por fronteiras, pelas quais os habitantes devem circular para fornecer vitalidade a cidade. ²⁰²

Assim dito, da perspectiva do olhar sobre o mapa e da organização imposta pelo poder, o Guandu é um bairro. Contudo, ao se considerar que uma cidade também pode ser equiparada a uma bricolagem, o Guandu, simultaneamente, se transforma em mais um pedaço, retalho – espaço – formador de Cachoeiro de Itapemirim. E o Guandu comporta os dois conceitos: o primeiro não deslegitima o segundo, e vice-versa, porque essa duplicidade acompanha o processo de urbanização. ²⁰³

As notícias referente a esse espaço, localizado à margem sul do rio Itapemirim, são ao mesmo tempo escassas e imprecisas. Mesmo porque, a formação de Cachoeiro de Itapemirim iniciou-se em outro sítio, rio abaixo, no ponto aonde ele ainda era navegável. Sabe-se, porém, que as terras sobre as quais viria se constituir o Guandu havia sido uma fazenda de Felisberto de Souza Monteiro, primo do Capitão Francisco Souza Monteiro ²⁰⁴, cujo acesso era feito por meio de pequenos barcos, por causa das pedras do rio ou caminhos difíceis de serem percorridos.

Nessa região também se localizava a Pensão dos Imigrantes ²⁰⁵. Como a própria denominação informa, tratava-se de um alojamento no qual deveria permanecer a mão de obra europeia e oriental que havia desembarcado no

²⁰¹ CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano – artes de fazer. Vol. 1, 9. ed., tradução: Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis: Vozes Ed., 2003, p. 45.

²⁰² CERTEAU, 2003, op. cit., p. 27.

²⁰³ CERTEAU, 2003, op. cit., p. 48.

²⁰⁴ MACIEL, Manoel Gonçalves. Voltando ao Cachoeiro antigo. Vol. 1, Cachoeiro de Itapemirim: Graacal, Ed., 1999, p. 58.

²⁰⁵ MACIEL, 1999, op. cit., 45.

porto da Barra e subido o rio Itapemirim. Depois do descanso e do período de quarentena, os imigrantes seguiam para alcançar as terras aonde iriam se fixar.

“Há uma notícia de que, na manhã de 25 de março de 1895, chegou à Vila de Cachoeiro de Itapemirim, vindo numa canoa de uma fazenda do Baixo Itapemirim, certo imigrante doente. Os proprietários dessa fazenda, Alves & Cia, devolviam esses imigrantes à hospedaria de Cachoeiro. “[...]. O imigrante, depois de ter recebido pelo lavrador, não deve vir, por moléstias, sobrecarregar ainda mais ainda mais as despesas dos cofres públicos. Ainda mais na época epidêmica que atravessamos, e não sendo esta cidade dotada de condições higiênicas é digno de censura atulhá-los com doentes impostos por atos arbitrários.[...]”²⁰⁶

Se forem feitas ponderações sobre a geografia de Cachoeiro de Itapemirim, àquela época, a Pensão dos Imigrantes foi instalada em uma área razoavelmente distante dos portos e da Estação Caravelas. Se por um lado denota a preocupação do período de transição do Império para a República com a política higienista e a criação de medidas para coibir a propagação de doenças, provavelmente contraídas pelos imigrantes ao longo da viagem²⁰⁷, por outro, a escolha do local para a construção da referida Pensão não poderia ser mais equivocada:

“[...] Meu pai nasceu em Iconha²⁰⁸, mas desde criança ele vinha a Cachoeiro fazer compras com vovô. Ele conta que essa região do Guandu era um brejo”²⁰⁹. [...] Aqui tinha muita água. [...] Aqui mesmo (referindo-se a sua casa), se cavar meio metro, tem água [...]”²¹⁰

Nesse mesmo período, a Estrada de Ferro Caravelas para atingir Pombal (Reeve) e Castelo, teve parte de seus trilhos necessariamente instalados sobre a fazenda ora denominada Cobiça²¹¹, ora Divisa²¹², de Felisberto de Souza Monteiro. Felipe Melo, ao ser questionado se tinha alguma informação sobre o proprietário das terras do Guandu, respondeu:

“Desse pessoal que foi governador, Monteiro. [...] Não é do meu tempo, não. Mas foram os Monteiro que doaram”.²¹³

²⁰⁶ MACIEL, 1999, op. cit., p. 228.

²⁰⁷ MACIEL, 1999, op. cit., p. 228.

²⁰⁸ Iconha é um município do sul do Espírito Santo.

²⁰⁹ Entrevista concedida por Marly Melo, em 4 de maio de 2017.

²¹⁰ Entrevista concedida por Felipe Melo, em 7 de maio de 2017.

²¹¹ MACIEL, 1999, op. cit., p. 58

²¹² GUALBERTO, João. *A invenção do coronel – ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo ed., 1995. 1995, op. cit., p. 137.

²¹³ Entrevista concedida por Felipe Melo, em 7 de maio de 2017.

Essa obra proporcionou o contato de seus trabalhadores e demais profissionais com os habitantes de regiões mais afastadas da área urbana ²¹⁴ de Cachoeiro de Itapemirim. Com isso, muitos homens trocaram o trabalho agrícola pelo da ferrovia – realização de assentamentos das dormentes, feitura de aterros, construção de bueiros e pontilhões -, fato que se repetiu mais tarde, quando as demais linhas que estavam sendo construídas no Espírito Santo foram adquiridas pela Leopoldina Railway.

Quando a Estrada de Ferro Caravelas foi absorvida pela Leopoldina Railway tornou-se necessário estabelecer o ramal em uma região mais ampla, com vistas de viabilizar a movimentação dos trens e aproveitar toda infraestrutura da antiga estrada. Sendo assim, é muito provável que a nova estação – Muniz Freire – tenha sido construída ainda dentro dos limites da fazenda de Felisberto de Souza Monteiro.

Assim, do Guandu para se chegar à estação construída pela Leopoldina Railway, se utilizava a rua XV de Novembro (Capitão Francisco Baga) e da praça, principal caminho era através da rua do Quartel (Capitão Deslandes). Nessa via, ocorreu paulatinamente um incremento das mais diversas atividades comerciais, em razão da circulação do número de pessoas, carregadores, carroças e tropas. ²¹⁵

Essa reconfiguração urbana poderia implicar em uma rápida desarticulação dos portos e a navegação em direção ao Baixo Itapemirim. Contudo, trata-se de uma conclusão apressada porque, alguns produtores continuaram utilizando o rio, no período das cheias, para exportar o café tal como antes do aparecimento da estrada de ferro. E se o rio estivesse seco, o café seguia de trem apenas até Itapemirim ²¹⁶, e de lá, de navio até ao Rio de Janeiro ou Vitória. Essa forma ainda era mais lucrativa por causa dos elevado dos fretes cobrados pela Leopoldina Railway.

2.1- Um espaço para se manter a distância

²¹⁴ SVECENKO, 1998, op. cit., p. 25.

²¹⁵ MACIEL, 1999, op. cit., p. 48.

²¹⁶ CARVALHO, Marco Antônio de. *Memórias de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Booklink Publicações LTDA Ed., 2005, p. 19.

Em contrapartida, algumas alterações começaram surgir para além da estação. Em 1912, sobre o local onde havia existido a Pensão dos Imigrantes, foi construída a Fábrica de Tecidos. Quem a inaugurou foi Presidente do Estado Marcondes. Essa unidade têxtil fazia parte de um complexo industrial – usina de açúcar no vale do Itapemirim, fábrica de cimento, de papel, de óleo vegetal, serraria industrial e a Usina Hidrelétrica do Rio Fruteiras²¹⁷ - criado pela gestão de Jerônimo Monteiro com o objetivo de diversificar a economia capixaba, ainda significativamente atrelada ao cultivo do café e, sujeita às flutuações do mercado.

A Fábrica de Tecidos possuía em suas dependências várias casas para abrigar algumas famílias de operários. Mas a maioria destes residiam em outras áreas da cidade. Portanto como faziam para se deslocar em meio ao lamaçal e os buracos, numa época em que não existiam serviços de transportes urbanos? Existiam apenas duas possibilidades: fazer longos percursos a pé ou buscar moradias pelas proximidades da fábrica.

As residências nessa região da cidade eram extremamente simples. Embora Cachoeiro de Itapemirim possuísse desde 1907 o sistema de água encanada, a oferta desse serviço era muito restrita. Tanto que o Jornal *O Cachoeirano* desse mesmo ano anunciou a construção, pela municipalidade, a construção de 4 chafarizes. Como a localização destes eram distantes, só existiam duas alternativas: consumir a água diretamente do rio ou adquirir a dos carregadores os quais abasteciam os recipientes nos ditos chafarizes ou nas fontes.²¹⁸

Com a expansão urbana que estava ocorrendo em direção a rua do Quartel (Capitão Deslandes), a estação e adjacências, a Câmara Municipal, em sessão de abril de 1909, aprovou a seguinte proposta: o perímetro urbano da cidade ampliou-se à margem norte, rio acima, até a ponte de Ferro da Leopoldina Railway, para onde também deveria se estender a luz elétrica. Por que nessa proposta e a de 1913²¹⁹, não há nenhuma menção à margem sul?

²¹⁷ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforço industrial na República do café: o caso do Espírito Santo (1889 / 1930)*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida Ed., 1982., p. 80.

²¹⁸ MACIEL, 1999, op. cit., p. 285 e 304.

²¹⁹ MACIEL, 1999, op. cit., p. 294.

A explicação plausível para esse silêncio é que o planejamento urbano é resultado de uma imposição, é um instrumento de poder político, e este não reconhecia como parte da cidade a rua do Quartel e a estação Muniz Freire. Isso porque, embora fosse o *locus* de circulação de mercadorias vinculadas àquele mesmo poder político, as áreas apontadas possuíam um ordenamento diferente do almejado por aquela mesma elite.

Como parte expressiva das mercadorias ainda eram transladadas pelos tropeiros, a presença destes em frente a algum armazém, ou a travessia da cidade, não deixava de provocar algum tipo de atropelo por causa dos seus animais misturados a poeira ou a lama²²⁰. Além destes, existiam também os carregadores que andavam de um lado para outro com pacotes nos ombros ou sobre a carroças.²²¹

Desde de 1893, Cachoeiro de Itapemirim já possuía um *Código de Postura*²²² com o qual a elite local objetivava eliminar as particularidades e promover o ordenamento urbano de acordo com os seus valores. E, muito embora a municipalidade previsse ações punitivas para os infratores do Código de Posturas, este não tinha como evitar o odor das pessoas pobres que caminhavam ao lado daquelas ameadadas, e portanto, supostamente limpas. Essa separação era impossível, apesar das diferenças de preços das passagens dos trens, porque no momento exato do desembarque, os odores corporais se misturavam, e estes com as mercadorias e os animais de carga.

Para Chantal Jaquet,

“[...] o olfato [...] é um sentido antissocial por excelência [...]; ele não favorece a comunicação em razão ao asco que suscitam os odores do outro, seu hálito, suas micções[...]”. “[...] A razão fundamental deve ser procurada, sem dúvida, numa forma de puritanismo das sociedades ocidentais [...]”, está pautada em uma recusa do corpo, na somatofobia, na negação da sensualidade, em um horror pelos humores secretados e na “[...] total potência sobre as emanções que não são controladas necessariamente [...]”²²³

²²⁰ MACIEL, 1999, op. cit., 55.

²²¹ MACIEL, 1999, op. cit., 59.

²²² MACIEL, 1999, op. cit., 62.

²²³ JAQUET, Chantal. Filosofia do odor. Tradução: Maria Angela Mársico da Fonseca maia e Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária Ed., 2014, p. 39, 42 e 44.

pela razão. Assim dito, odor alheio contribuiu para justificar a aversão aos trabalhadores e pobres em geral, especialmente aos pretos e pardos, pessoas aos quais ainda se incorporava o preconceito racial e a sua condição de escravos.

O mau odor tornou-se um empecilho para a urbanidade. Dada a impossibilidade de evitá-lo, este passou a ameaçar os caros valores da *belle époque*, disseminados com maior intensidade, a partir do final do século XIX, tais como a liberdade, a intimidade e o individualismo.

“[...] Ainda que não se pronuncie sobre esse ponto, Kant alimenta o sonho de uma sociedade ideal onde os odores não teriam direitos à cidade. Ele subentende, realmente, que uma cidade verdadeiramente livre e respeitadora do próximo deveria colocar limite tanto no barulho sonoro quanto à algazarra olfativa e estender isso na direção das relações sociais assépticas. [...]” ²²⁴

Nesse contexto, o caráter de uma pessoa era definido a partir de sua aparência. Dessa feita, aquelas que eram pobres e ficavam sujas ao executar as suas atividades, ou faziam uso de perfumes baratos, não eram consideradas de boa índole e eram inseridas pelo ordenamento social nas categorias sociais inferiores ²²⁵, por serem trabalhadores e desvalidos. Inclusive, essas condições nas quais se encontravam constituíram justificativas para remunerá-los com baixos salários, porque sendo ignorantes e não possuírem higiene, também seriam incapazes de viverem em um ambiente de conforto. ²²⁶

Na estação havia excesso de ruído - dos trens, dos apitos, das vozes -, confusão entre passageiros, mercadorias, carregadores e carroças, e o cheiro nauseabundo decorrente dessa mistura ²²⁷. Acrescente-se a esse que, as proximidades da estação, também era reduto de pessoas as quais normalmente não frequentavam o centro simbólico porque eram brancos nacionais, imigrantes, negros e pardos desempregados ou que exerciam profissões consideradas menores.

²²⁴ JACQUET, 2014, op. cit., p. 42.

²²⁵ JACQUET, 2014, op. cit., p. 39 e 50.

²²⁶ JACQUET, 2014, op. cit., p. 82.

²²⁷ TUAN, op. cit., p. 232, 233 e 242.

Aqui é possível localizar uma das raízes da confusão, por parte dos habitantes, entre a área da estação e o Guandu. Antes, porém é oportuno enfatizar as raízes da própria nomenclatura *guandu*:

“O Dr. José Fortunato Ribeiro, no Correio do Sul de 2 de setembro de 1929, escreveu [...]: ‘alguns acham que o termo *guandu* é daqueles imigrados com os africanos e outros que é de origem puramente indígena’. Estamos com os segundos, por isso que *guandu*, corruptela de *coandu* (animal da família dos roedores) quer dizer barulhento, rumoroso (*gua*, o que; *ndu*, barulhento). *Guandu* (município de Afonso Cláudio), lugar célebre, outrora pelas desordens que ali implantavam os facínoras, prófugos dos diversos Estados, que ali se homiziavam – nome dado pelos viajantes e decorrentes de tais desordens – que vem corroborar o sentido de barulhento²²⁸”.

Ora, embora com o tempo a administração municipal venha separar a Estação Ferroviária e as ruas Quintiliano de Azevedo e a XV de novembro (Francisco Coronel Braga) do Guandu, ambas regiões e as duas ruas possuíam o mesmo perfil.

2.2- Os habitantes

O Guandu não era um espaço vazio. Deixara de ser uma fazenda de escravos antes da abolição por causa da construção da Ferrovia Caravelas, mas as regiões adjacentes, não. Depois da Lei Áurea - 1888 – uma parte dos antigos escravos permaneceram na propriedade, porque tornavam-se trabalhadores livres ou vieram adquirir um pequeno lote. Contudo, uma boa parte dos antigos escravos não vislumbravam nenhuma alternativa de sobrevivência aonde habitavam após a abolição, fato que impulsionou a vinda dessas pessoas para a área urbana de Cachoeiro de Itapemirim, alimentadas por esperanças de encontrar uma outra forma de trabalho²²⁹.

A essa população negra e livre, juntaram-se levadas significativas de migrantes. Geralmente provenientes de outros municípios do Espírito Santo, do sul da Bahia e do norte-fluminense,²³⁰ se dirigiram para Cachoeiro de Itapemirim atraídos pela esperança de conseguirem de trabalho na Leopoldina Railway, na Fábrica de Tecidos e nas empresas de extração de madeira.

²²⁸ MACIEL, 2003, op. cit., p. 57.

²²⁹ Silvia

²³⁰ Zorzal e Silva

Nessa mesma época também chegaram imigrantes europeus e asiáticos os quais desejavam abrir os seus próprios negócios. Aqueles que possuíam capital, geralmente buscavam a rua do Quartel (Capitão Deslandes) e a área da estação ferroviária, obviamente por serem as mais movimentadas e próximas do centro simbólico de Cachoeiro de Itapemirim.

E quanto mais pobres fossem os imigrantes urbanos, estes se dirigiam para outras áreas de Cachoeiro de Itapemirim, notadamente o Guandu ²³¹. Nessa região, portanto, além de uma população preta, parda e branca empegada na Leopodina Railway e na Fábrica de Tecidos, e de pescadores, lavadeiras, pequenos comerciantes nacionais, também estabeleceu-se gregos, espanhóis, portugueses, italianos, chineses e judeus ocorria em virtude da que se dedicaram majoritariamente às pequenas indústrias e ao comércio.

Ainda no início do século XX, iniciaram-se também as correntes migratórias de sírios e libaneses para o Brasil. Estes, primeiramente, se dirigiram para as grandes cidades, tais como o Rio de Janeiro e São Paulo. As outras levas, procuram se estabelecer em cidades pequenas, porque acreditavam que desta feita teriam mais chances de prosperarem . ²³²

Aqueles que vieram para Cachoeiro de Itapemirim se dedicaram majoritariamente as atividades urbanas, tais como armazéns, armarinhos e lojas de tecidos no Guandu, na pequena praça em frente à estação ferroviária e na rua do quartel. De praxe, as portas do comércio se abriam para a rua, e as residências se organizavam na parte de trás, ou no andar superior do edifício ²³³.

As primeiras gerações que se fixaram em Cachoeiro de Itapemirim desejavam manter os seus costumes, principalmente aqueles referentes a escolha dos pretendentes e casamentos entre primos. O comportamento endogâmico, por sua vez, fazia com que eles impusessem barreiras em algumas ocasiões de socialização. ²³⁴

²³¹ MACIEL, 1999, op. cit., p. 67.

²³² MACIEL, 1999, op. cit., p. 68.

²³³ MACIEL, 1999, op. cit., p. 72.

²³⁴ MACIEL, 1999, op. cit., p. 74.

As famílias que obtiveram bons resultados em seus negócios, legaram às futuras gerações a oportunidade de estudarem e se dedicarem às profissões liberais. Outras, diversificaram seus negócios, investiram em novas atividades - aquisição de terras, cultivo de cana de açúcar e instalação de engenhos -, e adquiriram imóveis para serem alugados.²³⁵

Assim, o perfil populacional dos habitantes do Guandu, entre o final do século XIX e início do século XX, era formado por nacionais e por imigrantes, ou filhos destes. Todos esses segmentos exerciam alguma atividade econômica, fosse como empregados ou como proprietários de algum pequeno empreendimento. Por que, então, esse bairro carregou, por um longo tempo, a pecha de pobreza?

Às questões históricas, políticas e econômicas é imperioso adicionar um componente psicológico: a urbanização das cidades deslocou o antigo temor despertado pela natureza inexplorada para com o outro desconhecido²³⁶. No Guandu essa sensação deveria ser premente, devido a origem dos primeiros habitantes, por causa da grande presença de viajantes e comerciantes, como também fora o espaço no qual se fixaram imigrantes – sírios, libaneses, judeus e chineses - que comprometia a política de branqueamento do Brasil.²³⁷

Ademais, a iluminação deficitária do Guandu, comprometia a capacidade das pessoas de se orientarem no espaço. Isso despertava o medo do escuro inerente aos seres humanos e levava suas mentes a criarem uma infinidade de monstros e transformarem as pessoas já vítimas de algum preconceito, em criminosos potenciais.²³⁸

2.3- O ordenamento

Em 1915, em uma parte bastante elevada do relevo, do outro lado da linha férrea, em frente à Fábrica de Tecidos, foi inaugurada a Igreja Santo Antônio. Ora, quais motivações justificariam tamanho empreendimento no Guandu? Para responder a esse questionamento é preciso considerar que Igreja da

²³⁵ MACIEL, 1999, op. cit., p. 91.

²³⁶ TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP Ed., 2005, p. 16.

²³⁷ MACIEL, 1999, op. cit., p. 95.

²³⁸ TUAN, 2005, op. cit., p. 16 e 25..

Matriz era muito distante e as pessoas tendiam se deslocar com pouca frequência para o outro lado da cidade, devido a precariedade das ruas e as dificuldades de se caminhar durante a noite.²³⁹

Assim, mediante a expansão que estava ocorrendo em direção ao Guandu, o poder municipal ampliou os limites da zona urbana. Através do *Decreto nº 46, de 26/02/1917*, o perímetro urbano, do lado sul abrangeria “[...] rio abaixo, até a casa de residência do Capitão Alfredo de Souza Monteiro [...] rio acima, até a ponte da Ilha da Luz²⁴⁰”. A partir de então, o Guandu passou a compor a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, o que exigiu iniciativas, sobretudo do poder público, para a organização dessa área.

Desde 1887, a Estrada de Ferro Caravelas já cortava a área do Guandu e os pontilhões foram construídos a partir de 1909. Porém as obras citadas possuíam a função de conectar regiões, transportar mercadorias e passageiros, e não possibilitar a mobilidade das pessoas. Foi exatamente a partir daí que surgiram os primeiros sinais de organização do espaço de acordo com os parâmetros urbanos do século XIX. Em outras palavras: dentro das linhas demarcatórias do Guandu, a Fábrica de Tecidos e Igreja Santo Antônio funcionavam como instrumentos panópticos.

É certo: a igreja exercia a vigilância e o controle, através do ato religioso em si, a confissão, e no caso da Igreja Santo Antônio, a sua localização em um terreno elevado, significava o olhar de Deus sobre os seus filhos obedientes, ou pelo menos deveriam sê-lo. Mas nessas ocasiões, não ocorria ou era muito difícil ocorrer a identificação de cada indivíduo. Esse empecilho era resultante das características arquitetônicas do templo – paredes altas, poucas portas e janelas –, que, ao invés de expor, acolhia os fiéis no silêncio e na penumbra da oração.²⁴¹

Por outro lado, a Fábrica de Tecidos era um dos pilares do panoptismo de Foucault. A organização da produção exigia um rígido controle dos movimentos do operário ao longo da jornada de trabalho, válido também para os moradores

²³⁹ MACIEL, 1999, op. cit., p. 45.

²⁴⁰ MACIEL, 1999, op. cit., p. 338.

²⁴¹ FOUCAULT, 2006, op. cit., 123.

das residências de propriedade da fábrica, e uma administração do tempo dos operários que eram feitos por meio de um apito de elevado alcance sonoro.

Fotografia 9- O Guandu em 1920, onde é possível ver a Fábrica de Tecidos, a residência dos operários e ao fundo, um grande espriamento do rio Itapemirim. Por cima da estrada aonde estão dois homens, há um pontilhão e a Estrada de Ferro da Leopoldina que se dirigia para Vitória; a outra, cujo destino era o Rio de Janeiro e a Igreja Santo Antônio não foram captadas pelo ângulo da fotografia, mas estavam (a igreja ainda está) à direita da mesma. No primeiro plano existem alguns postes de transmissão de luz elétrica como também ao longo da estrada de ferro. A autoria da imagem é desconhecida.²⁴²



Entrementes, no final do ano de 1926, o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Augusto Seabra Moniz, divulgou em mensagem dirigida à Câmara Municipal, as realizações de sua administração - 1924 a 1926. Nela consta a pequena diminuição do índice de mortalidade²⁴³, em relação a gestão anterior, na qual ainda informa: “[...] a falta de esgotos em alguns pontos da cidade, principalmente no Guandu certamente de grande aumento do obituário da cidade.”²⁴⁴

O conteúdo da comunicação do Prefeito Seabra é no mínimo ingênua: ele identifica o fator causador do problema – a mortalidade –, mas não aponta soluções, como se fosse condição dos habitantes ocupar um espaço

²⁴² GONCALVES, 1999, op. cit., p. 30.

²⁴³ MACIEL, Manoel Gonçalves. *Voltando ao Cachoeiro antigo*. vol. 2, Cachoeiro de Itapemirim: Gracal Ed., 2003., p. 20.

²⁴⁴ MACIEL, 2003, op. cit., p. 20.

desprovido de infraestrutura para esgotamento. Ao mesmo tempo, ele omite as outras áreas de Cachoeiro de Itapemirim que estavam em condições semelhantes, porque nessa época, a cidade era minimamente dotada desse serviço.

Em 1927, no início da gestão do Capitão Francisco Athayde, sucessor de Seabra, fundou-se o Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas. Este possuía a função de oferecer cuidados e medicamentos gratuitos à população pobre, portanto eis o seu endereço ²⁴⁵: rua Quintiliano de Azevedo, no Guandu.

“A lei municipal nº 117, de 28/8/1928, sancionada pelo Prefeito Francisco Alves de Athayde, subvencionou o posto de profilaxia: ‘Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a subvencionar o posto de Profilaxia de lepra e Moléstias Venéreas desta cidade com a importância necessária à localização de seu funcionamento.’” ²⁴⁶

O ponto é: por que os mesmo documento não menciona outros espaços de Cachoeiro de Itapemirim com as mesmas deficiências? Por que apenas o Guandu é indicado?

É necessário destacar que o Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas localizava-se, naquela época na região genericamente denominada de Guandu, próxima à Estação Ferroviária. Essa área era para a qual estavam se expandindo as diversas atividades comerciais e industriais, hotéis e pensões de Cachoeiro de Itapemirim, o que fazia dela um espaço de concentração de trabalhadores e viajantes.

Isso explica em parte o conteúdo higienista da *Lei Municipal nº 117* voltada sobretudo para o controle das pessoas de classes sociais menos privilegiadas, o que explica a instalação de mais um aparelho panóptico nas fronteiras do Guandu. Não apenas isso: o Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas exercia as mesmas funções do *hospital*, tal como o da *fábrica*,

²⁴⁵ Hoje, na cartografia oficial da cidade, a rua Quintiliano de Azevedo dá acesso ao Guandu e pertence ao centro da cidade. Um outro dado: em entrevista com Felipe Mello, em 7 de maio de 2017, este informa que o Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas ficava em um no casarão no início da rua Basílio Pimenta, onde mais tarde veio a ser um salão de baile chamado *Batente* e, depois, *Vela Acesa*. Embora a informação seja diferente daquela fornecida por Manoel Goncalves Maciel, ela não anula o fato do serviço médico em questão ter se localizado nos limites de onde começava o Guandu.

²⁴⁶ MACIEL, 2003, op. cit., p. 29.

teorizados por Foucault – instituições, a partir do final do século XVIII, os quais deveriam dividir e classificar os indivíduos e controlar os seus movimentos.²⁴⁷

Em oposição ao sistema de bondes que conectavam o Guandu à alguns outros espaços da cidade, as iniciativas administrativas tendiam isolar o bairro, associando-o a pobreza e, a partir da *Lei Municipal nº 117*, às doenças. Não é pretensão dessa pesquisa romantizar o objeto de pesquisa e negar o fato que a inexistência de uma infraestrutura deixavam as pessoas vulneráveis às mesmas:

“[...] é oportuno apelarmos ao [...] Prefeito, no sentido de solucionar o mais sério e imprescindível problema: o saneamento do bairro Guandu. Não é justo que essa parte da cidade, hoje a mais populosa, continue, pelas suas péssimas condições sanitárias, a ser o maior coeficiente da nossa estática obituária. “[...] casebres infectos, sem ar, sem luz, verdadeiros antros, onde vidas preciosas se definham, para satisfação única de senhores gananciosos, que se locupletam com a infelicidade da classe pobre. Para que [...] tenha uma pálida ideia do que são essas segregadas habitações, lhe diremos que, no desempenho de cargo que exercíamos, penetramos uma ocasião em uma dessas ‘casas’, e foi preciso, em pleno dia [...] acender uma vela para enxergar a inquilina, que se contorcia em dores, em seu miserável catre! A casa era uma verdadeira funa: tinha apenas a porta de entrada! E assim como essa, existem outras, muitas outras, que precisam desaparecer a bem de saúde pública [...].”

O extrato apresentado acima foi retirado do editorial publicado no *Jornal Correio do Sul*, de 12 de janeiro de 1928, intitulado *O saneamento do Guandu* assinado por Viterbo. Embora faça uso de um pseudônimo, o autor não esconde que já exerceu uma função administrativa. Por isso talvez, diferente do senso comum construído pela elite, ele se refira ao Guandu como a área mais populosa da cidade. Como já foi dito aqui, esse dado era reconhecido desde de 1917, quando foi sancionada a lei de expansão do perímetro urbano de Cachoeiro de Itapemirim.

Ademais, Viterbo exigia por parte da municipalidade uma conduta rigorosa em relação a fiscalização das residências do Guandu, e chega a sugerir a necessidade de derrubar os imóveis precários para a manutenção da saúde pública. É claro que a situação precisava ser resolvida, mas a reedição de um *bota abaixo* em Cachoeiro de Itapemirim não era a melhor proposta.

²⁴⁷ FOUCAULT, 2006, op. cit., p. 172.

Qualquer exigência feita aos locatários para que efetuasse melhorias nos imóveis incidiria no valor dos alugueis e no deslocamento dos funcionários da Leopoldina, da Fábrica de Tecidos e de outras pequenas indústrias. Dai, é preciso questionar como essas pessoas viram para o trabalho se as ruas eram precárias e o único meio de transporte urbano disponível era uma linha de bondes? ²⁴⁸

Com as informações presentes, não é possível saber qual ou quais pessoas estavam por traz de Viterbo, do que consistiam as suas convicções políticas, se era filado a algum partido político. Mas uma coisa é certa: quando defende o fim do casario precário, sem apresentar um destino para as pessoas as quais seriam desalojadas, o seu texto desvela um desejo de imposição daquele *modus vivendi* circunscrito ao centro simbólico, no Guandu.

2.4- A permanência dos impasses

Eis o Guandu, pelo menos no início dos anos 1940. Desde de 1917, como já foi visto, essa área estava inserida no perímetro urbano, tanto que essa parte da rua Bernardo Horta já se encontrava pavimentada. Um outro indício da movimentação significativa de pessoas nesse espaço foi a remoção do Centro de Profilaxia de Lepra e Doenças Venéreas para uma região um pouco mais distante, sob a denominação de Centro de Saúde. Nessa época, era mais evidente a tendência das instituições de saúde se localizarem em zonas fronteiriças, devido às angustias provocadas pela disseminação das doenças.

249

Fotografia 10- Anos 1940, ao fundo, residência da família Tanure, com um armazém na parte inferior do edifício. Neste ponto localiza-se a Praça Visconde Matosinhos, e é onde se inicia a rua Bernardo Horta que estava recebendo a pavimentação. Do lado direito, atrás dos coqueiros realizava-se comércio sobre a *pedra*. ²⁵⁰

²⁴⁸ SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira República*. 4. Ed., São Paulo: Brasiliense Ed., 1995, p. 34.

²⁴⁹ O temor em relação aos surtos epidêmicos e endêmicos não diminuía no século XXI, porém na contemporaneidade, as pessoas, ancoradas nos avanços médicos, possuem a falsa sensação que estão mais protegidas contra disseminação das doenças.

²⁵⁰ Disponível: <http://www.flechabranca.com.br/?secao=antigo>. Acesso em 20 de outubro de 2017.



Em 1940, médico José da Fonseca da Cunha, assim se manifestou sobre a cidade:

“Cheguei a Cachoeiro de Itapemirim, depois de uma viagem cansativa no trem noturno da Leopoldina, por volta do meio dia. [...] Larguei minha mala no hotel e saí com o dr. Souza Aguiar para uma vacinação fora da cidade, numa fábrica de tecidos. [...]”²⁵¹

Cunha fora incumbido pela Fundação Rockefeller, instituição para a qual trabalhava, a vir trabalhar no sul do Estado, em 1940, durante a epidemia de febre amarela silvestre no Espírito Santo. Ora, por que, segundo a concepção de Cunha, a Fábrica de Tecidos localizava-se fora da cidade? Não é possível saber as fundamentações de sua informação, mas é possível arriscar algumas explicações: como o depoimento de Cunha foi concedido sessenta anos após ao episódio da vacinação²⁵², é possível que ele tenha se utilizado dos parâmetros de uma cidade contemporânea ao falar de Cachoeiro de Itapemirim dos anos 1940.

Um outro argumento para se tentar compreender a percepção de cidade do médico José da Fonseca da Cunha é que, muito provavelmente, ele trouxesse consigo o conceito de urbano e cosmopolita associado às classes privilegiadas,

²⁵¹ HAMILTON, Wanda e AZEVEDO, NARA. *A febre amarela no Brasil: memórias de um médico da Fundação Rockefeller – depoimento do médico José Fonseca da Cunha*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 5, n. 3, Rio de Janeiro, nov. de 1998 a fev. de 1999. ISSN: 0104-5970. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701999000100011, Acesso em 12 de jan. 2016, p. 4.

²⁵² HAMILTON e AZEVEDO, 2016, op. cit., p. 5.

concepção fortalecida a partir da convivência com Souza Aguiar, de quem tornou-se amigo e compadre ²⁵³. Assim, enquanto para a administração pública o Guandu, desde 1940, fosse considerado um componente da cidade como um todo, a elite, através de seus comportamento e discurso preconceituoso, não aceitava a inserção dos pobres no espaço urbano.

Esse comportamento pejorativo da cidade para com o Guandu pode soar paradoxal porque a imagem exportada de Cachoeiro de Itapemirim era de uma cidade progressista. Como foi discutido no primeiro capítulo, será que de fato o era, ou ainda de tratava de uma projeção para o futuro? Mas mesmo esse seu interesse no progresso, não eliminava o fato da elite não possuir o menor interesse de se relacionar, além do necessário, com as classes trabalhadoras ²⁵⁴.

2.5- A estratégia

Em 1940 Prefeito Fernando de Abreu assinou o *Decreto Lei nº 638* no qual estabelecia os limites espaciais dos bairros de Cachoeiro de Itapemirim. Nesse documento, o *bairro* Guandu era assim formado: toda a margem direita do rio Itapemirim, da Pedro Dias à rua Senador Mesquita (em frente à atual Delvo Martins). A praça e as ruas são respectivamente indicadas em uma parte separada do mesmo documento, são essas: Visconde de Matosinhos e Bernardo Horta, Professor, Joaquim Vieira, Lafayette Bernades, Eugenio Amorim, Virginia, Pedro Dias, Treze de Maio (paralela à rua Virginia). ²⁵⁵

Assim, o Guandu recebeu o estatuto de bairro. É inquestionável: a criação dos mesmos é uma ferramenta essencial para os planejadores e administradores organizarem uma cidade. Parece, à primeira vista, que as relações amistosas estão necessariamente vinculadas àquelas unidades urbanas. Ledo engano, porque, pelo contrário, um bairro é portador de uma grande complexidade. ²⁵⁶

A concepção dos bairros a partir de elementos físicos e reconhecidos pela administração pública ou por um não residente, frequentemente não coincidem

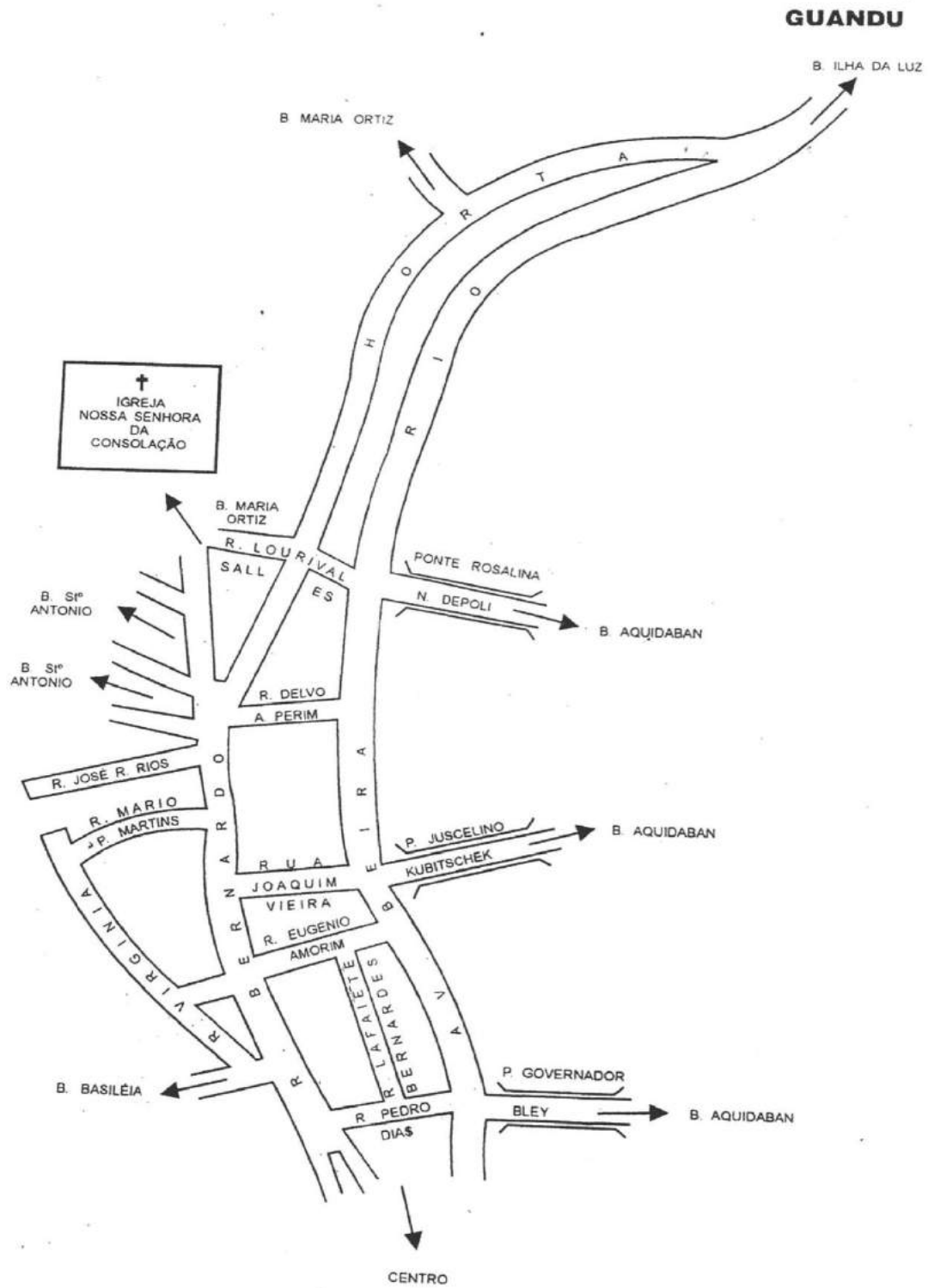
²⁵³ MACIEL, 2003, op. cit., p. 29.

²⁵⁴ MACIEL, 2003, op. cit., p. 29.

²⁵⁵ Decreto-Lei nº 638 que CONSOLIDA E ESTABELECE NOMES DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, assinado pelo prefeito Fernando de Abreu e o secretário Dirceu Alves de Medeiros, em 27 de janeiro de 1940.

²⁵⁶ SENNET, 1994, op. cit., p. 243.

Esboço 2- Fronteiras oficiais do bairro Guandu na atualidade.



com a percepção de seus habitantes e usuários. Quando se evoca a palavra bairro, é bastante comum fazer uso de rígidas formas geométricas inscritas na cartografia, o que vem contribuir para subestimar e até desconsiderar a existência entre os habitantes de laços fortemente experimentados, os quais são impossíveis de serem enquadrados entre as linhas formadoras de um bairro.²⁵⁷

Ao mesmo tempo, para alguns residentes, o conceito de bairro pode parecer amplo e / ou vago, ou até mesmo sem limites. Para essas pessoas, o bairro como centro de convivência é substituído pelo próprio lar e pela rua, ou uma parte desta.²⁵⁸, o que não diminui a importância dos seus vínculos históricos, políticos e culturais com o espaço o qual reside.

Ao reconhecer o Guandu como um bairro, é visualizar aquilo postulado por Marcel de Certeau de *estratégia*. Dito de outra forma: o Guandu possui suas delimitações físicas, espaço sobre o qual o poder exerce a vigilância e produz um conjunto de informações genéricas com o intuito de ordená-lo; é fruto da produção de *saberes específicos* - o cálculo e a manipulação -, que no caso é a manifestação do desejo da elite de afastar o indivíduo indesejável somada a capacidade do habitante do Guandu de administrar as relações com o exterior e tentar se preservar das ameaças.²⁵⁹

Assim, o bairro Guandu, é a soma de linhas sobre o papel, mas também é um *espaço praticado*, que somente ganha visibilidade a partir das múltiplas experiências sobre ele vivenciadas por seus habitantes. Por exemplo: a rua Joaquim Vieira era onde se localizava uma parte das residências dos operários da Fábrica de Tecidos, ou a Bernardo Horta era a rua onde se passava o trem, os automóveis, o bonde misturada a uma crescente atividade comercial. Enfim, é sobre o espaço praticado sobre o qual as pessoas organizam suas relações com os vizinhos e com as instituições político-culturais, bem como é o *locus* de mobilização contra as ameaças de seus interesses e modo de vida.²⁶⁰

2.5.1- As atividades comerciais

²⁵⁷ TUAN, Yi-Fi, 1980, op. cit., p. 243, 249,

²⁵⁸ TUAN, Yi-Fi, 1980, op. cit., p. 246, 249.

²⁵⁹ CERTEAU, 2003, p. 101 e 102.

²⁶⁰ CERTEAU, 2003, p. 202 e 203.

Como desde o século XVIII, o rio Itapemirim e suas margens já eram exploradas, é muito difícil afirmar quando exatamente se iniciou as atividades comerciais no Guandu. As informações mais precisas remontam ao início do século XX, e fazem referências a existência de um movimento comercial nas proximidades do primeiro pontilhão da estrada de ferro, pontilhão, onde hoje começa a rua Bernardo Horta.

Felipe Mello narra que, quando era criança, vinha a Cachoeiro de Itapemirim fazer compras com o pai:

“[...] ali tinha um viaduto [...], ali tinha um pontilhão onde passava o trem para Castelo. Ali era um ponto de negócio, troca de animais; vendia-se animais [...]. Então, juntava uma porção de cavalos e burros para negociar. [...] O pontilhão onde passa água. Depois foi crescendo, se desenvolvendo, o pessoal começou trazer as mercadorias mais do interior; traziam frutas para colocar na *pedra*; tinha uma *pedra*, um tipo de laje. [...] Papai vinha fazer compras [...]. Botava no trem até Vargem Alta – Jacigua. Lá, ele colocava nos animais para levar para casa. Ele vendia os produtos lá.”²⁶¹

Através da memória de Mello, é possível constatar que apesar das distâncias e dos impedimentos apresentados pelos caminhos, as pessoas das zonas rurais não estavam completamente isoladas. Por meio dos tropeiros e dos trens, o excedente de uma produção de subsistência desenvolvida por pequenos proprietários e sitiantes ligados ao Alto Itapemirim²⁶², chegava até à *pedra*, onde eram comercializados.

Existia também uma outra forma: os homens viam do interior até o Guandu, com seus animais, nos quais penduravam os picuás (balaies) abarrotados de produtos. Quando chegavam ao Guandu, pagavam para amarrar os animais em um dos dois pés de coco que havia perto da *pedra*; ali vendiam e compravam, e depois, geralmente passavam pelos armazéns da rua Bernardo Horta e seguiam até a rua Capitão Deslandes com intento de adquirir alguma outra mercadoria.

O comércio da *pedra* se organizava de forma muito peculiar: as mercadorias eram expostas em cestos ou em bancas, sem nenhuma proteção contra o sol

²⁶¹ Entrevista concedida por Felipe Melo, em 7 de maio de 2017.

²⁶² É necessário chamar atenção que em 1922 foi inaugurado, a leste da cidade, antes da praça Jerônimo Monteiro, o Mercado Municipal. Este oferecia uma infraestrutura – bancas, água, luz e telefone - para atender aos consumidores, aos comerciantes e aos pequenos produtores das regiões próximas ao Baixo Itapemirim. In: MACIEL, 1999, op. cit., p. 364.

ou a chuva. Motivada pela inexistência do preço fixo, a compra e venda era um jogo em que cada pessoa, uma vez dentro de um mercado, participava: de um lado, o vendedor deveria fazer uso de uma boa dose de dramaticidade - voz alta, invenções de histórias, expressão corporal – para comunicar as qualidades de seus produtos; e de outro, o comprador em potencial, que poderia duvidar das artimanhas do vendedor e reclamar do valor das mercadorias, ou não.

A feira aonde se empregava de elementos teatrais para se efetuar um negócio, pertencia a um outro tempo, de quando o vendedor e o comprador um tipo partilhavam do mesmo espaço público, independente das circunstâncias políticas e econômicas particulares. Ambos – vendedor e comprador – precisavam se arriscar, se expressar para conseguirem resultados. Por isso investiam muito tempo nessa transação comercial, que por ser realizado em número reduzido, proporcionavam poucos lucros para as partes envolvidas.

Dos anos 1940 até 1960, o ir à *pedra* foi substituído gradativamente pelo Mercado da Pedra. Ele somente ampliou, mas o formato era o mesmo. Por volta de 1955, Sandra Maria Gomes da Rocha relata que, não se recorda com exatidão de quantas vezes veio a Cachoeiro de Itapemirim visitar uma tia, quando era criança; fica em dúvida se foi uma ou duas vezes. Quando abordada sobre o que fazia nessas ocasiões, respondeu:

“- Ela morava no bairro dos Ferroviários²⁶³. Eu [...] adorava descer a rua, ali do Hospital Evangélico, chegar até a Alziro Viana, atravessar a ponte²⁶⁴ que era ligada a rua Pedro Dias. Não existia a Avenida Beira-Rio naquela época.”

Depois explicou que, para chegar à rua Virgínia, onde morava um tio ferroviário, era preciso passar em frente à *pedra*:

“- Existiam as bancas na rua, onde os produtos ficavam expostos. Não tinha essa quantidade e variedade que existe hoje, porque as pessoas cultivam nos quintais de suas casas. [...]”²⁶⁵

²⁶³ O bairro dos Ferroviários (Grupo Residencial Dr. Azevedo Pio) foi construído em área da fazenda Aquidaban – à margem norte do rio Itapemirim -, doada por Anacleto Ramos à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway. As obras tiveram início em 29 de julho de 1949 e inauguradas em 16 de outubro do mesmo ano. In: MACIEL, 2003, op. cit., p. 293.

²⁶⁴ A rua Alziro Viana também localiza-se à margem norte, e a ponte mencionada é a João Punaro Bley.

²⁶⁵ Entrevista concedida por Sandra Maria Gomes da Rocha, em 25 de abril de 2017.

Em algumas crônicas publicadas no Jornal *Aqui Notícias Folha do Caparaó*, no ano de 2012, Ruy Guedes descreveu alguns aspectos de sua infância no Guandu: informa que sua família e sua avó mudaram-se de Bom Jesus do Norte para Cachoeiro de Itapemirim, em busca de melhores escolas para ele e para o irmão. Foram morar a Rua 13 de maio, onde a maioria dos residentes eram ferroviários e operários da Fabrica de Tecidos.²⁶⁶

Guedes definiu o Guandu de sua infância como um bairro popular, com uma atividade comercial significativa e diversificada²⁶⁷. Ele deu um destaque especial à *Pedra*, onde “[...] havia inúmeros cestos de vime contendo frutas, legumes e verduras, comercializados por seus produtores [...]”²⁶⁸. Mas o comércio de alimentos não estava circunscrito à *Pedra* e aos armazéns:

“[...] Pelas manhãs, de domingo a domingo, soava o canto dos verdureiros, com dois cestos transbordantes de alfaces, couves, taioba, carás e inhame, pendurados nas extremidades de uma vara levada ao ombro. À tarde, por volta das 14:00 horas era o padeiro, com enorme e perfumado cesto sobre a cabeça, anunciando pães e roscas doces nas portas das residências.”²⁶⁹

Além da *pedra* ou do Mercado da Pedra, na rua Bernardo Horta também existiam os armazéns ou empórios.

“ [...] E Antônio Zanuncio, [...] fazendeiro em Castelo, informa que trabalhou com tropas de seu pai, fazendeiro e comerciante em Itaóca, de 1937 a 1941, fazendo o trecho até Cachoeiro, onde descarregava milho e feijão nos armazéns dos Coelho, de Assad Abiguenem e de Elpídio Volpini, no Guandu [...]. com um detalhe curioso: para entrar na cidade, provavelmente por exigência de alguma postura municipal, era obrigado a tirar o peitoral com cincerros da mula de guia, [...]”²⁷⁰.

O comércio à varejo efetuado nos armazéns ou dos empórios também ocorria de um modo muito pouco usual se comparado com os dias de hoje. Os vendedores assumiram uma postura mais comedida e o comprador tornara-se passivo. Essa mudança em relação as feiras, é um legado comportamental que se funda no século XIX, ou seja, as pessoas começaram a deixar de se exprimir em público; estavam mais interessadas em preservar os seus

²⁶⁶ GUEDES, Ruy. *O Guandu 1*. Jornal Aqui Notícias Folha do Caparaó. 18 de mar. 2012, p. 3.

²⁶⁷ GUEDES, Ruy. *Os primeiros anos*. Jornal Aqui Notícias Folha do Caparaó. 04 de out. 2012, p. 3.

²⁶⁸ GUEDES, 18 de mar. 2012, op. cit., p. 3.

²⁶⁹ GUEDES, 04 de out. 2012, op. cit., p. 3.

²⁷⁰ MORAES, Ormando. *Por serras e vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1989, p. 19.

interesses, garantir a sua segurança e conforto. Por isso, as ruas foram substituídas pelo conforto oferecido pela família e pelo lar.

Independente dessa transformação em curso nas práticas comerciais, era fundamental criar caminhos para que a venda fosse consumada. Assim, mercadorias simples e exóticas eram depositadas à porta ou no interior dos estabelecimentos com o propósito de estimular a venda através da confusão. Essa disposição dos artigos “[...] habituavam o comprador à ideia que ele encontraria na loja aquilo que não estavam esperando encontrar e, assim, estaria disposto a deixar a loja com mercadorias que ele não teria vindo procurar. [...]”.²⁷¹

Assim foi o início da Casa Lacerda. Um de seus herdeiros²⁷², Éber de Lacerda conta que sua mãe, de origem portuguesa, e seu pai casaram-se em Espera Feliz (Minas Gerais), e depois mudaram-se para Cachoeiro de Itapemirim. A primeira residência da família ficava na parte de cima da pequena mercearia que montaram em frente à Fábrica de Tecidos.

“ [...] Mamãe fazia salgados, vendia para eles (os operários da fábrica de tecidos); [...], também vendíamos meio sabão para os ferroviários lavarem as mãos. Cortava sabe com quê? Com barbante. Faca não cortava direito.”²⁷³

Já Antônia relata que os avós possuíam um empório na praça Visconde Matosinhos, e com o passar do tempo, o avô abriu um armazém de venda a varejo e atacado na rua Bernardo horta. E uma de suas tias assumiu a administração do empório; e embora os produtos ficassem um tanto misturados, com o tempo o empório se especializou na venda de tecidos e aviamentos.

Entre a rua Francisco Coronel Braga e a Quintiliano da Fonseca, erguia-se de forma colossal o prédio da Família Tanure. No andar inferior, onde hoje existe um restaurante havia um empório conhecido como Turuna com uma diversidade de produtos. Isto porque Felipe Mello.

2.5.3- A socialização

²⁷¹ P. 182 e 183.

²⁷² A Casa Lacerda continua em atividades e localiza-se na esquina da rua Pedro Dias, no Guandu.

²⁷³ Entrevista concedida por Éber Lacerda em

Até a expansão urbana do final dos anos 1960, desencadeada pela crise do cultivo do café e, seguida por um êxodo rural, as relações de convivência entre os moradores do Guandu eram expressivamente amistosas dentro das linhas reconhecidas do bairro. Longe de manifestar um sentimento saudosista, os encontros que ocorriam naquele espaço deixaram de existir.

Uma desses momentos, se dava em torno da Igreja Santo Antônio. Antônia (nome fictício) e Marly Mello foram unânimes ao relatarem sobre os festejos religiosos. Segundo elas, além da festa do padroeiro, durante a Semana Santa os moradores colocavam toalhas bordadas nas janelas e organizavam pequenos altares em frente de suas casas, onde as procissões paravam por alguns momentos e algum fiel fazia uma leitura que anunciava uma estação da via-crucis,; no dia de Corpus Christi repetia-se a prática de colocar toalhas nas janelas enquanto durava a procissão e, geralmente, era feito um tapete de flores e pedras em frente a entrada principal da Igreja.

Esses eventos, cuja preocupação era fornecer um ambiente de segurança para as pessoas, se consolidaram na Europa, ao longo do século XIX, como consequência da violência dos processos revolucionários. Por tal razão, os espaços onde se davam os encontros eram pré-estabelecidos, exatamente para que o controle dos corpos fosse eficiente e as angústias pessoais não se transformassem em uma expressão coletiva.²⁷⁴ O importante era manter o que Richard Sennet define de solidariedade abstrata onde as pessoas buscavam uma sociabilidade marcada pela estabilidade, com nenhuma pretensão de romper com o conforto propiciados pelas relações rotineiras.²⁷⁵

A natureza desses encontros também aponta para uma outra alteração comportamental: crise do espaço público, manifesto pela gradativa substituição das relações impessoais pelas familiares. O enfraquecimento da impessoalidade, deu origem a pessoas silenciosas, passivas e discretas, que passaram ver como inconvenientes, por exemplo, a exposição de suas ideias e a dramatização necessária para se efetuar uma venda.²⁷⁶

²⁷⁴ SENNET, 1988, op. cit., p.

²⁷⁵ SENNET, 1988, op. cit., p.

²⁷⁶ SENNET, 1988, op. cit., p. 318.

Assim, a cena pública tornou-se vazia. Essa alteração do espaço fomentou uma situação perigosa: o aparecimento do político personalista cujos discursos – escritos em jornais ou proferidos para alguma audiência -, transmitiam a falsa ideia de que o conteúdo dos mesmos eram de fato o desejo das pessoas ensimesmadas em seu âmbito familiar.²⁷⁷

Esse novo comportamento pautado no individualismo encontrou nos cinemas uma de suas melhores traduções: por intermédio da sétima arte, somente o indivíduo expectador estabelecia uma relação, em uma sala escura, com personagens. A existência nos anos 1930, do Cine Guandu, denota a crescente mudança em curso: a passagem do espaço público para o íntimo.

O Cine Guandu localizava-se na rua Quintiliano de Azevedo, portanto fora dos limites oficiais do bairro. Com 600 cadeiras disponíveis²⁷⁸ para o público, demonstra o quanto as fronteiras nessa área eram flexíveis: o referido cinema recebia os habitantes especificamente do Guandu, mas também da área da Estação Ferroviária, Aquidaban (na margem norte do rio) e dos espaços que, no futuro, deram origem a outros bairros – Basileia, Campo Leopoldina, Zumbi, Santo Antônio, Ilha da Luz.

A desarticulação do espaço público implicou na hipervalorização do bairro em detrimento da cidade. Richard Sennet define esse processo de *simplificação de território*²⁷⁹. Nessa linha de pensamento, portanto, aponta que na obra *Direito à cidade*, de Henri Lefebvre, este ratifica as ambições das classes privilegiadas sobre o tecido urbano, ao passo que circunscreve o espaço dos pobres a determinados bairros.

Quando Antônia afirma: “[...] eu só sei de uma coisa: eu amo esse Guandu [...], talvez a origem desse sentimento seja fruto da reelaboração feitas por seus antepassados que se viram, inicialmente, reduzidos ao bairro, por causa da origem libanesa. Diante disso, por isso que Sennet é avesso à determinados

²⁷⁷ SENNET, 1988, op. cit., p. 319.

²⁷⁸ MACIEL, 1999, op. cit., 45.

²⁷⁹ SENNET, 1988, op. cit., p. 312.

festejos ou a forma como são executados na contemporaneidade, porque muitos deles podem estar reafirmando alguma antiga segregação.²⁸⁰

Embora estivesse em curso um processo de individualização, o Guandu apresentava uma confluência de tempos: ao lado das festas da comunidade, do cinema, dos bailes, a reunião de alguns homens para abrir um poço na rua Lafayate por causa da seca do rio, ainda permaneciam as práticas do público - ir à *pedra* e as brincadeiras das crianças – banhos no rio, pescaria, jogo de bola, pegar carona no bonde²⁸¹. Além dessas, também era nítida a presença de experiências do universo rural: rezadeiras, quintais com cultivo de gêneros agrícolas e a criação de animais de pequeno porte para consumo, apesar da proibição da municipalidade.

2.6- Ainda não era cidade

O Guandu não era um reino de paz. Isso porque quando foi abordado a respeito das brincadeiras comuns entre as crianças, pelo menos a partir do momento – 1929 - em que passou residir em Cachoeiro de Itapemirim, Felipe Mello não titubeou:

[...]- (brincavam) No pau mesmo, no cabo de vassoura. Tinha um grupo aqui que ia brigar no Coronel Borges.

Silvana- Por quê?

Felipe- Eles tinham uma rixa.

Silvana- Qual era o motivo

Felipe- Ah, eu não sei. [...] e os de lá vinham aqui.

Silvana- E o senhor chegou a ver essas brigas?

Felipe- Vi [...].”²⁸²

Toda brincadeira é um jogo porque

[...] prepara as crianças para a experiência da representação ensinando-as a tratarem as convenções de comportamento críveis. As convenções são regras para o comportamento à distância dos

²⁸⁰ SENNET, 1988, op. cit., p. 314.

²⁸¹ SENNET, 1988, op. cit., p. 325.

²⁸² Entrevista concedida por Felipe Melo, em 7 de maio de 2017.

desejos imediatos do eu. Quando as crianças aprenderem a acreditar em convenções [...]”²⁸³

estarão prontas para explorar, transformar e refinar a qualidade dessas convenções. Enquanto para Walter Benjamin, a brincadeira e sua repetição, é o caminho pelo qual se transforma em hábito uma experiência devastadora²⁸⁴.

“Pois é a brincadeira, e nada mais, que esta na origem de todos os hábitos. Comer, dormir, vestir-se, lavar-se, devem ser inculcados no pequeno ser através de brincadeiras, acompanhadas pelo ritmo de versos e canções. É da brincadeira que nasce o hábito, e mesmo em sua forma mais rígida o hábito conserva até o fim resíduos da brincadeira. Os hábitos são formas petrificadas, irreconhecíveis, de nossa primeira felicidade e de nosso terror. [...]”²⁸⁵

Logo, a guerra dos meninos em Cachoeiro de Itapemirim foi uma prática adquirida quando aqueles colocavam os pés nas ruas para brincar. Ao se aproximarem de outros meninos promovia-se a socialização e automaticamente tal jogo – a guerra - eram transmitidas por outros membros do grupo.

É pouco provável que a brincadeira de guerra entre os meninos tenha atravessado gerações. Devido aos poucos registros sobre ela, parece ter sido uma prática de pouca duração. Enquanto elas ocorreram, as suas motivações talvez não tenham sendo muito explícitas para eles mesmos, embora Walter Benjamin seja enfático ao afirmar: “[...] sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens [...]”²⁸⁶

Em *Voltando a Cachoeiro Antigo 2*, Manoel Gonçalves Maciel explica essa manifestação como uma representação por parte dos meninos, das guerras entre as populações nativas Aimoré e Puri, ou as diferenças entre os defensores do Império do Coronel Borges contra os republicanos do Guandu²⁸⁷. Não é improvável que resquícios desses eventos históricos estivessem presentes na brincadeira, porém não podemos minimizar a atmosfera

²⁸³ SENNET, Richard. *O declínio do homem público – as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras Ed., 1988, p. 326.

²⁸⁴ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. Obras escolhidas, v. 1, 3 ed., São Paulo: Brasiliense Ed., 1987, p. 253.

²⁸⁵ BENJAMIN, 1987, op. cit., p. 253.

²⁸⁶ BENJAMIN, 1987, op. cit., p. 114.

²⁸⁷ MACIEL, 2003, op. cit., p. 36.

segregacionista, rancorosa e com menosprezo manifesto na qual estavam imersa aquelas crianças.

Ainda mais tarde, esse mesmo comportamento se reproduzia através de outras formas, visível no depoimento de Pedro ²⁸⁸, que, até casar-se com Antônia, morava na rua Siqueira Lima, contigua a praça Jerônimo Monteiro.

“[...] Antônia- Quando eu namorei com ele, eu morava aqui, na Bernardo Horta. Eu ia no cinema.

Pedro (sorrindo)- Morava na roça.

Silvana- Isso aqui era considerado roça?

Pedro- Para as pessoas da Jerônimo Monteiro era.

Silvana- Mesmo com a atividade comercial era considerado roça?

Antônia- Para ele. [...]”.

Antônia é neta de libaneses e sempre residiu no Guandu. Seu pai recusou-se manter as tradições culturais das primeiras levas dos imigrantes provenientes do Líbano: preteriu a noiva indicada pela família porque encantou-se por uma da operária da Fábrica de Tecidos. Relata que o pai se dedicou às atividades comerciais - venda de tecidos e armarinho, e mais tarde, armazém de secos e molhados – cujos rendimentos, além de proporcionaram aos filhos uma boa formação escolar, também permitiu a construção significativo patrimônio, composto por apartamentos e pontos comerciais.

Ao ser questionada se seus avós e tios, residentes no Guandu, eram bem aceitos em Cachoeiro de Itapemirim, Antônia responde positivamente à pergunta, mas depois diz que não se lembrava ²⁸⁹. Já o esposo, Antônio, elabora uma hipótese:

“[...] a adaptação deles foi excelente. [...] Eu, por exemplo, não conheci. Mas eu penso que eles foram bem aceitos porque eles foram maravilhosamente bem sucedidos. Se foram bem sucedidos era porque as pessoas iam lá comprar. [...]” ²⁹⁰

Entretanto Nobert Elias, em *Os estabelecidos e os outsiders*, afirma que as classes sociais consideradas superiores se negam impreterivelmente a manter o contato social com aqueles os quais julgam inferiores, “[...] exceto o exigido

²⁸⁸ Entrevista concedida por Antônia e Pedro (nomes fictícios).

²⁸⁹ MACIEL, 2003, op. cit., p. 129.

²⁹⁰ MACIEL, 2003, op. cit., p. 140.

por suas atividades profissionais [...]”²⁹¹. Essa situação coincide com outros depoimentos, como por exemplo o do seu Jamil Moisés:

“[...] Na minha mocidade, em Cachoeiro de Itapemirim, eu senti uma certa discriminação no clube e na vida em relação aos libaneses. [...]”²⁹²

Contudo, a discriminação relacionada a origem estava fadada a desaparecer se a pessoa se enriquecia e, sobretudo, se transferissem suas residências para às áreas próximas ao *centro simbólico*. Essa transformação operada pelo dinheiro e pelas e pelos empreendimentos bem sucedidos fica bastante explicitada na obra de Mintha Alcuri Campos: *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico – a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo*.²⁹³

Marly Mello explica que entre os anos 1955 e 1963, foi aluna do Colégio Jesus Cristo Rei. Uma tia havia conseguido uma bolsa para ela estudar em uma escola particular.

“[...] Era a pobre no meio dos ricos. [...] Eu não tinha muitas dificuldades, porque eu me relacionava bem, mas que existia essa separação, tinha; [...] era um outro grupo; existiam atividades incomuns, mas bolsista era bolsista.

[...]

Silvana- Você acha que existia um tratamento diferenciado para com as pessoas do Guandu nos anos 1950 e 1960?

Marly- Eu acho que sim, porque era mais uma classe média baixa. [...] (reflexiva) eu não sei, eu não me lembro do tratamento. Eu não me lembro do tratamento diferente. Mas [...] realmente, as pessoas com condições melhores, mas elitizado, era do centro para lá. O Guandu era periferia. [...].

[...]

(Antes de conversar com Marly em separado, eu havia feito o mesmo questionamento ao seu pai, Felipe)

“[...] Silvana- O senhor acha que o relacionamento, o tratamento entre as pessoas da praça Jerônimo Monteiro e o Guandu era o mesmo?

Felipe- Não!

Silvana- Tratavam como?

Felipe- De outro jeito.

²⁹¹ MACIEL, 2003, op. cit., p. 210.

²⁹² CAMPOS, Mintha Alcuri. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico – a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910 – 1940)*. Vitória: Instituto Jones Santos Neves Ed., 1987, p. 136.

²⁹³ CAMPOS, 1987, op. cit., p. 45.

Silvana- Mas como era esse outro jeito?

(Silêncio)

Silvana- Como as pessoas lá do centro viam as pessoas do Guandu?

Felipe- Chegaram a um ponto de falarem que Cachoeiro era da estação para baixo. (Pausa). Lá embaixo, só era cafezinho, daquelas xicrinhas.

Marly (interferência da filha)- Café pequeno?

Felipe- Café pequeno. [...]”²⁹⁴

Quando ele, Felipe Mello, fala *para baixo*, está se referindo a rua Capitão Deslandes, a Praça Jerônimo Monteiro e aos primeiros bairros de Cachoeiro de Itapemirim. Como para Armando Silva, em *Imaginários urbanos*, o relato é uma forma de representação²⁹⁵. Cabe ao pesquisador desvelar o seu conteúdo simbólico²⁹⁶. Assim, *cafezinho*, *café pequeno* - um chiste identificado no discurso de Felipe – é um emblema, é um estandarte constituído para marcar o território²⁹⁷. Este, no sentido sobre o qual onde se estabelece as relações sociais, “[...] tem um umbral a partir do qual me reconheço. Dentro dos seus horizontes posso defini-lo como ‘eu com o meu entorno’”.²⁹⁸

2.7- A fronteira

Entre o início do bairro Guandu e o final da rua Capitão Deslandes surgiu uma ampla *zona fronteira*, consolidada mais ainda pela presença da Estação Ferroviária. Muito embora, por exemplo, a municipalidade tenha organizado o trabalho dos carregadores, através da obrigatoriedade do uso de uniforme e de uma identificação, eis a opinião do Jornal *O Cachoeirano*, em 1949, a respeito da Estação:

“[...] sua plataforma com aquelas capoeiras de galinha cheirando muito mal. [...] aqueles passeios da rua Bernardo Horta ficam entupidas de cargas, vendedoras de quitandas [...], dificultando o trânsito [...] grupos desocupados [...], carregadores com grandes volumes às costas [...]”²⁹⁹

²⁹⁴ Entrevista concedida por Felipe Mello e Marly Mello, em 7 de maio de 2017.

²⁹⁵ SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. Tradução: Mariza Bertoli e Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva Ed., 2001, p. 12.

²⁹⁶ SILVA, 2001, op. cit., p. 13.

²⁹⁷ SILVA, 2001, op. cit., p. 16.

²⁹⁸ SILVA, 2001, op. cit., p. 18.

²⁹⁹ Jornal *O Cachoeirano*, 09 de abril de 1949, p. 4.

Nessa área genuinamente fluída eram inviáveis a aplicabilidade das mesmas regras segregacionistas criadas, por exemplo, para se transitar na praça Jerônimo Monteiro, porque nenhuma classe social detêm o poder efetivo sobre a área de fronteira; o que poderá ocorrer é uma disputa pelo controle da mesma. Se alguma classe social tomá-la para si, e aí assentar seus símbolos, a área perde a sua função de fronteira.

Uma fronteira é uma área de trânsito de produtos, de pessoas e de comportamentos, mas isso não lhe confere a característica de não-lugar; muito pelo contrário: não é um lugar de simples passagem, e sim onde está implícito simultaneamente a junção e a disjunção, por isso pode fomentar tanto a separação quanto a comunicação. Uma fronteira é um lugar entre dois; um terceiro entre dois diferentes.

É como escreveu Guimarães Rosa em *A terceira margem do rio*: um homem ao invés de ir embora como havia comunicado a família, entrou em sua canoa e passou ocupar por um tempo indeterminado o meio do rio. A estranha atitude do tal homem provocou a reunião das mais diferentes pessoas com o fito de solucionar aquela situação a qual passou ser entendida como um problema ³⁰⁰.

Por meio de metáforas, *A terceira margem do rio* ilustra como em uma fronteira é onde ocorrem os intercâmbios e encontros dos mais distintos espaços. No conto de Rosa, o problema – o fato do homem ter resolvido permanecer entre as duas margens do rio - não foi solucionado. A fronteira é um lugar de surpresas. Ou seja, as experiências vivenciadas nesse lugar onde se dá o encontro de espaços diferentes de uma mesma cidade podem ser bem sucedidas e amistosas, ou não.

Para dimensionar o predicado de fronteira para área localizada entre a rua Capitão Deslandes e o Guandu, o alemão Arthr Frölich ³⁰¹, conta que chegou em Cachoeiro de Itapemirim exatamente no feriado de 7 de setembro de 1938. Seus cicerones providenciaram um terno branco de linho inglês para

³⁰⁰ ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1962, p. 31 a 36.

³⁰¹ Arthur Frölich e sua família migraram para o Brasil em consequência da ascensão do nazismo. Uma vez no Rio de Janeiro empregou-se na Pilot, empresa de rádios. A seguir, a mesma transferiu Frölich para prestar assistência técnica em uma de suas filiais localizadas em Cachoeiro de Itapemirim. In: CARVALHO, 2005, op. cit., p.18.

apresenta-lo a elite da cidade, em um evento no Caçadores Carnavalesco Clube. Em outra ocasião, levaram-no até a Casa da Mariazinha, na Estação Ferroviária³⁰²:

“[...] esse foi o meu primeiro grande choque cultural. [...] Fui convidado para uma cervejinha e arregalei os olhos quando vi para onde me levavam. Fiquei com receio de ser malvisto pelas pessoas, mas para minha surpresa a elite da cidade estava toda lá. [...] Acreditem ou não, íamos lá para bater papo, porque sempre encontrávamos advogados, médicos, professores.”³⁰³

A área da Estação Ferroviária, da Praça Dr. Luis Tinoco da Fonseca, as ruas Coronel Braga e Quintiliano de Abreu em Cachoeiro de Itapemirim é uma fronteira, como também uma espécie de *ponte*:

“Era um dia qualquer de 1929, mês de setembro. Eu chegava a Cachoeiro para ficar. Fui residir na rua Coronel Borges. Era comum ir ao centro da cidade e, depois, passar pelo Guandu [...]”³⁰⁴

Essa *ponte* entre as duas áreas da cidade, consolidou-se em função da proliferação de hotéis, dormitórios, algumas casas noturnas e, principalmente, de um comércio bastante variado. Esse duplo aspecto fazia com que essa área da cidade não fosse lá muito harmônica.

2.7.1- Uma área de inquietações

A elite cachoeirense desfrutou de grande conforto entre 1905 a 1929, devido a autonomia política dos Estados e de suas oligarquias proporcionadas pelas características do regime republicano daquele momento. O término do sistema de rodízio entre paulistas e mineiros no exercício do executivo federal – política café com leite -, provocado pelo apoio de Washington Luiz ao representante paulista Júlio Prestes, ao invés do mineiro Andrada, cindiu a cena política em âmbito nacional: de um lado, o candidato do governo, do outro, Getúlio Vargas, da Aliança Liberal.³⁰⁵

Em Cachoeiro de Itapemirim, a crise política de 1929 reproduziu-se da seguinte forma: uma facção era liderada por Jerônimo Monteiro e Fernando de Abreu, e a outra por Bernardino Monteiro e Luís Tinoco da Fonseca, que apoiaram

³⁰² CARVALHO, 2005, op. cit., p. 18 e 19.

³⁰³ CARVALHO, 2005, op. cit., p. 20.

³⁰⁴ MACIEL, Manoel Gonçalves. *O Deusdedit que conservo na memória*. In: PARAÍSO, 2006, op. cit., p. 188.

³⁰⁵ FAUSTO, 2011, op. cit., 231.

respectivamente Getúlio Vargas e Júlio Prestes ³⁰⁶. Depois do pleito e a vitória desse último, a elite cachoeirense deu sinais de ter superado a crise, pelo menos até o assassinato de João Pessoa, o vice de Vargas. Tal episódio provocou uma reviravolta na conjuntura política do Brasil, o que culminou com o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas, a nomeação de Abreu para o cargo de prefeito de Cachoeiro de Itapemirim.

Quando Vargas substituiu os presidentes dos Estados por interventores e os prefeitos municipais passaram ser indicados, o grupo político que havia apoiado Júlio Prestes em Cachoeiro de Itapemirim começou a temer possíveis retaliações. O momento político era bastante preocupante, quando, enfim, chegaram notícias pelo telegrafo: Capitão Joaquim de Magalhães Barata estava se dirigindo com uma tropa composta por dois mil homens para tomar a cidade. ³⁰⁷

Mesmo contando apenas com algo em torno de cem homens, o Capitão Barata transformou a Estação Ferroviária em palco para a encenação do rearranjo político no Brasil: chegou à Estação sentado a frente de uma velha locomotiva coberta por um tecido que lhe fornecia a aparência de um tanque de guerra. Enquanto tudo isso acontecia, a elite antigetulista já tinha abandonado, temporariamente, Cachoeiro de Itapemirim, e boa parte dela tinha se refugiado em uma praia do litoral do sul do Espírito Santo – Marataízes. ³⁰⁸ Retornaram somente depois, quando a pequena tropa e seu Capitão deixaram a cidade.

De 1932 até 1937, surgiu no Brasil a Aliança Integralista Brasileira, movimento conservador, de cunho fascista cujo lema *Deus, Pátria e Família* e o brado *Anauê*, adquiriu espaços dentro do Governo de Vargas e conquistou muitos adeptos em Cachoeiro de Itapemirim. Tão expressiva foi a repercussão do movimento, que em 1935, a cidade sediaria um Congresso Integralista para os dias 2 e 5 de novembro, com a presença de seu maior representante: Plínio Salgado. ³⁰⁹

³⁰⁶ CARVALHO, 2005, op. cit., p. 123.

³⁰⁷ CARVALHO, 2005, op. cit., p.

³⁰⁸ CARVALHO, 2005, op. cit., p. 123 a 125.

³⁰⁹ GARSCHAGEN, 2010, op. cit., p. 115.

Diante disso, a Aliança Libertadora Nacional, que em Cachoeiro de Itapemirim, reunia antigetulistas, socialistas, comunistas, ferroviários da Leopoldina Railway, funcionários da Fábrica de Tecidos, da Serraria Industrial e da Fábrica de Cimento, não se fizeram de rogados e marcaram um grande encontro para os mesmos dias do evento integralista. Isso porque os aliancistas afirmavam que: *“Galinha verde aqui não bota ovo; se botar, não choca; se chocar, não tira; se tirar, nós matamos”*.³¹⁰

No dia 1 de novembro, integralistas, aliancistas e curiosos, se encaminharam para a Estação Ferroviária para recepcionar os convidados. Ao mesmo tempo, lá também estavam policiais requisitados pelo prefeito Fernando de Abreu ao governador João Punaro Bley, os quais montaram uma metralhadora em frente à Estação e proibiram a passagem de qualquer pessoa. A provocação entre os dois grupos era tão grande, levando alguns elementos a transitar em frente à arma. Resultado: esta disparou uma rajada e matou o taxista Waldomiro dos Santos e o pedreiro Orestes Cândido, que pertenciam ao grupo dos *curiosos*.³¹¹

E finalmente, em 31 de março de 1964, dia do golpe militar contra o presidente João Goulart, os ferroviários cruzaram os braços em todo o território nacional³¹². Portanto, pelo fato de ser composta por uma junção de espaços e exercer uma função delimitatória na organização urbana de Cachoeiro de Itapemirim, a Estação Ferroviária acabou por convergir as tensões que circulavam na cidade e no País.

2.8- As estratégias

À medida que o tempo avançava, introduziram-se dentro das fronteiras do Guandu, outros instrumentos panópticos tais como a Escola Americana da 1ª Igreja Batista da rua Lafayate próxima à margem do rio, as escolas feminina e masculina do Guandu, e outra – atual EEEFM Quintiliano de Azevedo - no

³¹⁰ GARSCHAGEN, 2010, op. cit., p. 115 e 116.

³¹¹ CARVALHO, 2007, op. cit., p. 234.

³¹² CARVALHO (B), 2007, op. cit., p. 28..

morro Santo Antônio, cujo terreno foi doado pela matriarca da família Vivacqua – Etelvina - ³¹³, para atender às crianças da região.

Contudo, no Guandu, onde ocorriam esses movimentos vigiados e consentidos, os quais Michel de Certeau denominou de estratégia, também se processavam outros de natureza sutil, que, semelhante a água, rompiam com o espaço racionalmente concebido. Por isso a categoria de trajetória seja insuficiente para explicar o cotidiano, porque não comporta os vários tempos, fluxos e práticas realizados pelo ser humano. ³¹⁴

Essas outras trajetórias são práticas de consumo imperceptíveis, não calculadas, que, no primeiro instante podem parecer desprovidos de lógica, mas significam ausência de poder e, paradoxalmente, o desdobramento de outros novos poderes. Para Certeau, nesses momentos são produzidos as táticas ou astúcias, manifestas por meio da criação de diversos mapas resultantes dos movimentos particulares de uma ou um grupo de pessoas, subversão da ordem, da ironia e da multiplicação da criatividade. ³¹⁵

2.8.1- Os transportes urbanos

A partir de 1925, a Companhia Serviços Reunidos Itapemirim deu continuidade aos trabalhos do engenheiro Gustavo Corção e colocou em funcionamento o sistema de bondes na cidade. Este serviço deveria atender aos habitantes das duas margens dos rios, porém somente colocou em funcionamento a linha Bahia e Minas até a Ilha da Luz, da margem sul. ³¹⁶

Em uma cidade como Cachoeiro de Itapemirim, aonde era praticamente inexistente os automóveis particulares, as pessoas que não queriam fazer longos percursos à pé, inclusive os mais diversos trabalhadores, acabavam utilizando-se dos bondes, batizados de forma irreverente: *Upa* e *Cupa*, os quais significavam respectivamente “sobe” e “desce” ³¹⁷. Leonardo Motta, folclorista, ao saber desse costume, assim escreveu em seu livro *No tempo de Lampião*:

³¹³ Entrevista concedida por Felipe Melo em 7 de maio de 2017.

³¹⁴ CERTEAU, 2013, op. cit., p. 98.

³¹⁵ CERTEAU, 2013, op. cit., p. 100 a 102.

³¹⁶ MACIEL, 2003, op. cit., p. 29.

³¹⁷ ROCHA, 1977, op. cit., p. 21.

“[...] a cacofonia de duplo sentido que os cachoeirenses se compraziam em formar na frase informativa de que quando *Upa* sobe o *Cupa* desce.”³¹⁸

Os bondes, ao propiciarem a convivência com o outro diferente, revelavam sua faceta democrática³¹⁹. Contudo, essa prática social não teve grande repercussão em Cachoeiro de Itapemirim porque, o número de bondes era pequeno, o traçado reduzido, os valores das passagens afastavam as pessoas de menor poder aquisitivo. Se esses três fatores corroboraram para que boa parte da população continuasse preferindo as caminhadas³²⁰, por outro lado, os sistema de bondes realizou algo inédito: passou por cima das delimitações espaciais feitas pelas elites, e mesmo de forma limitada, interligou vários territórios da cidade.

Os bondes tiveram vida curta em Cachoeiro de Itapemirim porque a sua manutenção era cara: quando atravessavam a cidade faziam muito barulho, trepidavam os imóveis e retiravam as pedras do calçamento, o que exigia a realização de frequentes serviços de manutenção ao longo da linha. Indagado se andou muito de trem, Felipe Mello respondeu: “Ih, como! Balançava muito e fazia barulho [...]”

Logo depois, Mello conta que os velhos bondes foram substituídos por dois ônibus velhos adquiridos em São Paulo pelos Perim, porem estes “[...] não são os mesmos do Supermercado, não. [...]”³²¹. Ao mesmo tempo, Maciel também informa que Chico Português, oriundo de Alegre, também começou investir em transporte urbano. Comprou inicialmente duas jardineiras que perfaziam o percurso Coronel Borges até a Ilha da Luz. É relevante destacar que, todos os dia, de madrugada, um funcionário da empresa de Português, vinha à frente da primeira viagem das jardineiras para cobrir os buracos do caminho, sobretudo os do Guandu.

2.8.2- Instituições políticas

³¹⁸ ROCHA, 1977, op. cit., p. 27.

³¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira República*. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense Ed., 1995, p. 25.

³²⁰ ABREU, Anna Graça. *Anna Graça, verdadeira gracinha*. São Paulo: Mandacaru Ed., 2011., p. 55 e 56.

³²¹ Na entrevista de 7 de maio de 2017, Felipe Mello referiu-se aos proprietários do Supermercado Perim do Guandu e do bairro Santo Antônio, bem como do Perim Center, no bairro Caiçara.

Em algum momento entre o ano de 1906 e início de 1907, um trabalhador conhecido apenas pelo primeiro nome - Paulo -, foi espancado arbitrariamente por um policial em meio a rua 25 de março, e o caso ficou por isso mesmo. Consternados com o episódio, Atanagildo Araújo e Alexandre Alves Martins mobilizaram outras pessoas e criaram, em 13 de janeiro de 1907, o Centro Operário de Proteção Mutua. Os objetivos da associação eram resolver “ [...] questões trabalhistas [...], formar um pecúlio que servisse para pelo menos dar um enterro ao sócio, criar uma escola para alfabetização de adultos, cursos de profissionalização e de corte e costura”. ³²²

O Centro Operário de Proteção Mutua, em Cachoeiro de Itapemirim, chegou “a ter 1220 sócios, o que era uma quantidade muito grande para a cidade nos anos 10” ³²³ acabou se tornando um terreno onde varias astúcias se intercruzaram. Isso dito porque, é de estranhar que, um dos mentores da associação, Atanagildo Araújo, funcionário da Estrada de Ferro Caravelas, não fizesse parte da mesa diretora do Centro Operário de Proteção Mútua. Ora, talvez ele assim preferisse??? Mas qual motivo de uma organização operária vir aglutinar tanto estes quanto homens amealhados da sociedade cachoeirense? Por que desde a sua fundação, os presidentes da associação sempre foram os próprios prefeitos da cidade, médicos ou professores?

A criação do Centro Operário de Proteção Mútua se deu após as greves de 1903 e 1904 que ocorreram no Rio de Janeiro - as quais culminaram, naquele último ano, na Revolta da Vacina -, como também no porto de Santos e em São Paulo. A partir daí, o governo do Brasil passou reprimir esses movimentos, através de um violento aparato policial e com **a expulsão** do território nacional de trabalhadores urbanos imigrantes, acusados de disseminarem, nesse primeiro momento das greves no Brasil, as ideias anarquistas.

As revoltas e greves que explodiram no Rio de Janeiro e São Paulo no princípio do século XX, não eram norteadas pelos preceitos do movimento trabalhista, tal como surgiram na Europa ao longo do século XIX. A natureza das organizações de trabalhadores no Brasil eram desprovidas de uma ética

³²² CARVALHO, 2005, op. cit., p. 59.

³²³ MACIEL, 2003, op. cit., p. 29.

individualista e, possuíam nitidamente os traços comunitários das irmandades religiosas, das festas populares das associações beneficentes³²⁴.

Assim dito é possível concluir que os sócios do Centro Operário de Proteção Mútua em Cachoeiro de Itapemirim, não se consideravam iguais, mesmo porque eram patentes as diferenças de ordem social. Contudo, essas a cada último domingo do mês e, nos demais encontros promovidos pelo Centro Operário de Proteção Mútua, eram substituídas por um “[...] sentido integrativo de solidariedade vertical [...]”³²⁵, onde por algumas horas se concretizava a ideia de comunidade:

“Abre-se uma janela do Centro Operário. Será a aula de Dona Palmira em 1920 ou há reunião para discutir os estatutos? Durante toda a minha infância eles discutiram os estatutos. Eu não podia entender nada, mas não havia pontos terrivelmente sérios. Era ‘Centro Operário de Proteção Mútua’ ou ‘Centro Operário e de Proteção Mútua’? Pela noite afora, ano após ano, um mulato meio velho e magro, de óculos, o dedo em riste, a voz rascante, atacava com extraordinária ferocidade aquele E. Não consegui derrubá-lo; os operários talvez se sentissem fracos sozinhos, precisavam daquele E que os conjugava com outras camadas sociais. Ficou o E, meu pai foi diretor, e quando morreu teve auxílio no enterro, tudo sem ser operário, tudo graças àquele E. Sem o E eu talvez não estivesse estudado ali, não me sentaria no comprido banco, onde o último da esquerda era o preto Bernardino e à direita o rosto lindo de Lélia, com seus cabelos doces e uma covinha quando sorria. Quando não estavam discutindo os estatutos, ou providenciando um enterro de sócio, com a bandeira do Centro em cima do caixão, os operários E todos que queriam proteção mútua estavam dançando; sons de pistom atravessam meu sonho infantil; [...]”³²⁶.

Essa natureza do Centro Operário de Proteção Mútua acabava por criar um espaço para uma tática: muitos trabalhadores atravessavam a cidade, rompiam com as regras impostas pela divisão do espaço urbano para participarem das reuniões. Por exemplo, o ferroviário José Cupertino Baptista, morador do Guandu, levava os seus filhos – Deusdedit³²⁷ e Demisthóclides³²⁸

³²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 41.

³²⁵ CARVALHO (A), 2005, op. cit., p. 152.

³²⁶ BRAGA, Rubem. *Crônicas do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Ceciliano de Abel de Almeida / UFES e Secretaria da Educação e Cultura do Espírito Santo ed., 1984, p. 78 e 79.

³²⁷ Advogado e professor em Cachoeiro de Itapemirim. BERMUDEZ, Sérgio. *Liberto da morte*. In: PARAISO, Bruno Torres Paraíso (org.). *Deusdedit Baptista – cidadão em tempo integral*. Rio de Janeiro: Booklink Ed., 2006, p. 9.

³²⁸ Demisthóclides Baptista, advogado, em 1964, era presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Estrada de Ferro Leopoldina (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) e deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro. Quando retornou do exílio político no Uruguai, deu continuidade as suas mesmas atividades até o seu falecimento em 199. In: FARIA, Antônio Augusto Moreira de e PALHARES,

- às reuniões da entidade. Os dois, ainda muito jovens já trabalhavam: o primeiro, foi jornalista, e depois trabalhou nos barracões da estação ferroviária e na Fábrica de Tecidos; o segundo, ferroviário.

Mas também não é possível deixar de identificar nas relações travadas no interior do Centro Operário de Proteção Mútua uma combinação do patriarcalismo colonial ³²⁹ com o darwismo social que fomentava uma outra tática: os associados de menor poder aquisitivo não exerciam a liderança, apenas os coronéis, os médicos e advogados. Esses elementos da elite decidiam e / ou falavam em nome dos associados provenientes das classes sociais menos privilegiadas porque estes eram considerados incapazes de gerirem uma organização política. E isso era fato, já que não possuíam escolaridade.

Assim, para os representantes das elites, ser um membro do Centro Operário de Proteção Mútua era uma oportunidade para se garantir, no momento das eleições, apoio político e reservas de votos, não somente da entidade, como também de outros trabalhadores não filiados. Isso dito porque, um possível candidato as eleições locais ligado Centro Operário de Proteção Mútua era visto como alguém muito próximo ao povo, o que vem explicar a presença de profissionais liberais filiados a associação. ³³⁰

2.8.3- Ensino

Desde a fundação da Loja Maçônica de Cachoeiro de Itapemirim – 1897 – localizada na rua 25 de março, próxima ao *centro simbólico*, essa organização mantinha em suas dependências uma biblioteca. Essa era frequentada por várias pessoas, inclusive por aqueles que não possuíam condições financeiras.

Uma outra tática praticada não somente pelas crianças e adolescentes do Guandu, mas também de outros bairros periféricos era a esperança de

Dimas, Alberto Gazola. Memória, linguagem e transporte público: “Batistinha”, líder ferroviário até 1964. XX Congresso de Transporte e Trânsito, 2015, Santos/SP. XX Congresso Nacional de Transporte e Trânsito. São Paulo/SP: ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos), 2015. p. 1 a 9. Disponível em: http://ongtrem.org.br/wp-content/uploads/sites/8/2015/07/ANTP-2015_Artigo-Batistinha_FINAL.

³²⁹ GUALBERTO, 1999, op. cit., p. 123.

³³⁰ Em 1913, o Coronel Francisco Braga adquiriu a área onde funcionou o porto João Marques e ali foi construído a sede do Centro Operário de Proteção Mútua. Logo depois, Braga tornou-se o primeiro prefeito eleito de Cachoeiro de Itapemirim. In: CARVALHO (B), 2005, op. cit., p. 59.

ingressarem no Grupo Escolar Bernardino Monteiro, e depois, serem admitidos na Escola Pedro Palácios, depois Liceu Muniz Freire. Devido a qualidade de ensino oferecida por essas instituições de ensino, os estudantes viam como uma grande possibilidade de romper a estrutura social elitista por meio da

2.8.4- A apropriação dos significados

A fronteira não proporciona apenas a articulação entre a diferença, ela também pode estipular a separação: lá idos anos 1960, existia um coreto em frente à Estação Ferroviária. Para lá acorriam rapazes e moças – quase sempre acompanhadas por algum familiar – elegantemente vestidos. Esse era o *footing* dos finais de semana que havia na pequena praça Dr. Luís Tinoco da Fonseca, onde os jovens paqueravam e / ou se divertiam, embalados pelas retretas, valsas e dobrados executados pela banda 23 de julho ³³¹.

É muito provável que esse encontro semanal realizado na praça Dr. Luis Tinoco tenha surgido em resposta aos frequentadores do coreto da praça Jerônimo Monteiro. Esse episódio deixa patente uma situação paradoxal: se por um lado existia uma certa tensão entre os valores de classe diferentes, por outro, demonstra o quanto as pessoas não internalizavam totalmente o papel atribuído a classe social a qual pertencia, o que torna essa categoria insuficiente para explicar a realidade ³³².

Assim dito, não deixa de ser revelador: durante a entrevista com Felipe Mello, sua filha, Marly, apresentou uma fotografia do final dos anos 1940, na qual aparece seu pai trajando um terno branco. Ele informou que o mesmo foi feito na Alfaiataria Garamboni, localizada na rua Capitão Deslandes, mais ou menos em frente ao antigo Hotel Itabira. Ao ser questionado se no Guandu, àquela época, não existiam alfaiatarias, ele inclusive citou algumas, porém a filha explicou: “[...] essa do Garamboni, era mais elitizada, localizava-se na rua Capitão Deslandes, mais ou menos em frente ao Hotel Itabira [...]” ³³³.

Apesar dos *habitantes do Guandu* não escondem o despeito para com os moradores das regiões mais antigas de Cachoeiro de Itapemirim, está explícito

³³¹ GUEDES, 2015, op. cit., 201.

³³² FERRARA, 1999, op. cit., 123.

³³³ Entrevista concedida por Felipe Mello e Marly Mello, 07 de maio de 2017.

na fotografia de Felipe com um terno confeccionado em uma das melhores alfaiatarias da cidade, uma adesão aos valores da classe dominante. Isso porque àquelas características atribuídas às classes sociais, extrapolam as mesmas, o que resulta naquilo o qual Lucrecia D' Alessio Ferrara explica:

“[...] a imagem do espaço social não revela, fenomenalmente, uma luta, mas um trânsito de valores, usos e hábitos (os quais) unifica as classes, (o que contribui para a formação de) uma robusta classe média, senão econômica, certamente cultural.”³³⁴

³³⁴ FERRARA, 1999, op. cit., 123.

3- A expansão

A partir dos anos 1960, as profundas transformações políticas – o início do Regime Militar de 1964 - e econômicas – entrada de maciços capitais no mercado nacional - pelas quais estavam em curso no País, como não poderia ser diferente, repercutiram em Cachoeiro de Itapemirim. A primeira demanda posta por essas mudanças foram resultantes, em primeira instância, da necessidade de romper com o modelo econômico agroexportador embasado no cultivo do café, que tornava a economia do Estado vulnerável as oscilações do mercado.

Dessa forma, “[...] cafezais das áreas mais antigas como a dos vales médios do Itapemirim e Itabapoana, de longa data, já haviam cedido lugar às pastagens destinadas à alimentação de rebanhos leiteiros”¹. Mais tarde, já nos anos 60, este mesmo procedimento, sob as orientações do governo, se estendeu em direção às regiões montanhosas do sul do Estado².

Apesar das iniciativas citadas acima, a economia capixaba continuava dependente do cultivo do café, e conseqüentemente exposta às flutuações de seus preços no mercado internacional. Assim, com vistas de diversificar as atividades agrícolas, o governo do Estado, através do IBC – GERCA (Instituto Brasileiro do Café – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) iniciou, em 1967, mediante a indenização de seus respectivos proprietários, a erradicação 170.000 de hectares de cafezais improdutivos³.

Simultaneamente, a elite capixaba passou defender a implementação da industrialização como caminho para tornar a economia do Espírito Santo mais competitiva⁴. Esse desejo encontrou eco junto à Junta Militar, que em 1969 regulamentou a política de incentivos fiscais por meio do Decreto-Lei nº 880. Este somado a lei estadual nº 24/69,

“[...] facultava ao contribuinte do Espírito Santo deduzir 5% do ICM. Essa massa de recursos propiciou ao GERES (Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo) a aprovação

¹ SIQUEIRA, 1984, op. cit., p. 206.

² SIQUEIRA, 1984, op. cit., p. 206

³ SIQUEIRA, 1984, op. cit., p. 208

⁴ BITTENCOURT, 2006, op. cit., p. 209.

de 123 projetos, concentrados na indústria de transformação, entre 1970 a 1977". (p. 210)

Em suma, as alterações no quadro político-econômico do Espírito Santo provocaram a diminuição do ritmo econômico de zonas rurais capixabas. Mas, em contrapartida, surgiram maiores oportunidades de trabalho em cidades nas quais o Estado passou investir nas atividades industriais, inicialmente “[...] deslocando-se para centros maiores, posteriormente tendendo a ramificações em núcleos menores e periféricos dos polos de desenvolvimento.”⁵

A dinamização da economia de Cachoeiro de Itapemirim desencadeou um inédito êxodo rural e um rápido processo de urbanização. Esse movimento aponta que a ampla maioria ao se dirigir para a cidade almejava encontrar “[...] o lugar da liberdade da terra, o espaço de acesso a direitos de cidadania [...]”⁶

O movimento de migrações internas suscitado nos anos 60 foi de uma importância notável porque proporcionou por mais de três décadas mão de obra para as regiões nas quais estavam ocorrendo um importante desenvolvimento econômico associado a expansão de um mercado urbano⁷. Esse novo desenho sócio-econômico do Espírito Santo denota que o Estado estava seguindo o processo de modernização imposto ao País⁸, onde em 1970, “[...] 55,6% da população nacional habitava áreas urbanas [...]”⁹

Esse momento da história do Brasil, também conhecido por milagre econômico, contribuiu para que Cachoeiro de Itapemirim se expandisse de forma sintomática com o aumento de loteamentos e formação de novos bairros. Para explicar esse novo momento Roberto Carlos Farias de Oliveira diz: “[...] Quando era criança, eu morava no bairro Aeroporto, muito distante do centro; tanto que a gente falava que ia em Cachoeiro, e não ao centro da cidade [...]”

10

⁵ SIQUEIRA, 122

⁶ DADALTO, Maria Cristina. *A imigração tece a cidade – polo industrial*. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009, p. 102.

⁷ SIQUEIRA, 119.

⁸ SIQUEIRA, 119

⁹ SIQUEIRA, 119

¹⁰ Roberto Carlos Farias de Oliveira. Entrevista concedida em 30 de maio de 2017

O bairro Guandu nessa época era uma combinação de residências, hotéis e dormitórios, indústrias, oficinas mecânicas, posto de gasolina, armazéns, padaria, farmácia, a *pedra*, um pequeno comércio diversificado, o movimento de carroças e caminhões de leite provenientes do laticínio localizado no cruzamento ¹¹ do início da avenida Jones dos Santos Neves e a rua Bernardo Horta. Por essa rua, a principal do Guandu, ainda passava uma das Linhas da RFFSA ¹², que, em vários momentos do dia paralisava a o trânsito nessa rua.

O fluxo de tão diversos meios de transporte em uma única rua, nas duas direções, desdobravam-se em inevitáveis engarrafamentos e acidentes. E os transtornos se agravavam porque as paradas de ônibus urbanos ocorriam ao lado de calçadas muito estreitas ¹³, o que dificultava a movimentação das pessoas, especialmente em frente aos pontos comerciais.

3.1- As interferências (1966 – 2016)

3.1.1- A Pedra

Durante a segunda gestão do prefeito Nelo Vola Borelli (1966 e 1970) ¹⁴ ocorreu a construção do Mercado da Pedra, inaugurado em 1967. De acordo com Felipe Mello ¹⁵, Borelli ordenou a explosão da laje sobre a qual e ao redor, os comerciantes dispunham os produtos para venda, desde pelo menos o início do século XX.

Não muito longe da *Pedra*, a Municipalidade construiu um mercado com boxes e munido de infraestrutura com intuito de se retirar o comércio da rua. O mercado foi construído a partir de 1967 ¹⁶, e a partir de 1970 passou ser oficialmente denominado por Quincas Leão, o que não surtiu efeito algum porque as pessoas continuaram denominando o referido mercado como da *Pedra – Mercado da Pedra*.

¹¹ Em frente a atual rua Delvo Perim.

¹² Em 1950, o Governo Federal absorveu a Estrada de Ferro Leopoldina Railway e passou denomina-la por Estrada de Ferro Leopoldina; em 1957, a mesma estrada passou fazer parte da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima).

¹³ Paulo Roberto Coutinho de Araújo. Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2017.

¹⁴ A primeira gestão do prefeito Nelo Borelli foi entre os anos de 1951 e 1955. In: Maciel, 2003, op. cit., p. 317 e 352

¹⁵ Felipe Melo. Entrevista concedida em 7 de maio de 2017.

¹⁶ LEI Nº 1174 - AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO MERCADO DA PEDRA, 18 de outubro de 1967, assinado pelo prefeito Nelo Vola Boreli, em 18 de outubro de 1967.

Alguns comerciantes da *Pedra* ficaram profundamente insatisfeitos com esse ordenamento e, mesmo tendo prioridades na ocupação dos boxes do mercado recém construído, se recusaram a fazê-lo sob a alegação de que eles não teriam o mesmo número de consumidores com os quais já estavam familiarizados ¹⁷. Portanto, muitos deles permaneceram com suas atividades pelas calçadas da rua Bernardo Horta ou entorno do próprio mercado.

3.1.2- Mais uma vez, o rio

É nessa época que se inicia a obra da Avenida Beira-Rio. Na realidade ela já havia sido concebida desde a gestão do prefeito Abreu. O primeiro projeto previa um grande aterramento da margem sul, além da construção de duas avenidas em ambas as margens do rio Itapemirim.

A primeira fase da obra somente veio a se concretizar ao longo da primeira gestão do prefeito Theodorico de Assis Ferraço (1973 – 1977), com o aterramento e alinhamento do rio do final da rua Siqueira Lima, por debaixo da ponte de ferro e parte da margem sul onde se localizam os imóveis voltados para a rua Capitão Deslandes e a estação ferroviária. Com isso, uma parte do trânsito de veículos foi deslocado para avenida Beira-Rio até a praça Dr. Luís Tinoco da Fonseca.

Enquanto isso, o trânsito no Guandu não havia apresentado nenhuma alteração. Porém o prefeito subsequente, Gilson Caroni (1978 – 1982) ¹⁸, deu continuidade às obras da avenida Beira-Rio: aterramento e alinhamento da margem do rio Itapemirim do Guandu até o início do bairro Ilha da Luz, a incorporação das pontes João Punaro Bley ¹⁹ e Rosalina Depoli ²⁰, e a construção da ponte Juscelino Kubitschek, o que acarretou na diminuição de

¹⁷ Pedro (nome fictício) 16 de janeiro de 2017.

¹⁸ Theodorico de Assis Ferraço foi sucedido por Hélio Carlos Manhães, porém como foi eleito Deputado Estadual, o vice-prefeito Gilson Caroni assumiu o executivo de Cachoeiro de Itapemirim.

¹⁹ A ponte João Punaro Bley conectava as ruas Samuel Levy e Pedro Dias. Durante a construção da avenida Beira-Rio ela desabou totalmente, inclusive com vítimas fatais. Na mesma época ela foi recuperada, mas somente para o uso de pedestres.

²⁰ Consta na LEI 1.876 - DÁ DENOMINAÇÃO À PONTE QUE LIGA A RUA BERNARDO HORTA À RUA SAMUEL LEVY, assinada pelo prefeito Theodorico de Assis Ferraço em 28 de setembro de 1976, que a ponte hoje indicada nos mapas pelo nome de Rosalina Depoli era denominada (ou ainda é, porque não foi localizado nenhum dispositivo contrário ao estabelecido pela LEI 1.876) de Nossa Senhora da Consolação.

automóveis, transporte urbano e motocicletas em parte do Guandu, em frente à estação ferroviária e na rua Capitão Deslandes.

Na gestão de Roberto Valadão Almokdice (1983 – 1988), foi quando foi feito o manilhamento do córrego da rua Virgínia e as galerias do bairro Guandu ²¹. E assim, ao lado das primeiras tentativas de padronização das paradas de ônibus, providenciou-se a ampliação das calçadas as quais foram pavimentadas com pedras portuguesas ²². Dessa forma, após praticamente um século, o acesso e a circulação pelo Guandu tornou-se menos dificultosa.

3.1.3- Era uma vez uma fábrica

Nessa mesma época, toda extensão da Fábrica de Tecidos foi vendida para o Grupo Delvo Perim, o que viabilizou abertura de uma rua com esse mesmo nome entre a avenida Beira-Rio a Bernardo Horta. Assim, o terreno da fábrica foi dividido: uma área foi cedida à municipalidade - onde hoje funciona o Corpo de Bombeiros da cidade -, e no restante – do lado direito da rua Delvo Perim - surgiram uma porção de pontos comerciais.

Ao mesmo tempo, os operários da referida fábrica, que moravam nas casas de propriedade da mesma, localizadas na rua Eugenio Amorim, foram removidos, e essa rua também foi conectada à avenida Beira-Rio ²³. Essa iniciativa abriu uma batalha entre o Grupo Delvo Perim e os antigos moradores. Estes se recusavam a deixar as residências, principalmente sob a alegação de terem vencimentos por receber da antiga Fábrica de Tecidos.

3.1.4- O trem

Desde 1968, as linhas da RFFSA deixaram de transportar passageiros. Com isso, longos trechos foram desativados e as que foram mantidas em Cachoeiro de Itapemirim serviam de transporte de calcário, pedras e cimento. A permanência desses serviços levaram a população a se mobilizarem com o objetivo de retirarem a linha da rua Bernardo Horta, fato que somente se concretizou em 1996.

²¹ Entrevista concedida por Fernando Carvalho Gomes em 5 de junho de 2017.

²² *Jornal A Gazeta*, Vitória, 31 de dezembro de 1988, p. 24.

²³ *A administração do prefeito Roberto Valadão escreve nova história em Cachoeiro* – informe publicitário. *Jornal A Gazeta*, Vitória, 31 de dezembro de 1988, p. 24.

Contudo a retirada da linha do rio, que corria paralelo a rua Bernardo Horta, é motivo de desagrado de muitas pessoas. Isso dito porque, os críticos da substituição desses trilhos específicos pela chamada Linha Vermelha, defendem que aqueles deveriam ter sido aproveitados como transporte urbano, o que diminuiria o número de automóveis e ônibus das ruas.

3.1.5- Um novo ordenamento

Em 2005, quando Roberto Valadão assumiu o seu segundo mandato à frente do executivo de Cachoeiro de Itapemirim, logo apresentou um dos seus projetos: a demolição do Mercado da Pedra (Quincas Leão), a construção de uma praça no local e o provável deslocamento dos comerciantes para a Ceasa – Sul, na avenida Mauro Miranda Madureira (antigo Valão). No texto *uma pedra no caminho*, publicado no Jornal *Espírito Santo de Fato*, em 6 de maio de 2005, Basílio Machado assim argumentava a favor da iniciativa:

“[...] o Mercado da Pedra já perdeu terreno há muito tempo para os poderosos Hortifrutti e supermercado Casagrande, que possuem grandes áreas de estacionamento. Decerto que cumpriu com muita eficiência – por algumas décadas – a sua função original, mas o progresso foi aos poucos encurralando o Mercado e minando suas áreas de escape. Alie-se a isto o fato do Guandu, mais especificamente a rua Bernardo Horta, haver se tornado a filha pária da cidade, onde à noite se faz toda sorte de orgia. [...] Polêmica ou não, algumas intervenções urbanas necessitam ser feitas para se adequar a cidade ao progresso. E o Guandu há muito carece de humanização. É uma ação que valoriza os imóveis da região e melhora a qualidade de vida das pessoas que moram lá. Sem contar a oxigenação das ruas adjacentes, que ganhariam em higiene e teriam tráfego facilitado. A verdade é que só reclama quem não mora lá ou não possui imóvel no bairro. [...] Ressalvo aqui que o Mercado da Pedra não guarda qualquer valor arquitetônico de relevância. Historicamente, pode até ter [...]”²⁴

Ao fazer uma citação ao poema de Carlos Drumond de Andrade – *No meio do caminho*²⁵ – Basílio Machado, também assessor especial do prefeito, não elenca apenas os fatores que possivelmente justificam o fim do Mercado Quincas Leão – Mercado da Pedra. Machado ao apontar o mercado em si

²⁴ MACHADO, Basílio. *Uma pedra no caminho*. Jornal *Espírito Santo de Fato*, 6 de maio de 2005, p. 2.

²⁵ “No meio do caminho tinha uma pedra / tinha uma pedra nomeio do caminho / tinha uma pedra / no meio do caminho. / Nunca me esquecerei desse acontecimento / na vida de minhas retinas tão fatigadas. / Nunca me esquecerei que no meio do caminho / tinha uma pedra / tinha uma pedra no meio do caminho / no meio do caminho tinha uma pedra.” In: ANDRADE, Carlos Drumond. *Antologia poética*. 51 ed., São Paulo / Rio de Janeiro: Record Ed., 2002, p. 16.

como um empecilho, reproduz os valores do passado calcados na assepsia e no progresso do século XIX, os quais agora, impelem a expansão do *centro simbólico*.

A simples construção de uma praça não é sinônimo de extinção do que Machado classifica como problemas a serem resolvidos pela municipalidade. Esse componente urbano não é por si só uma garantia contra a prática da prostituição, assunto cuja complexidade demanda uma reflexão sobre as condições socioeconômicas e escolhas pessoais ²⁶.

Igualmente, é preciso ponderar: uma praça que inicialmente prometia ser uma iniciativa benéfica, incorre no risco de se transformar em um grande estorvo. Isso dito porque, os espaços públicos os quais são frequentados em alguns momentos do dia, com todos os acessórios para ofertar lazer à população, requer segurança, vigilância, manutenção e transporte urbano com qualidade. Do contrário, tem-se o vazio e o abandono.

Essa concepção de ordenamento urbano cujas iniciativas pressupõem o afastamento de pessoas pobres e suas moradias para locais inapropriados para continuidade de suas atividades comerciais, cria espaços para os hipermercados com seus estacionamento. Esse tipo de discurso, mesmo com o alargamento das calçadas de parte do Guandu até a ponte Fernando de Abreu ²⁷, vem confirmar uma outra faceta da administração pública de Cachoeiro de Itapemirim desde o final dos anos 1960: a primazia dos automóveis em detrimento da circulação das pessoas.

Para Basílio Monteiro, uma praça seria o mecanismo ideal para uma *humanização*, que também pode ser equiparada com uma outra palavra utilizada nos últimos anos – *revitalização*.

Então, quando Basílio Monteiro reclama que os problemas identificados por ele não causam estranhamento entre os habitantes do Guandu, é porque ele e seu discurso encarnam uma das forças oponentes dentro desse campo político que

²⁶ *A prostituição é uma escolha* – entrevista concedida por Alexandra Oliveira a Elmano Madail. Jornal de Notícias, 30 de agosto de 2009. Disponível: <http://www.jn.pt/domingo/interior/a-prostituicao-e-uma-escolha-1347916.html>. Acesso em 25 de junho de 2017.

²⁷ A ponte Fernando de Abreu, localizada entre a rua 25 de março e o entroncamento que dá acesso ao bairro Independência foi construída ao lado da primeira ponte de Cachoeiro de Itapemirim.

se materializa através da praça. Assim, quando os comerciantes instalados no Mercado Quincas Leão viram-se acuados com o recrudescimento do grupo favorável a desativação do mercado, também se armaram de instrumentos políticos. Com o apoio Câmara dos Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, o Mercado Quincas Leão foi tombado, e uma vez de posse de título de patrimônio material, este não poderia ser derrubado.

Pierre Bourdieu expõe que as vitórias no campo político são chanceladas pelo poder censitário. Portanto, como explicar o fato de pequenos produtores e comerciantes terem conseguido manter os seus interesses contra a administração pública?

Imediatamente, a Câmara dos Vereadores aprovaram a Lei que transformavam o edifício em Patrimônio Histórico. Em 2016 deu-se as reformas do referido mercado, e teve as suas portas reabertas em 2017. Entretanto, essas ações não extinguiram as bancas dos variados produtos do entorno.

3.1.4- Shopping Popular

Em uma tentativa de coibir os ambulantes pelas ruas de Cachoeiro de Itapemirim, em 1996 a municipalidade criou o Shopping Popular com o objetivo de concentrar àquele tipo de comércio das calçadas. Mas essa iniciativa não foi bem sucedida, porque os comerciantes os comerciantes ainda permanecem pelas ruas, o que gera inúmeros conflitos principalmente os proprietários de lojas.

3.2- A expansão do centro simbólico

Todas as alterações que se processaram na região do Guandu propiciou a expansão dos elementos simbólicos em direção ao bairro em questão. Este fato se evidencia diante do avanço da construção de edifícios residenciais e lojas que antes somente se encontravam na praça Jerônimo Monteiro, na rua 25 de março e no Shopping Cachoeiro.

3.3- Fantasmas

Segundo Armando Silva, em *Imaginários Urbanos*, ocorrem fenômenos indecifráveis e são vividos como uma experiência coletiva ²⁸“ [...] que um bom conhecimento empírico de um fato subestima a produção fantasmagórica [...]” ²⁹. Um fantasma é uma Assim dito, por que desde pelo menos 2015, durante a Semana Santa, se comercializa palmito onde no passado jazia a pedra?

²⁸ SILVA, Armando, p. 55 e 56

²⁹ SILVA, Armando, p. 57.

4- Considerações finais

O fato de Cachoeiro de Itapemirim possuir vários bairros e distritos, tornou a cidade policêntrica. Mas o edifício do Bernardino Monteiro e a praça Jerônimo Monteiro carregam um simbolismo que é disputado; e esse *centro simbólico* em expansão tem se atritado com outra área da cidade atrita que não se vê como centro, mas sim, como Guandu.

Assim dito, os administradores públicos deveriam obedecer um item primordial: a mudança de qualquer peça no tecido urbano provoca reverberações, cujos resultados e duração são imprevisíveis. O que se faz necessário dizer aqui, é simplesmente repetir outras tantas vozes: as interferências urbanas não podem se transformar em moeda política, e antes de liberar qualquer empreendimento, os administradores não podem fugir do compromisso com a coisa pública, com a história da cidade e com meio ambiente.

Junto a essa preocupação, Cachoeiro de Itapemirim precisa urgentemente de uma política de conservação do patrimônio histórico material. Desprovido dessa ferramenta, torna-se bastante difícil a negociação com os herdeiros de imóveis que, se não são jogados abaixo e transformados em estacionamentos, são vendidos descaracterizados ou vendidos.

É preciso ler o passado impresso na cidade. Para isso é preciso percebê-lo ao nosso redor e ouvi-lo através da experiência de quem viveu, experimentou e construiu. Dessa forma, os habitantes descobrem que não ocupam um espaço por uma mera coincidência; a sua existência naquele *ali* é resultado de um amontoado de outras tantas experiências. Ao se descobrir herdeiros de ações efetuadas no passado, automaticamente se desperta na alma dos habitantes o sentimento de pertencimento em relação àquele lugar, e uma necessidade de guardá-lo tal como a uma relíquia. Somente dessa forma as cidades não se esvaziam e não morrem.

5- Referências

Documentos:

Cartografia oficial de Cachoeiro de Itapemirim

Decreto-Lei Nº 638 que CONSOLIDA E ESTABELECE NOMES DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, assinado pelo prefeito Fernando de Abreu e o secretário Dirceu Alves de Medeiros, em 27 de janeiro de 1940.

Lei Nº 1.174 – AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO MERCADO DA PEDRA, assinado pelo prefeito I Nelo Vola Boreli, em 18 de outubro de 1967.

Lei Nº 5484 - DISPÕE SOBRE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, assinado pelo prefeito Theodorico de Assis Ferraço, em 21 de outubro de 2003.

Lei Nº 5890 – PLANO DIRETOR URBANO, assinado pelo prefeito Roberto Valadão Almokdice, 31 de outubro de 2006.

Periódicos:

Jornal *O Correio do Sul*, 12 de dezembro de 1928.

Jornal *O Cachoeirano*, as edições de janeiro a dezembro de 1889.

Jornal *O Cachoeirano*, 9 de abril de 1949.

Tombado para não ser derrubado, Jornal *Espírito Santo de Fato*, 6 de maio de 2015, ano 3, n. 370.

Periódicos online:

GUEDES, Ruy. *O Guandu 1*. Jornal Aqui Notícias Folha do Caparaó. 18 de mar de 2012, ano 1, n. 284. Disponível: https://issuu.com/jornalaqui/docs/edi_o_284/3. Acesso em 22 de mai. 2017.

GUEDES, Ruy. *Os primeiros anos*. Jornal Aqui Notícias do Caparaó. 04 de outubro de 2012, ano 1, n. 296. Disponível: https://issuu.com/jornalaqui/docs/edi_o_296/3. Acesso em 22 de mai. 2017.

RANGEL, Christina. *O coração de Cachoeiro, o bairro Guandu*. Disponível: <http://www.folhados.com/noticia/2015/06/27/o-coracao-de-cachoeiro-o-bairro-guandu.html>. Acesso em 18 de set. 2015.

TEIXEIRA, Elizangela. *Bernardo Horta: popularidade e história em um só lugar*. Disponível: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/06/648360bernardo+horta+popularidade+e+historia+em+um+so+lugar.html. Acesso em 12 de jun. de 2015.

Ferraço: “sempre fui um animal político”. Revista Mais, n. 13, nov. e dez. de 2013. Disponível: https://issuu.com/revistamaises/docs/revista_mais_es_13_-_issuu. Acesso em 26 de set. de 2016.

Catálogos:

Cachoeiro de Itapemirim, Catálogo telefônico, (s/d).

Documentários:

Batei, Lavadeiras. Documentário: s/d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qly_tJvf9Fk. Acesso em 26 de set. de 2016.

“Memória viva de Cachoeiro – primeiro ato”. Cachoeiro de Itapemirim: Cineclubes Jece Valadão, 2006.

Entrevistas:

Antônia (nome fictício), Guandu, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 16 de janeiro de 2017.

Éber de Lacerda, Guandu, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 17 de junho de 2016.

Maria de Lourdes (nome fictício), Amarelo, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2017.

Paulo Roberto Coutinho de Araujo, 66 anos, figurinista, Aquidaban, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2017.

Pedro (nome fictício), Guandu, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 16 de Janeiro de 2017.

Felipe Mello, 99 anos, mecânico, Guandu, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 07 de maio de 2017.

Fernando Carvalho Gomes, 64 anos, advogado, Sumaré, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 5 de junho de 2017.

José dos Santos (nome fictício), Amarelo, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2017.

Juracy Bastos Lacerda, 73 anos, educadora, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 17 de junho de 2016.

Marly Mello, 70 anos, educadora, Guandu, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 04, 06 e 07 de maio de 2017.

Roberto Carlos Farias, educador, Basileia, 50 anos, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 30 de maio de 2017.

Sandra Maria Gomes da Rocha, 69 anos, Cachoeiro de Itapemirim. Entrevista concedida em 25 de abril de 2017.

Entrevistas específicas:

Cláudio Bernabé Teixeira, ferroviário da Companhia da Vale do Rio Doce e atual diretor da Banda 26 de Julho – Histórico da Banda de 26 de julho. Entrevista concedida em 6 de maio de 2017.

Luciano Retore Moreno, professor de História e pesquisador – O livro de Tombo do Município de Itapemirim. Entrevista concedida em 25 de abril de 2017.

Dalva Ringuier, ambientalista - Os impactos da construção da Beira-Rio em Cachoeiro de Itapemirim -. Entrevista concedida 25 de fevereiro em 2017.

Obras:

ABREU, Anna Graça. *Anna Graça, verdadeira gracinha*. São Paulo: Mandacaru Ed., 2011.

AGOSTINHO, Cristina, PAULA, Branca de, BRANDÃO, Maria do Carmo. *Luz del Fuego: a bailarina do povo*. São Paulo: Círculo do Livro Ed., 1994.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850 – 1888)*. Rio de Janeiro: Graal ed., 1984.

ALMEIDA, Renata Herman de, BARBOSA, Mariana Bianucci Apolinário, BORGES, João Marcos Charpinel et ali. *Arquitetura Patrimônio Cultural do Espírito Santo*. Vitória: SECULT Ed., 2009.

AUGÉ, Marc. *O antropólogo e o mundo global*. Tradução: Francisco Morás. Petrópolis: Vozes ed., 2013.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. Tradução: Elcio Fernandes. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNAT, Jocelyne (org.) *Teorias da etnicidade*. 2 ed., São Paulo: UNESP ed., 2011.

BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. Tradução: Tomaz Tadeu. São Paulo: Autêntica, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. Obras escolhidas, v. 1, 3 ed., São Paulo: Brasiliense Ed., 1987.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização – do engenho às grandes indústrias (1535 – 1980)*. Rio de Janeiro: Livraria Cátedra Ed., 1987.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforço industrial na República do café – o caso do Espírito Santo (1889/1930)*. Vitória: Fundação Ceciliano de Abel Ed., 1982.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *História geral e econômica do Espírito Santo – do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade Ed., 2006.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Livraria Cátedra Ed., 1989.

BRAGA, Rubem. *Crônicas do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Ceciliano de Abel de Almeida / UFES e Secretaria da Educação e Cultura do Espírito Santo ed., 1984.

BRAGA, Mauro. *Rio Itapemirim – sua contribuição para a História*. Cachoeiro de Itapemirim: Loja Maçônica Fraternidade e Luz, Grêmio Bibliotecário Cachoeirense e Associação dos Amigos da Bacia do Rio de Itapemirim, 1988.

BRAGA, Newton. *Histórias de Cachoeiro*. 2 ed., Vitória: Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e a Fundação Ceciliano Abel Ed., 1986.

BRAGA, Newton. *Poesia e prosa*. Do Autor ed., 1945.

BORGES, Jorge Luis. *O fazedor*. Tradução: Josely Vianna Baptista, São Paulo: Difel Ed., 1984.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel Ed., 1999.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910 / 1940)*. Vitória: Instituto Jones Santos Neves, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras Ed., 2005.

CARVALHO, Marco Antonio de. *Memórias de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Booklink Publicações LTDA Ed., 2005.

CARVALHO, Marco Antonio de. *Rubem Braga – Um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Globo Ed., 2007.

CASAGRANDE, André Dell'Orto e BARBIERO, Maria Helena Mion. *Castelo: da pré-história ao início do século XX*. Vitória: Produções Gráficas Ed., 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Vol. 1; 9. ed., tradução: Ephrain Ferreira Alves; Petrópolis: Vozes Ed., 2003.

CORBIN, Alan. *Saberes e odores – o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. Tradução: Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras Ed., 1987.

DADALTO, Maria Cristina. *A Imigração tece a cidade – polo industrial de Colatina*. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, Jonh L. *Os estabelecidos e os outsiders – sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2011.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed., São Paulo: EDUSP Ed., 2011.

FERREIRA, Cláudia da Silva. *Estrada de Ferro Caravelas: trilhos pioneiros na trajetória socioeconômica do sul do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado do Programa de História de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 22. ed., tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes Ed., 2000.

FREIRE, Mário Aristide. *A capitania do Espírito Santo – crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535 – 1822)*. 2 ed., Vitória: Floricultura Ed., 2006.

GARSCHAGEN, Sérgio. *Parece que foi ontem*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult Ed., 2010.

GONÇALVES, Gil. *Imagens de Cachoeiro*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida Ed., 1999.

GUALBERTO, João. *A invenção do coronel – ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo Ed., 1995.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade*. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes Ed., 2012.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos – o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras Ed., 1995.

JACQUET, Chantal. *Filosofia do odor*. Tradução: Maria Angela Mársico da Fonseca Maia e Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária Ed., 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Carlos Almeida Pereira e Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACERDA, D. Pedro Maria de Lacerda. *Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo*. Vitória: Phoenix Cultura Ed., 2012.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG Ed., 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG Ed., 2008.

LECERDE, Jean-Jacques. *Frankenstein – mito e filosofia*. Tradução: Rosa Amada Stranz. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1971.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade – Arte & Comunicação*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes Ed., 1982.

LIMA, Lidiane Picoli e SCHNEIDER, Osmar. *O Grupo Escolar Bernardino Monteiro*. Vitória: Virtual Livros Ed., 2015.

LISPECTOR, Clarice. *A cidade sitiada*. 3.ed., Rio de Janeiro: Sabiá Ed., 1949.

MARINS, Antonio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, nº 82, rua São José., 1920.

MACIEL, Manoel Gonçalves. *Voltando ao Cachoeiro antigo*. vol. 1, Cachoeiro de Itapemirim: Gracal Ed., 1999.

MACIEL, Manoel Gonçalves. *Voltando ao Cachoeiro antigo*. vol. 2, Cachoeiro de Itapemirim: Gracal Ed., 2003.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MORAES, Ormando. *Por serras e vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1989.

MOREIRA, Evandro. *Nosso pequeno Cachoeiro*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult Ed., 2014.

MORENO, Luciano Retore. *Itapemirim – como tudo começou*. Serra: Formar Ed., 2016.

MOULIN, Ariette. *Às Margens do Itapemirim*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult Ed., 2014.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*. Proj. História, São Paulo, dez., 1993.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed., Coleção Canãa, volume 8, Vitória: 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sociologia do Brasil indígena*. São Paulo: EDUSP Ed., 1972.

OSÓRIO, Carla, BRAVIN, Adriana, SANTANA, Leonor de Araújo. *Negros do Espírito Santo*. São Paulo: Escrituras Ed., 1999.

PARAISO, Bruno Torres Paraíso (org.). *Deusdedit Baptista – cidadão em tempo integral*. Rio de Janeiro: Booklink Ed., 2006.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (org.). *Modernidade e modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES Ed., 2015.

RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*. 2 ed., São Paulo: 34 Ed., 2013.

ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: GELSA Ed., 1966.

ROCHA, Levy. *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial Ltda Ed., 1977.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1962.

SALETO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)*. EDUFES Ed., Vitória, 1996.

SANTOS, Adilson Silva. *Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim (1817 – 1913)*. Cachoeiro de Itapemirim: Cult Ed., 2012.

SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos – a melancolia europeia chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras Ed., 2003.

SENNET, Richard. *Carne e pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro / São Paulo: Record Ed., 1994.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público – as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras Ed., 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira República*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense Ed., 1995.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3 – República Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. Tradução: Mariza Bertoli e Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva Ed., 2001.

SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: *Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida Ed., 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande de Vitória (1950 – 1980)*, 2. ed., Vitória: Grafitusa, Ed., 2010.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O desenvolvimento do Porto de Vitória: 1870 – 1940*. Vitória: Codesa, 1984.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora – reflexões em torno da democratização e das gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Ed., 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa-sócio espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Ed., 2013.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. Tradução: Livia de Oliveira, São Paulo: UNESP Ed., 2005.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel Ed., 1980.

TOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEINRICH, H. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: Da Silva, T. T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Editora Vozes: Petrópolis, 2012.

Artigos:

ARARIPE, Tristão de Alencar. *A colonização do município de Castelo*. Revista brasileira dos municípios. Nº 63/64, ano XVI, jul./dez., Rio de Janeiro: Publicação do Conselho Nacional de Estatística e Órgão Oficial da Associação Brasileira dos Municípios, 1963. Disponível: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBM_n63_64%20jul_dez1963.pdf. Acesso em 18 de abr. de 2017.

BITTENCOURT, Matheus Boni. *Segregação urbana e criminalidade violenta na periferia de Cachoeiro de Itapemirim*. Anais do 4º Encontro Internacional e 11º Encontro Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2016, ISSN: 2175 – 098X. Disponível: <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/12843>. Acesso em 15 de set. de 2016.

CASTEGLIONI, Aurélia H. *Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século do século XX*. Geografares – Revista do Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFES, v. 22, jul. a dez. de 2016, ISSN: 2175-3709. Disponível: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/153/79>. Acesso em 17 de out. de 2016.

COSTA, Otávio. *Memória e paisagem: em busca dos simbólicos dos lugares*. Disponível em: Revista Espaço e Cultura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, edição comemorativa 1993 - 2008, n. 37, jan. a jun. de 2015, p. 149 a 156. ISSN: 2317-4161. Disponível: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6143/4415>. Acesso em 12 de set. 2016.

DORÉ, Andréa. *Antes de existir o Brasil: os portugueses na Índia entre estratégias da Coroa e táticas individuais*. Revista História, n. 28, 2009, p. 169 a 189. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/07.pdf>. Acesso em 1 de out. de 2015.

DOTA, Ednelson Mariano. *A migração no Espírito Santo no período 1991 – 2010 e o trabalho: novidades e continuidades*. 4º Encontro Internacional de Política Social 11º Encontro Nacional de Política Social. Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à Política Social. Vitória (Espírito Santo), 06 a 09 de junho de 2016. ISSN: 2175-098X. Disponível: <file:///C:/Users/Itautec/Downloads/12846-35057-1-PB.pdf>. Acesso em 17 de out. de 2016.

FARIA, Antônio Augusto Moreira de e PALHARES, Dimas, Alberto Gazola. *Memória, linguagem e transporte público: “Batistinha”, líder ferroviário até 1964*. XX Congresso de Transporte e Trânsito, 2015, Santos/SP. XX Congresso Nacional de Transporte e Trânsito. São Paulo/SP: ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos), 2015. p. 1 a 9. Disponível: http://ongtrem.org.br/wp-content/uploads/sites/8/2015/07/ANTP-2015_Artigo-Batistinha_FINAL. Acesso em 12 de mai. de 2017.

FERREIRA, Heloisa Mariz e WHITACKER, Arthur Magon. *O centro principal nas cidades policêntricas: uma discussão conceitual a partir da análise de Presidente Prudente* – SP. Disponível: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/3/51.pdf>. Acesso em 12 de set. 2016.

HAMILTON, Wanda e AZEVEDO, NARA. *A febre amarela no Brasil: memórias de um médico da Fundação Rockefeller – depoimento do médico José Fonseca da Cunha*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 5, n. 3, Rio de Janeiro, nov. de 1998 a fev. de 1999. ISSN: 0104-5970. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701999000100011. Acesso em 25 de outubro de 2007.

OLIVA, Jaime Tadeu. *As cidades brasileiras encontram uma síntese*. Revista do Instituto dos Estudos Brasileiros, n. 56, São Paulo, jun. de 2013. ISSN: 0020-3874. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002038742013000100013. Acesso em 12 de set. 2016.

OLIVEIRA, José Edivaldo de, FERNANDES, Lawrence Willian, SILVA, Marizéa Costa da et alli. *A formação da família escrava de Cachoeiro de Itapemirim (1870 1880)*. Revista Camiliana de Iniciação Científica de Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo, v.2, n.1, jan. – dez., 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol.5, n. 10, 1992. ISSN: 2178-1494. Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em 25 de abr. 2015.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC – FGV, vol. 2, n. 3, 1989. ISSN: 2178-1494. Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em 25 de abr. 2015.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilberto Alves. *Redefinição da centralidade urbana em cidades médias*. Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, n. 20, jun. 2008. ISSN: 1982-4513. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a14v20n1.pdf>. Acesso em 22 de mai. 2017.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Estrada de ferro e territorialidade no Espírito Santo na Primeira República*. Revista Ágora. Vitória. n. 20. 2014, p. 48 a 109. ISSN: 1980 – 0096. Disponível: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/9162>. Acesso em 14 de abr. 2015.

SILVA, Carlos Alberto Jr., LIMA, Dalmo Netto, MARGARIDO, Rosangela Simonini et ali. *A Anatomia de Willian Harvey*. Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária, ano VI, n. 11, jun. de 2008, p. 1 a 5. ISSN: 1679-7353. Disponível: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/oy1ikBV1mXHQYT3_2013-6-17-16-20-38.pdf. Acesso em 20 de junho de 2017.

THOMPSON, Alistair. *Quando a memória é um campo de batalha: envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional*. Tradução: Simoni Geraldi. Proj. História, São Paulo, n. 16, p. 277 a 296, fev. 1998. ISSN: 2176-2767. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/index>. Acesso em 25 de abr. 2016.

6- Anexo

6.1 – Roteiro de entrevistas

Objetivo 1:

- Identificar o perfil do entrevistado.
- 1- Nome, idade, sexo, profissão.

Objetivo 2:

- Examinar se existe uma identificação com o Guandu.
- 2- Qual o endereço de moradia e do exercício da profissão?

Objetivo 3:

- Indagar a respeito da História pessoal.
- 3- Há quanto tempo mora no bairro Guandu?
- 4- Quais foram os motivos que o (a) fixar residência no Guandu?

Objetivo 4: investigar a percepção geográfica formada sobre o local onde reside ou trabalha.

- 5- O (a) senhor (a) sabe a origem do nome Guandu?
- 6- Para o (a) senhor (a), quais são os limites do bairro Guandu? Ou seja, onde acaba e termina o bairro?
(Será apresentado um mapa oficial – anexo - do Guandu aos entrevistados)
- 7- No passado, o Guandu era um bairro residencial ou comercial?
- 8- O Guandu é um bairro?
- 9- Qual a relação da cidade e dos distritos de Cachoeiro de Itapemirim com o Guandu?

Objetivo 5: avaliar as características sócio-econômicas do Guandu.

- 10- Em sua opinião, as pessoas que habitavam o bairro pertenciam a quais classes sociais?
- 11- O (a) senhor (a) acredita que no passado, as pessoas que conseguiam melhorar seu poder aquisitivo, se mudavam para outros bairros de Cachoeiro de Itapemirim? Por quê?

12- E hoje, as pessoas que habitam o Guandu pertencem a quais classes sociais?

13- Por que as pessoas frequentavam o Guandu? E hoje?

14- Qual a sua opinião a respeito das atividades comerciais que são realizadas nas calçadas?

Objetivo 6: verificar a relação com os lugares de memória e a percepção dos entrevistados sobre a mudanças que ocorreram no Guandu.

15- Qual era a sua relação com o Mercado da Pedra? E hoje?

16- Quais são as suas lembranças da Fábrica de Tecidos?

17- E dos operários que moravam nas residências da rua Joaquim Vieira?

18- A rua ao lado do Supermercado Casagrande, portanto ao lado da antiga Fábrica de tecidos, sempre se chamou Delvo Perim? E a Mário Martins?

19- Quais são as suas lembranças a respeito da rua Virgínia? E hoje?

20- E o Beco da Tia Chica?

21- O (a) senhor (a) se lembra de como eram as ruas - Pedro Dias, Eugênio Amorim e Joaquim Vieira – que desembocavam no rio Itapemirim, antes da construção da avenida Beira Rio? Qual era a relação das pessoas do Guandu com o rio?

22- O (a) senhor (a) se lembra da época em que a linha férrea passava pela Bernardo Horta? Como era? E quando ela foi retirada? Qual a sua opinião a respeito?

Objetivo 7: refletir sobre a relações sociais.

23- E as festas? E os carnavais? Dos clubes? Dos cinemas?

24- Existe prostituição, casas de jogos, assaltos e venda de drogas no Guandu?

Objetivo 8: observar as sensações em relação ao lugar.

25- Atribua ao Guandu:

a- uma cor;

b- um som;

c- um aroma.

26- Aponte as mudanças no Guandu que mais lhe chamaram atenção. Alguma delas lhe afetou pessoalmente?

27- O (a) senhor (a) tem o costume de caminhar pelas ruas do Guandu?

28- O que melhor simboliza o Guandu? Por quê?

